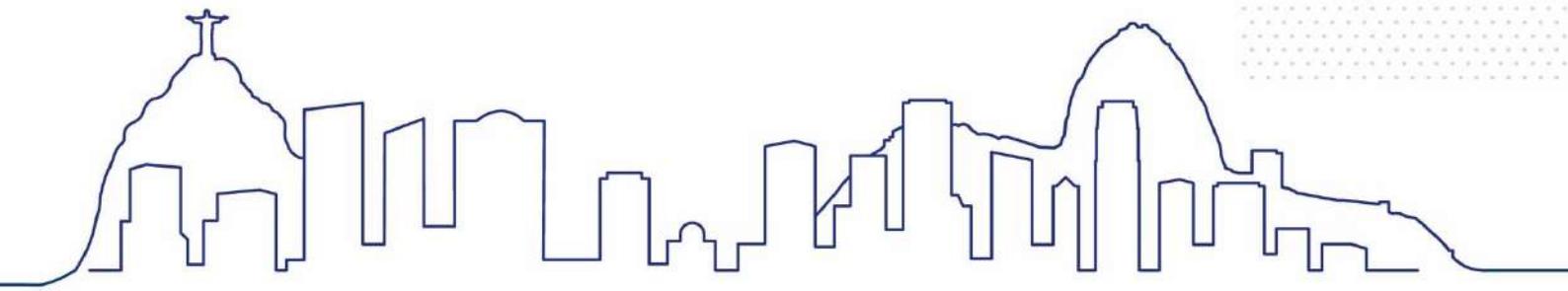
FGV DIREITO RIO

Relatório CPA

2º Relatório Parcial
2019



SUMÁRIO

Sumário

1. Introdução 4
1.1 Dados da Instituição 4
1.1.1 Mantenedora 4
1.1.2 Mantida 5
1.2 Composição da CPA 5
1.3 Planejamento Estratégico de Autoavaliação 6
2. Metodologia 9
3. Desenvolvimento 11
3.1. Eixo 1: Planejamento e Avaliação Institucional 11
3.1.1 Ano de 2019: Contextualização 11
3.1.2 Resultados da avaliação 16
3.2 Eixo 2: Desenvolvimento Institucional 35
3.2.1 Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional 35
3.2.2 Responsabilidade Social da Instituição 38
3.3 Eixo 3: Políticas Acadêmicas 50
3.3.1 Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão 50
3.3.2 Comunicação com a sociedade 86
3.3.3 Programas de atendimento aos estudantes 93
3.4 Eixo 4: Políticas de Gestão 102
3.4.1 Gestão Institucional 103
3.4.2 Corpo docente 106
3.4.3 Corpo técnico-administrativo 109
3.4.4 Sustentabilidade Financeira 113
3.5 Eixo 5: Infraestrutura 114
Na pós-graduação *Lato Sensu*, foram implementadas algumas medidas de Inovação Tecnológica: 124
3.5.2 Instalações administrativas 125
3.5.3 Salas de aula 131
3.5.4 Auditórios 135
3.5.5 Sala de professores 136
3.5.7 Espaços para atendimento aos discentes 139
3.5.8 Espaços de convivência e de alimentação 139
3.5.9 Laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas: infraestrutura física e serviços 142
3.5.10 Infraestrutura física e tecnológica para CPA 145
3.5.11 Biblioteca 147
3.5.12. Instalações sanitárias 155
3.5.13. Serviço Médico 156
4. Análise dos Dados e das informações 158

5. Ações com base na análise 177

1. Introdução

Conforme a Nota Técnica INEP/DAES/CONAES Nº 065, de 09 de outubro de 2014 , esta seção apresenta "os dados da instituição, a composição da CPA e o planejamento estratégico de autoavaliação deverão ser informados neste campo, bem como o ano a que se refere, relatando se o relatório é parcial ou integral, conforme esta nota técnica".

O processo de autoavaliação entrou em um novo triênio (2018-2020) e este é o segundo relatório parcial, referente ao ano 2019, resultante dos procedimentos de autoavaliação institucional realizados pela Comissão Própria de Avaliação – CPA da Direito Rio. Este relatório foi desenvolvido observando os preceitos contidos na Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, e o , Roteiro para Relatório de Autoavaliação Institucional, consubstanciado na Nota Técnica INEP/DAES/CONAES Nº 065, de 09 de outubro de 2014 . O documento apresenta uma análise das ações desenvolvidas pela Direito Rio no ano de 2019, bem como de suas múltiplas realidades, por eixo de avaliação, evidenciando suas potencialidades, fragilidades e propostas de ação para solução das fraquezas encontradas e adequação ao seu Plano de Desenvolvimento Institucional. No planejamento da avaliação e nos procedimentos metodológicos, foram considerados os cinco eixos propostos pelo Instrumento de Avaliação Institucional Externa do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, de outubro de 2017, de forma a demonstrar a evolução da IES em cada eixo temático, quais sejam: Planejamento e Avaliação Institucional, Desenvolvimento Institucional, Políticas Acadêmicas, Políticas de Gestão e Infraestrutura.

1.1 Dados da Instituição

1.1.1 Mantenedora

- CÓDIGO DA MANTENEDORA: 110
- CNPJ: 33.641.663/0001-44
- RAZÃO SOCIAL: Fundação Getulio Vargas
- CATEGORIA ADMINISTRATIVA: Pessoa jurídica de direito privado – sem fins lucrativos – Fundação
- CEP: 22250-900
- MUNICÍPIO: Rio de Janeiro
- UF: RJ ENDEREÇO: Praia de Botafogo, 190
- FAX: (21) 3799-5996
- TELEFONE: (21) 3799-5578
- E-MAIL: ocario.defaveri@fgv.br
- REPRESENTANTE LEGAL: Carlos Ivan Simonsen Leal

1.1.2 Mantida

- CÓDIGO DA MANTIDA: 2126
- SIGLA: DIREITO RIO
- CEP: 22250-900
- MUNICÍPIO: Rio de Janeiro
- UF: RJ
- ENDEREÇO: Praia de Botafogo, 190
- FAX: (21) 3799-5410
- TELEFONE: (21) 3799-5411
- ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA: Faculdade
- NÃO FILANTRÓPICA
- NÃO CONFESSIONAL
- DISPONIBILIDADE DO IMÓVEL: próprio
- CATEGORIA ADMINISTRATIVA: Privada sem fins lucrativos
- NÃO COMUNITÁRIA
- PESQUISADOR INSTITUCIONAL: Antonio José Maristrello Porto
- E-mail: pidireitorio@fgv.br

1.2 Composição da CPA

A Comissão Própria de Avaliação – CPA da Direito Rio, em conformidade com a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004 e legislação vigente do SINAES, conduz os processos de avaliação internos, sistematiza e presta informações solicitadas pelo INEP à Escola.

A atuação da CPA garante, na prática, a participação da comunidade acadêmica na busca pela descentralização do poder e da consciência social para a oferta de uma educação de qualidade e diferenciada.

Designada pelo Diretor da Escola e formada por 13 (treze) membros, sua composição assegura a participação igualitária de todos os segmentos da comunidade acadêmica e da sociedade civil organizada, assim, é constituída por quatro segmentos: representantes do corpo docente, discente, técnico-administrativo e da sociedade civil organizada.

A CPA da Direito Rio possui autonomia em sua atuação, é presidida pelo professor Fernando Leal e é composta pelos seguintes membros:

1. Fernando Leal - Presidente;
2. Leandro Molhano - Representante do corpo docente vinculado à graduação e à pós-graduação *Stricto Sensu*;
3. Mario Brockmann Machado – Representante do corpo docente: Professor Fundador;
4. Patrícia Sampaio – Representante do corpo docente vinculada à graduação;
5. Marco Antonio Amaral – Representante do corpo técnico-administrativo;
6. Margareth Jacobi – Representante do corpo técnico-administrativo;
7. Sérgio França – Representante do corpo técnico-administrativo;

8. Fernanda Marques – Representante do corpo discente da pós-graduação *Stricto Sensu*;
9. Maria Eduarda Skowronski e Mariana Novotny Muniz – Representantes do corpo discente da graduação;
10. Dione Valesca Xavier de Assis – Egressa da graduação;
11. Armando Strozenberg – Representante da sociedade civil organizada;
12. Erick Navarro – Representante da sociedade civil organizada;
13. Pedro A. Freitas – Representante da sociedade civil organizada.

O jornalista e cientista político Armando Strozenberg, o advogado Pedro A. Freitas e o doutor em direito e Juiz Federal Erick Navarro são participantes ativos da CPA no que se refere ao diagnóstico da realidade institucional, ao estabelecimento de metas, à análise dos dados coletados baseada na articulação entre demandas internas e externas de formação, pesquisa e extensão no campo do Direito.

Os representantes da sociedade civil da CPA da Direito Rio possuem um duplo papel: (i) avaliam a instituição com base no que o mercado nacional e internacional lança como desafios à formação, à pesquisa e à extensão e (ii) analisam multidisciplinarmente a realidade institucional para a solução das questões que a sociedade atual impõe ao exercício do Direito.

1.3 Planejamento Estratégico de Autoavaliação

De acordo com os termos do artigo 11 da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, a CPA tem como atribuições: (i) conduzir os processos de avaliação internos da instituição; (ii) sistematizar e prestar as informações solicitadas pelo INEP. A CPA da Direito Rio procura cuidar, portanto, de todos os processos avaliativos da Escola, tanto em sua execução quanto em seu planejamento.

A CPA da Direito Rio parte do pressuposto de que os procedimentos de avaliação reduzem riscos, previnem danos e antecipam o futuro. O Planejamento Estratégico desta CPA caracteriza-se como uma ferramenta fundamental no processo autoavaliativo para a formulação de planos futuros com vistas ao desenvolvimento institucional. Desta forma, o planejamento de autoavaliação leva em consideração cinco eixos avaliativos, conforme Nota Técnica INEP/DAES/CONAES Nº 065/2014, os quais por sua vez contemplam as dimensões de avaliação do SINAES, a saber:

- Eixo 1: Planejamento e Avaliação Institucional
  Contempla a Dimensão (8) Planejamento e Avaliação;
- Eixo 2: Desenvolvimento Institucional
  Contempla as dimensões (1) Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional e (3) Responsabilidade Social da Instituição;
- Eixo 3: Políticas Acadêmicas
  Contempla as dimensões (2) Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão, (4) Comunicação com a Sociedade e (9) Política de Atendimento aos Discentes;
- Eixo 4: Políticas de Gestão

Contempla as dimensões (5) Políticas de Pessoal, (6) Organização e Gestão da Instituição e (10) Sustentabilidade Financeira; e

- Eixo 5: Infraestrutura Física
  Contempla a dimensão (7) Infraestrutura Física.

Além disso, o planejamento estratégico adotado pela CPA da Direito Rio leva em consideração algumas condições fundamentais, como:

a. Participação dos integrantes da instituição: objetivando garantir a diversidade no processo avaliativo e na construção do conhecimento obtido com as análises;
b. Compromisso explícito dos dirigentes: é relevante que o apoio dos dirigentes esteja evidenciado, para conferir seriedade e profundidade necessárias ao processo;
c. Informações válidas e confiáveis: utilização de informações fidedignas e a sua disponibilização pelos atores e departamentos da instituição;
d. Utilização efetiva dos resultados: objetivando o planejamento de ações saneadoras e de superação de dificuldades detectadas, visando a evolução institucional, e estabelecimentos de metas em curto, médio e longo prazos.

Finalmente, o planejamento estratégico da CPA da Direito Rio adota uma dinâmica de funcionamento que inclui também fatores relativos a plano de trabalho, cronograma, distribuição de tarefas, metodologias, recursos humanos, materiais e operacionais, em consonância aos eixos e dimensões avaliados. Desta forma, e diante de todos estes princípios, o planejamento contempla as seguintes etapas:

1º. Planejamento: definição de objetivos, estratégias, metodologia, recursos e calendário das ações;
2º. Sensibilização: objetivando a participação da comunidade acadêmica;
3º. Desenvolvimento: coleta de dados, tabulação, análises, correções no processo avaliativo e elaboração dos primeiros esboços do relatório;
4º. Consolidação do relatório: elaboração e análise do relatório final;
5º. Divulgação: publicação dos relatórios e resultados alcançados;
6º. Balanço crítico: reflexão sobre o processo e estratégia adotada, visando autoconhecimento e autocrítica, de forma a proporcionar o aperfeiçoamento de ações futuras e continuidade do processo de autoavaliação.

Durante os últimos 03 (três) anos, a CPA buscou avanços no processo de avaliação a fim de obter cada vez mais uma visão holística da Escola e das oportunidades de melhoria. O processo de autoavaliação se deu a partir de etapas que contemplam desde a conclusão e envio do relatório da CPA referente ao ano anterior até os desdobramentos dos resultados obtidos no ano. Todas as etapas do processo de autoavaliação passam pela CPA da Escola que, dependendo da ocasião e área, designa membros para participarem ativamente de cada etapa. Com a participação dos membros nas etapas do processo, a CPA consegue aferir os pontos fracos e fortes do processo baseada, não só nos dados obtidos, mas também na percepção de seus membros.

Neste 2º relatório parcial, a CPA da Direito Rio apresenta as práticas de autoavaliação institucional realizadas no ano de 2019, o primeiro triênio 2018-2020, de acordo com NOTA TÉCNICA INEP/DAES/CONAES Nº 065.

2. Metodologia

Conforme a Nota Técnica INEP/DAES/CONAES Nº 065, de 09 de outubro de 2014 , nesta seção "deverão ser descritos os instrumentos utilizados para coletar os dados, os segmentos da comunidade acadêmica e da sociedade civil consultados e as técnicas utilizadas para análise dos dados".

No decorrer de 2019, a metodologia de autoavaliação utilizada pela Direito Rio teve como objetivo **avaliar e oferecer propostas para a melhoria da Escola tomando-se por parâmetro o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI**. Para tal, e levando em consideração os resultados de relatórios anteriores e principalmente do 1º Relatório Parcial 2018, empreenderam-se, dentre outras, as seguintes ações:

Recomendações CPA	Ações FGV Direito Rio
Utilização de outros mecanismos de avaliação	Aplicação de formulário de avaliação para o corpo técnico-administrativo; criação de pedido formal da coordenação da graduação de avaliação das turmas; aplicação de formulário de avaliação para professores.
Criação de comissão para formalizar/uniformizar a avaliação institucional	Revisão do formulário de avaliação da pós stricto, criação de formulário de avaliação do PPGD com participação de professores especializados em metodologia da pesquisa e reunião inicial com a coordenação da pós lato com o mesmo propósito.
Normatização da capacitação de funcionários	Resolução Administrativa 006/19, de 14/8/2019.
Expansão da cultura de autoavaliação	Reunião do presidente da CPA com o corpo técnico-administrativo e com os docentes; reuniões da coordenação de graduação com os discentes; disseminação de informações sobre a CPA e partes importantes do PDI pela FGV Direito Rio.

Na primeira reunião da CPA do ano em referência, realizada em 2 de maio de 2019, o Presidente, Prof. Fernando Leal, após confirmar o recebimento do 1º Relatório Parcial da CPA – 2018; do PDI da Direito Rio 2018-2021; e da Proposta de Questionário Suplementar pelos membros, sinalizou que o objetivo da reunião seria o de avaliação e oferecimento de propostas para a melhoria da Escola tomando-se por parâmetro o PDI. Os integrantes da CPA discutiram e analisaram as metas do PDI e o relatório de 2018. Passando-se para o segundo ponto da pauta, a proposta de questões suplementares ao questionário de autoavaliação institucional da Escola foi debatida pelos integrantes e aprovado

Na segunda reunião, realizada em 9 de setembro de 2019, o Professor Fernando Leal, presidente da CPA, abriu a reunião com a pauta e objetivos propostos para o novo encontro, que incluiu (i) a apresentação das ações resultantes das recomendações contidas no relatório da CPA de dois mil e dezoito, os (ii) resultados da pesquisa de satisfação aplicada ao corpo técnico-administrativo, e (iii) a reunião com avaliadores do INEP para o processo de recredenciamento da pós-graduação lato sensu EaD da Direito Rio, que estava agendada para o dia dois de setembro

de dois mil e dezenove, das dez às onze horas. A comissão debateu os assuntos, analisou as ações de 2018 e o resultado da pesquisa de satisfação do corpo técnico-administrativo e prepararam uma apresentação para a reunião com os avaliadores do INEP para visita de avaliação.

Na terceira reunião, ocorrida em 29 de novembro de 2019, o Professor Fernando Leal, presidente da CPA, abriu a reunião com a pauta e objetivos da reunião, que incluiu a apresentação das ações resultantes após reunião anterior, realizada com corpo técnico administrativo e apresentando as questões referentes ao questionário docente. Em seguida tratou-se da reformulação do questionário aplicado aos alunos da graduação e os resultados da recomendação da CPA para regulação das ações de capacitação do corpo técnico-administrativo, que gerou a publicação de portarias internas normatizando o assunto. Muito se discutiu sobre a manutenção da proposta de expansão da cultura da autoavaliação e sobre a adequação das ações de internacionalização da Escola e, como fechamento, foram apresentadas as impressões dos avaliadores a respeito da CPA, após período de verificação in loco. Por fim, a Comissão formulou o texto final das Recomendações da CPA referentes ao ano de 2019.

A seguir, encontram-se descritos os aspectos teóricos e práticos relativos a cada um dos passos que compuseram a metodologia de trabalho definida pela CPA.

3. Desenvolvimento

Conforme a Nota Técnica INEP/DAES/CONAES Nº 065, de 09 de outubro de 2014 , esta seção apresenta "os dados e as informações pertinentes a cada eixo/dimensão, de acordo com o PDI e a identidade das instituições. A seção do relatório destinada ao desenvolvimento deverá ser organizada em cinco tópicos, correspondentes aos cinco eixos que contemplam as dez dimensões dispostas no art. 3° da Lei N° 10.861, que institui o Sinaes".

3.1. Eixo 1: Planejamento e Avaliação Institucional

3.1.1 Ano de 2019: Contextualização

A DIREITO RIO, em virtude da sucessão na sua Diretoria, repensou uma nova estrutura para a escola, criando um redesenho institucional, com mais sinergia entre as equipes e maior visibilidade das áreas no novo espaço físico, garantindo, dessa forma, mais inovação, maior diversidade entre as áreas e gerando um local de maior diálogo com o corpo docente. Essa reorganização procura evidenciar a ética e os valores que norteiam as atividades da FGV e da escola e busca o aperfeiçoamento e o fortalecimento de iniciativas que tragam impacto e destaquem a importância de sua responsabilidade social.

No intuito de robustecer este movimento, que já acontecia desde 2018, houve a reorganização dos processos, com a edição de novas Resoluções:

RESOLUÇÕES ADMINISTRATIVAS	
011/2017	Nomeia o Profº Fernando Leal p/ exercer o cargo de Coordenador Acadêmico do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu
012/2017	Designa p/ o ano de 2017 os membros da Comissão de Ética da Escola de Direito do Rio de Janeiro
013/2017	Programa Sabático
014/2017	Programa de Remuneração
015/2017	Viagens
016/2017	Contratação de pessoal
017/2017	Estrutura gerencial
018/2017	Dispensa Coord. de Relações Institucionais
002/2018	Extinção Coord. de Relações Institucionais
003/2018	Nom. do Coord. P&D para atividades de RI
004/2018	Prog. de Apoio Comp. de Pesquisa e ao Ensino
005/2018	Nomeia Jairo Saddi como prof. associado
006/2018	Cria NEASF. Nomeia Conselho Acadêmico
007/2018	Nomeia Comissão para Reforma Curricular da Graduação
008/2018	Nomeia membros para Comissão de Ética
009/2018	Designar membros do Conselho Editorial
010/2018	Criação do Programa Diversidade e do Comitê
011/2018	Regulamenta o Prog. de Apoio Comp. à Pesquisa e ao Ensino e o Prog. de Remuneração por Produção Estratégica para o Corpo Docente
012/2018	Regulamenta remarcação de aulas, ausência/viagens dos professores, pesquisadores e colaboradores da Escola e reembolso de despesas
001/2019	Estabelece regulamentação referente aos períodos e as eventuais alterações de férias dos colaboradores da Escola
002/2019	Cria o Calendário Geral das Atividades da FGV Direito Rio para 2019
003/2019	Nomeia os membros da Comissão de Ética da FGV Direito Rio
004/2019	Estabelece normas e procedimentos para reunião do Corpo Técnico-Administrativo
005/2019	Designa o Profº Ivar Hartmann p/ exercer o cargo de Coordenador do Centro de Tecnologia e Sociedade da FGV Direito Rio
RESOLUÇÕES ACADÊMICAS	
002/2017	Com. de Bolsas para cursos de Grad., Pós Lato Sensu e Stricto Sensu
003/2017	Bolsas de estudo para Graduação
004/2017	Bolsas de estudo para Pós-graduação Lato Sensu
005/2017	Bolsas de estudo para Pós-graduação Stricto Sensu
006/2017	Regulamentar uso do termo professor
007/2017	NDE – Núcleo Docente Estruturante
001/2018	Programa de Credenciamento e Recredenciamento
002/2018	Programa de Iniciação Científica (PIC)
003/2018	Nomeia os integrantes da Comissão do PIC
004/2018	Regulamenta Comissão Própria de Avaliação
005/2018	Nomear membros da Comissão Própria de Avaliação
006/2018	Nomeia os integrantes do Comitê de Diversidade
001/2019	Determinam que o Núcleo Docente Estruturante – NDE de um curso de Graduação constitui-se de um grupo de docentes, com atribuições acadêmicas de acompanhamento
002/2019	Nomear os membros da Comissão Própria de Avaliação da FGV DIREITO RIO
003/2019	Nomear membros da Comissão de Ética da FGV DIREITO RIO da Fundação Getulio Vargas
RESOLUÇÃO EXECUTIVA	
001/2017	Extinguir o Programa de Capacitação em Poder Judiciário (PCPJ)

A interação entre o acadêmico e o executivo

Existem, na DIREITO RIO, três coordenações executivas: Coordenação Executiva de Ensino, Coordenação de Projetos & Desenvolvimento e Coordenação Executiva da Escola. As coordenações têm como objetivo geral apoiar os objetivos estratégicos da escola visando ao aperfeiçoamento contínuo e à excelência de suas atividades-fim. Entende-se como função das

coordenações implantar controles para otimizar os recursos e controlar os gastos, fomentar programas internos de integração entre as equipes, criar programas institucionais da escola, estimular parcerias de trabalho com outras áreas da FGV e incentivar boas práticas. Mais especificamente, as coordenações executivas têm as seguintes atividades:

- Coordenação Executiva da Escola: responsável pela gestão de temas como administração geral, recursos humanos, finanças e orçamento, além do apoio no planejamento e acompanhamento de metas a ser realizado pela direção;
- Coordenação Executiva de Ensino: responsável pela gestão das atividades administrativas e operacionais relacionadas aos cursos de graduação e pós-graduação (*lato* e *stricto sensu*), especialmente no que se refere a qualidade, compliance, regulação educacional, programa de bolsas aos programas de sustentabilidade econômico e financeiro dos cursos e projetos acadêmicos;
- Coordenação Executiva de Pesquisa e Desenvolvimento: responsável pelas áreas de difusão da escola, aí incluídas as ações de comunicação, marketing, eventos e publicações, relações internacionais, escritório de pesquisas – para acompanhamento gerencial e fomento à captação – e implementação do Projeto de Acompanhamento de Egressos na DIREITO RIO.

Foram mantidas as coordenações acadêmicas dos centros de pesquisa, bem como das áreas de graduação, pós-graduação *lato sensu* e pós-graduação *stricto sensu*, cujas atividades neste ano estão contempladas no decorrer deste relatório.

A nova estrutura física da DIREITO RIO otimiza os espaços num modelo chamado de *open space*, privilegiando o contato entre os colaboradores e facilitando a comunicação. As coordenações executivas da escola estão mais integradas à equipe, podendo atendê-los com mais agilidade, produzindo ações efetivas de melhoria de qualidade.

Com base em um novo modelo de gestão, foi feita uma avaliação nas funções dos colaboradores, revendo o *job description* e o plano de trabalho dos professores, de modo a alcançar, do ponto de vista gerencial, planos de ação mais realistas.

No intuito de manter a excelência e a qualidade, que são diferenciais da escola, a nova gestão manteve o objetivo de alcançar as mais altas avaliações externas nos exames de OAB, Capes, MEC etc. Para atingir esse objetivo, foram aprimoradas formas de monitoramento dos indicadores de instrumentos de avaliação.

Foi mantida a tríplice certificação de qualidade ISO 9001, nos níveis nacional, norte-americano e europeu (Inmetro, UKAS e ANAB), tanto na pós-graduação quanto na graduação, tornando-se a única unidade da FGV a possuir esse tipo de acreditação.

Certificação ISO 9001:2015 (2011-2019)

"Desenvolvimento e realização de cursos de Graduação, Educação Continuada, Pós-Graduação Lato e Stricto Sensu na FGV Direito Rio no Rio de Janeiro."

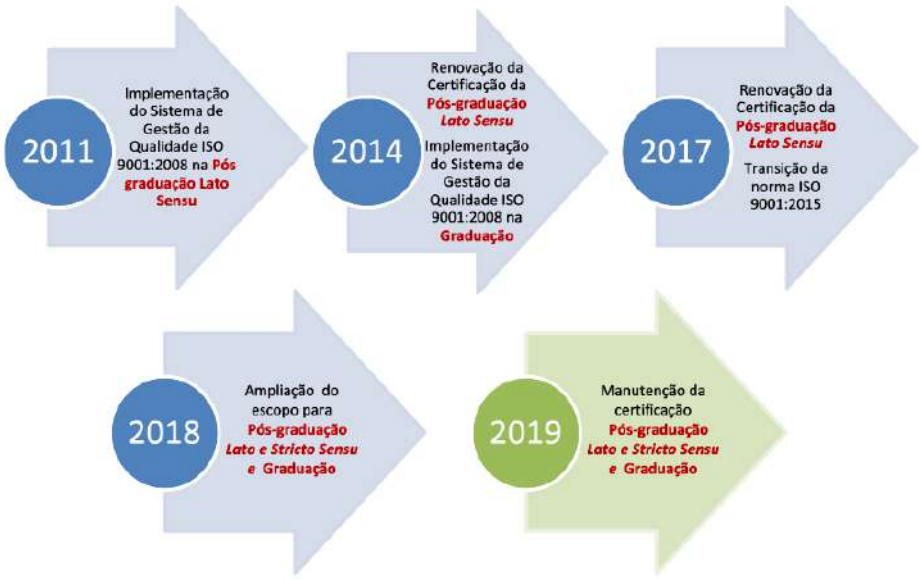
"Development and Implemetation of undergraduate and graduate programs at FGV Direito Rio In Rio de Janeiro."

INMETRO - Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Brasil)

UKAS - The United Kingdom Accreditation Service (Reino Unido – Comunidade Européia)

ANAB: ANSI-ASQ National Accreditation Board (Estados Unidos)

Certificação ISO 9001 – evolução histórica



Certificação ISO 9001 – Divulgação

No Exame Nacional da OAB, a DIREITO RIO se mantém com alto índice de aprovação entre todas as instituições participantes, públicas ou privadas:

Exame de Ordem :: desempenho nos últimos exames

- **XXVIII Exame de Ordem (Mar a Jun/2019)**

40 alunos aprovados dentre 48 alunos presentes: **83,33%**.

3º lugar no Brasil entre as IES públicas e particulares. *
1º lugar no Brasil entre as IES particulares. *
1º lugar no Rio de Janeiro entre as IES públicas e particulares. *

* Considerando 10 alunos presentes ao Exame

- **XXIX Exame de Ordem (Jun a Out/2019)**

9 alunos aprovados dentre 10 alunos presentes: **90% (maior percentual da história da FGV Direito Rio)**.

1º lugar no Brasil entre as IES públicas e particulares. *
1º lugar no Brasil entre as IES particulares. *
1º lugar no Rio de Janeiro entre as IES públicas e particulares. *

* Considerando 10 alunos presentes ao Exame

Os ótimos resultados no Exame de Ordem, bem como no ENADE, garantem à DIREITO RIO o Selo OAB Recomenda:

Regulação e Compliance

Com o objetivo de coordenar e articular o processo de avaliação, regulação e *compliance* da escola, bem como sistematizar e disponibilizar informações e dados, foi instituída pela Direito Rio uma equipe para acompanhar e dar suporte às áreas de ensino no atendimento às demandas regulatórias, preenchimento de formulários eletrônicos nas plataformas do MEC, revisão dos documentos institucionais, análise dos resultados das avaliações anteriores e acompanhamento de indicadores.

Foi estabelecido ainda um planejamento, com definição de grade, temas e professores com antecedência, visando dar mais previsibilidade aos corpos docente e discente, além de proporcionar melhor atendimento pelo *back office*.

3.1.2 Resultados da avaliação

A seguir são apresentados os resultados, após tratamento dos dados obtidos com a aplicação dos formulários de avaliação para a graduação, pós-graduação *lato* e *stricto sensu*, evidenciando os níveis de participação e médias dos itens em cada dimensão abarcada pelos questionários.

3.1.2.1 Resultados da Graduação

A comunidade acadêmica é permanentemente sensibilizada a participar e contribuir com os processos internos de autoavaliação. Campanhas de sensibilização foram feitas internamente na DIREITO RIO por meio de e-mails e chamadas físicas voltadas à informação, conscientização e engajamento, além de reuniões com os grupos que atuam nas áreas.

A graduação passa por uma avaliação sistematizada há mais de 5 (cinco) anos, o que permite a análise da evolução dos parâmetros. A adesão é alta (cerca de 90% de resposta) na medida em que o corpo discente está consciente da importância de sua opinião para o corpo docente. As médias da avaliação das atividades acadêmicas nos anos de 2018 e 2019, comparativamente, são as abaixo representadas:

	Média 2018	**Média 2019**
Disciplinas Obrigatórias	3,595	3,54
Disciplinas Eletivas	3,59	3,58
TCC I	NSA	3,435
TCC II	NSA	3,895
Estágio I e II	3,61	3,685
Estágio III e IV	NSA	3,93
Field Project	NSA	3,58
ATC's	3,52	3,54
Clínicas	3,57	3,56

Os resultados destas avaliações são analisados de forma comparativa, coletadas semestralmente, e apontaram, em 2019, para os seguintes dados, numa escala de 0 a 4:

Resumo | Avaliação Institucional	**2019.1**	**2019.2**
Média Geral	3,66	3,57

Ranking das Médias	**2019.1**	**2019.2**
Estágio III e IV	3,86	4,00
Estágios de Férias	3,82	3,71
Obrigatórias 30h	3,70	3,51
Obrigatórias 60h	3,51	3,54
Eletivas 30h (até 9 alunos)	3,49	3,43
Eletivas 30h (10 a 19 alunos)	3,69	3,56
Eletivas 30h (20+ alunos)	3,53	3,44
Eletivas 60h (até 9 alunos)	3,77	-
Eletivas 60h (10 a 19 alunos)	3,60	-
Eletivas 60h (20+ alunos)	3,75	3,58
TCC I	3,60	3,27
TCC II	3,84	3,95
Estágio I e II	3,59	3,78
Estágio III e IV	3,86	4,00
Field Project	3,58	3,58
ATC's	3,58	3,50
Clínicas	3,57	3,55

A análise comparativa por semestre indica para uma pequena variação dentre os quesitos analisados, como se pode depreender do gráfico abaixo:

OBJ

Também não se pôde notar muita variação na Média da Escola dentre as disciplinas obrigatórias e eletivas, havendo manutenção na média avaliativa das disciplinas obrigatórias e pequena queda quanto às eletivas, de 3,63 para 3,53:

Média das Disciplinas	2019.1	2019.2
Média da Escola	3,59	3,53
Média obrigatórias (30 e 60h)	3,55	3,53
Média eletivas	3,63	3,53

Para além de todas as ações e resultados indicados, os processos de autoavaliação da instituição mantêm estreito contato com a Comissão Própria de Avaliação (CPA), que também participa do processo de engajamento institucional e na proposta de alternativas que erguem a pretensão de induzir o aumento constante da qualidade na DIREITO RIO.

Além dos instrumentos institucionais, o resultado do ENADE, como avaliação externa, constitui um componente integrante do Sistema de Avaliação do Projeto Pedagógico do Curso e corroborou no último ciclo avaliativo a qualidade do curso ofertado pela DIREITO RIO, uma vez que além de ser nota 5 foi considerando o melhor ENADE do Brasil.

3.1.2.2 Resultados da Pós-graduação Lato Sensu

A Pós-graduação *lato sensu* da DIREITO RIO avalia cada um de seus cursos de LL.M em Direito (*Master of Laws*), conforme resultados compilados e apresentados nas tabelas a seguir, contendo as médias de avaliação do período 2018 e, para efeito de comparação, as médias de 2019, para todas as disciplinas oferecidas por curso:

LL.M EM DIREITO: EMPRESARIAL	MÉDIA EM 2018	MÉDIA EM 2019
Análise Econômica do Direito	NA	3,40
Compliance Empresarial	NA	NA
Direito Concorrencial e Regulatório	3,55	3,68
Direito e Economia da Responsabilidade Civil	3,82	3,76
Direito do Trabalho Empresarial	NA	3,76
Fundamentos de Contabilidade	3,87	3,86
Fundamentos de Direito Contratual	3,78	3,80
Fundamentos de Direito Tributário	3,77	3,74
Lawyering	3,88	3,85
Princípios de Direito do Trabalho	3,85	NA
Princípios de Economia	3,47	NA
Recuperação de Empresas	3,85	3,86

Responsabilidade Civil e Direito do Consumidor	NA	3,92
Sociedades Empresariais	3,82	3,75
MÉDIA	**3,77**	**3,76**

LL.M EM DIREITO: SOCIETÁRIO E MERCADO DE CAPITAIS	**MÉDIA DO 2018**	**MÉDIA EM 2019**
Associações Empresariais	3,96	3,97
Compliance	3,70	3,86
Contabilidade Societária	3,64	3,90
Direito das Empresas em Dificuldades	3,88	3,61
Direito Penal Econômico	3,30	3,74
Direito Processual Societário	3,89	3,73
Finanças Corporativas	3,75	3,41
Fusões e Aquisições	3,83	3,67
Law and Economics	3,74	3,88
Mediação e Arbitragem no Direito Societário	3,68	3,80
Mercado de Capitais	3,85	3,32
Organização Jurídica da Pequena Empresa	3,86	3,58
Organização Societária	3,82	3,92
Sociedade Anônima	3,43	3,97
Tópicos Específicos do Direito Societário	3,62	3,78
MÉDIA	**3,73**	**3,74**

LL.M EM DIREITO: TRIBUTÁRIO	**MÉDIA EM 2018**	**MÉDIA EM 2019**
Contribuições Especiais	3,75	3,57
Direito Constitucional Tributário	3,83	3,82
Normas Gerais de Direito Tributário	3,70	3,74
Processo Tributário	3,28	3,55
Tributação Internacional e Planejamento	3,91	3,95
Tributação Setorial	3,45	3,58
Tributação sobre Patrimônio	3,84	NA
Tributação sobre Renda	3,85	3,95
Tributos Estaduais e Municipais sobre Circulação, Produção e Comércio	3,78	3,76
Tributos Federais sobre Circulação, Produção e Comércio	3,60	3,76
MÉDIA	**3,70**	**3,74**

LL.M EM DIREITO: INFRAESTRUTURA E REGULAÇÃO	**MÉDIA EM 2018**	**MÉDIA EM 2019**
Administração Pública Organizacional	3,89	3,74
Análise Econômica do Direito	NA	3,91
Compliance	3,91	3,74

Direito Administrativo Ambiental	3,76	3,58
Direito Administrativo Contratual	3,91	NA
Direito Administrativo da Infraestrutura	3,95	NA
Direito Administrativo das Concessões	3,95	3,83
Direito Concorrencial Regulatório	NA	3,90
Fundamentos de Contabilidade	NA	3,86
Novas Parcerias entre os Setores Público e Privado	NA	3,82
Ordem Constitucional Econômica e o Processo Decisório do STF	3,95	NA
Responsabilidade Civil Estatal	3,86	3,82
Soluções Alternativas de Controvérsias no Setor Público	3,96	NA
MÉDIA	**3,90**	**3,80**

LL.M EM DIREITO: CIVIL E PROCESSUAL CIVIL	**MÉDIA EM 2018**	**MÉDIA EM 2019**
Direito Empresarial e Processual Empresarial	3,96	3,72
Direito Imobiliário	NA	3,74
Direito Sucessório	NA	3,81
Direito Tributário e Processual Tributário	3,74	NA
Fundamentos do Direito Contratual	3,74	NA
Gestão e Desenvolvimento dos Contratos	2,41	NA
Inadimplemento Contratual	3,82	NA
Litígios na Área de Licitações e Contratos	3,87	3,53
Meios Consensuais de Resolução de Conflitos e Arbitragem	NA	3,72
Negociação Empresarial	3,95	NA
Oficina do Direito Civil	4,00	3,88
Processo de Conhecimento	3,77	3,95
Recursos e Processo nos Tribunais	3,31	3,49
Temas Contemporâneos do Direito Contratual	4,00	3,85
Teoria do Adimplemento e do Inadimplemento Contratual	3,80	3,59
Tipos Contratuais Modernos	3,81	3,57
Tratativa, Negociação e Formação dos Contratos	3,83	3,83
Tutela Provisória	3,28	2,98
MÉDIA	**3,69**	**3,67**

LL.M EM DIREITO: NEGÓCIOS	**MÉDIA EM 2018**	**MÉDIA EM 2019**
Compliance	3,57	3,57
Direito Contratual Avançado	NA	3,61
Direito para Startups	NA	3,40
Direito Societário I	NA	3,87
Direito Societário II	3,67	3,80
Estratégias para a Solução Adequada dos Conflitos Empresariais	3,46	NA

Gestão de Serviços Jurídicos	NA	3,78
Impactos do Processo Judicial sobre o Direito dos Negócios	3,66	NA
Law and Economics	NA	3,71
Licitações Públicas Estruturadas	3,39	NA
Processo Tributário Estratégico	NA	3,99
Regulação Antitruste	2,93	NA
Regulação de Negócios em Infraestrutura	NA	3,84
Reorganização Societária	3,36	3,29
Tópicos Específicos	3,41	2,99
Tributação em Negócios	3,76	NA
MÉDIA	**3,47**	**3,62**

LL.M EM DIREITO: COMPLIANCE	**MÉDIA 2018**	**MÉDIA 2019**
A Corrupção e Improbidade na Interação dos Particulares com a Administração Pública Brasileira e o Lobby - 24 horas	NA	3,37
Combate à Corrupção no Direito Estrangeiro e Internacional - 36 horas	NA	3,60
Combate à Corrupção no Direito Penal Brasileiro - 24 horas	NA	3,64
Ética & Compliance - 12 horas	NA	3,86
Lavagem de Capitais, Infrações na Área Financeira - 12 horas	NA	3,24
Lei Anticorrupção (12846/2013) - 24 horas	NA	3,79
Oficina de Compliance II - 12 horas	NA	3,59
Programas de Compliance Anticorrupção. Origem, Estruturação, Aplicação e Monitoramento. - 36 horas	NA	3,64
Seminários	NA	3,78

No que se refere à avaliação de outros aspectos que não as disciplinas em si, como a satisfação geral com os serviços administrativos correlatos à oferta dos cursos, os alunos avaliaram o período em questão conforme as seguintes médias:

LL.M EM DIREITO: EMPRESARIAL	**MÉDIA EM 2018**	**MÉDIA EM 2019**
Análise Econômica do Direito		2,45
Compliance Empresarial		
Direito Concorrencial e Regulatório	3,52	2,75
Direito e Economia da Responsabilidade Civil	3,4	3,48
Direito do Trabalho Empresarial		3,36
Fundamentos de Contabilidade	3,50	
Fundamentos de Direito Contratual	3,52	3,81
Fundamentos de Direito Tributário	3,39	4,00
Lawyering	3,51	3,59
Princípios de Direito do Trabalho	3,7	

Princípios de Economia	3,65	
Recuperação de Empresas	3,63	3,68
Responsabilidade Civil e Direito do Consumidor		2,63
Sociedades Empresariais	3,68	3,70
MÉDIA	**3,55**	**3,35**

LL.M EM DIREITO: SOCIETÁRIO E MERCADO DE CAPITAIS	MÉDIA DO 2018	MÉDIA EM 2019
Associações Empresariais	3,79	3,23
Compliance	3,26	3,5
Contabilidade Societária	3,60	3,08
Direito das Empresas em Dificuldades	3,74	2,11
Direito Penal Econômico	3,11	4
Direito Processual Societário	3,02	2,89
Finanças Corporativas	3,13	3,65
Fusões e Aquisições	3,71	3,5
Law and Economics	3,33	3,89
Mediação e Arbitragem no Direito Societário	3,24	3,33
Mercado de Capitais	3,87	2,64
Organização Jurídica da Pequena Empresa	3,05	3,15
Organização Societária	3,90	3,5
Sociedade Anônima	3,50	3,14
Tópicos Específicos do Direito Societário	2,52	3,8
MÉDIA	**3,38**	**3,29**

LL.M EM DIREITO: TRIBUTÁRIO	MÉDIA EM 2018	MÉDIA EM 2019
Contribuições Especiais	3,35	3,42
Direito Constitucional Tributário	3,68	3,79
Normas Gerais de Direito Tributário	3,79	3,57
Processo Tributário	2,82	3,69
Tributação Internacional e Planejamento	3,33	3,66
Tributação Setorial	3,35	3,7
Tributação sobre Patrimônio	3,64	
Tributação sobre Renda	3,41	3,5
Tributos Estaduais e Municipais sobre Circulação, Produção e Comércio	3,48	3,5
Tributos Federais sobre Circulação, Produção e Comércio	3,50	3,33
MÉDIA	**3,44**	**3,57**

	MÉDIA EM	MÉDIA EM

LL.M EM DIREITO: INFRAESTRUTURA E REGULAÇÃO	2018	2019
Administração Pública Organizacional	3,48	3,43
Análise Econômica do Direito		3,31
Compliance	3,57	3,28
Direito Administrativo Ambiental	3,49	3,61
Direito Administrativo Contratual	3,04	
Direito Administrativo da Infraestrutura	3,72	
Direito Administrativo das Concessões	3,50	3,52
Direito Concorrencial Regulatório		3,50
Fundamentos de Contabilidade		3,27
Novas Parcerias entre os Setores Público e Privado		3,5
Ordem Constitucional Econômica e o Processo Decisório do STF	3,50	
Responsabilidade Civil Estatal	3,40	3,83
Soluções Alternativas de Controvérsias no Setor Público	3,53	
MÉDIA	**3,47**	**3,47**

LL.M EM DIREITO: CIVIL E PROCESSUAL CIVIL	MÉDIA EM 2018	MÉDIA EM 2019
Direito Empresarial e Processual Empresarial	3,46	2,97
Direito Imobiliário		3,55
Direito Sucessório		3,48
Direito Tributário e Processual Tributário	3,30	
Fundamentos do Direito Contratual	3,65	
Gestão e Desenvolvimento dos Contratos	3,52	
Inadimplemento Contratual	3,73	
Litígios na Área de Licitações e Contratos	3,69	
Meios Consensuais de Resolução de Conflitos e Arbitragem		3,86
Negociação Empresarial	3,45	
Oficina do Direito Civil	4,00	
Processo de Conhecimento	3,61	3,64
Recursos e Processo nos Tribunais	3,63	3,5
Temas Contemporâneos do Direito Contratual	3,62	3,32
Teoria do Adimplemento e do Inadimplemento Contratual		3,26
Tipos Contratuais Modernos	3,75	3,44
Tratativa, Negociação e Formação dos Contratos	3,78	3,29
Tutela Provisória	3,34	3,48

MÉDIA	**3,61**	**3,44**

LL.M EM DIREITO: NEGÓCIOS	MÉDIA EM 2018	MÉDIA EM 2019
Compliance	3,67	3,23
Direito Contratual Avançado		3,39
Direito para Startups		3,44
Direito Societário I		2,84
Direito Societário II	3,3	3,20
Estratégias para a Solução Adequada dos Conflitos Empresariais	3,18	
Gestão de Serviços Jurídicos		3,16
Impactos do Processo Judicial sobre o Direito dos Negócios	3,20	
Law and Economics		2,92
Licitações Públicas Estruturadas	2,95	
Planejamento Tributário Estratégico		3,14
Regulação Antitruste	3,36	
Regulação de Negócios em Infraestrutura		3,41
Reorganização Societária	3,32	2,47
Tópicos Específicos	3,39	2,79
Tributação em Negócios	3,27	
MÉDIA	**3,29**	**3,09**

LL.M EM DIREITO: COMPLIANCE	MÉDIA 2018	MÉDIA 2019
A Corrupção e Improbidade na Interação dos Particulares com a Administração Pública Brasileira e o Lobby - 24 horas	NA	3,37
Combate à Corrupção no Direito Estrangeiro e Internacional - 36 horas	NA	3,21
Combate à Corrupção no Direito Penal Brasileiro - 24 horas	NA	3,39
Compliance Antitruste - 12 horas	NA	
Compliance com Proteção de Dados - 12 horas	NA	
Compliance específico de Indústrias - 12 horas	NA	
Contabilidade e Auditoria - 24 horas	NA	
Ética & Compliance - 12 horas	NA	3,63
Gerenciamento de Crises - 12 horas	NA	
Interação Multijurisdicional - 12 horas	NA	
Lavagem de Capitais, Infrações na Área Financeira - 12 horas	NA	3,67

Lei Anticorrupção (12846/2013) - 24 horas	NA	3,77
Oficina de Compliance I - 12 horas	NA	
Oficina de Compliance II - 12 horas	NA	
Oficina de Compliance III - 12 horas	NA	
Oficina de Compliance IV - 12 horas	NA	
Oficina de Compliance V - 12 horas	NA	
Outros Compliances - 12 horas	NA	
Programas de Compliance Anticorrupção. Origem, Estruturação, Aplicação e Monitoramento. - 36 horas	NA	3,36
Sanções ao Comércio Internacional - 12 horas	NA	
MÉDIA	**#DIV/0!**	**3,49**

LL.M EM DIREITO: INOVAÇÃO E TECNOLOGIA	MÉDIA 2018	MÉDIA 2019
Aspectos de Tecnologia no Contexto Jurídico - 18 horas	NA	NA
Compliance de Dados - 21 horas	NA	NA
Fundamentos da Programação para Advogados - 36 horas	NA	NA
Internet e Responsabilidade Civil - 27 horas	NA	NA
Propriedade Intelectual e Tecnologia - 30 horas	NA	NA
Proteção de Dados e Privacidade - 39 horas	NA	NA
MÉDIA	**#DIV/0!**	**#DIV/0!**

Os resultados e análises apresentados na avaliação de todos os cursos LL.M Direito foram utilizados em reunião da CPA para avaliação do desenvolvimento da Instituição, bem como pela coordenação da Pós-graduação *Lato Sensu* da DIREITO RIO para subsidiar as ações de manutenção, melhoria, correção, ajuste de currículo de cada curso, e de metodologias utilizadas em seus respectivos planejamentos.

É mister salientar que todos os programas e disciplinas que tiveram avaliações negativas – isto é, a redução da média de 2019 frente a média de 2018 – foram revistos para melhorar o seu desempenho nos próximos ciclos.

3.1.2.3 Resultados da Pós-graduação Stricto Sensu

As disciplinas oferecidas no curso de Mestrado em Direito da Regulação da DIREITO RIO passam por avaliações semestrais. Importante notar que o fluxo de disciplinas não contempla a oferta da mesma disciplina em dois semestres seguidos. As alunas e os alunos respondem a formulários

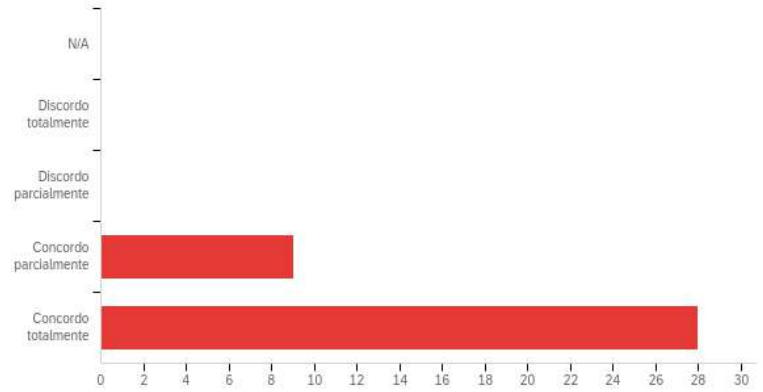
eletrônicos dentro do ambiente virtual da FGV sobre cada uma das disciplinas, e ao final do ano, também respondem um formulário de avaliação do Programa.

A tabela abaixo reúne os resultados dos anos de 2018 e 2019, sendo importante frisar que as médias das disciplinas não consideram as notas recebidas nos itens referentes à autoavaliação discente, sendo, portanto, composta da média das notas recebidas nos itens docente e disciplina, conforme a descrito abaixo:

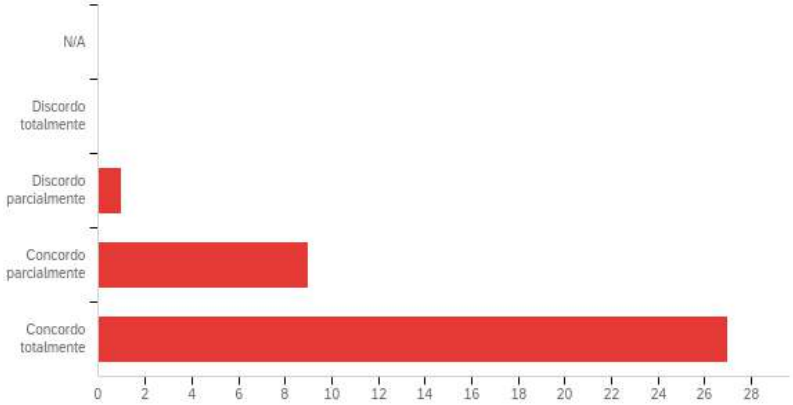
DISCIPLINAS	MÉDIA 2018	MÉDIA 2019
A Produção Normativa dos Órgãos Reguladores	3,43	3,91
Alternativas Regulatórias	3,82	3,93
Análise Econômica do Direito	4,00	3,81
Agências Reguladoras e Controle Externo	3,45	3,55
Consequencialismo, Incerteza e Escolhas Regulatórias	3,97	3,96
Dinâmica da Regulação Administrativa	3,83	NA
Direito e Economia da Regulação: aplicações a transportes e finanças	3,90	3,46
Estado e Mercado: A Regulação sobre as Atividades Econômicas	NA	3,84
Metodologia da Pesquisa	3,88	3,85
Reflexos Penais da Regulação Econômica	3,84	3,18
Regulação Ambiental Brasileira	4,00	3,68
Regulação Internacional	NA	3,69
Regulação e Concorrência em Setores de Infraestrutura	4,00	NA
Teoria do Estado Regulador	3,80	3,79
Teoria da Regulação	NA	3,96
Teoria da Regulação: aplicações no contexto jurídico (Grupo de Pesquisa)	3,98	NA

Abaixo, encontram-se os resultados da pesquisa realizada com os discentes do PPGD sobre os aspectos não estritamente acadêmicos do curso, como autoavaliação, coordenação etc. Participaram os alunos das Turmas 2018 e 2019, sendo computados 37 (trinta e sete) respondentes nas questões de 1 a 11 e 36 (trinta e seis) respondentes nas questões 12 a 22:

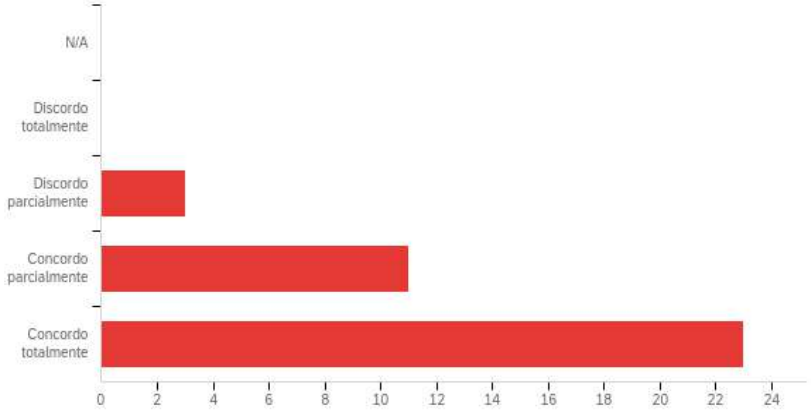
1. Organizei a minha rotina para cumprir tempestivamente as obrigações do curso.



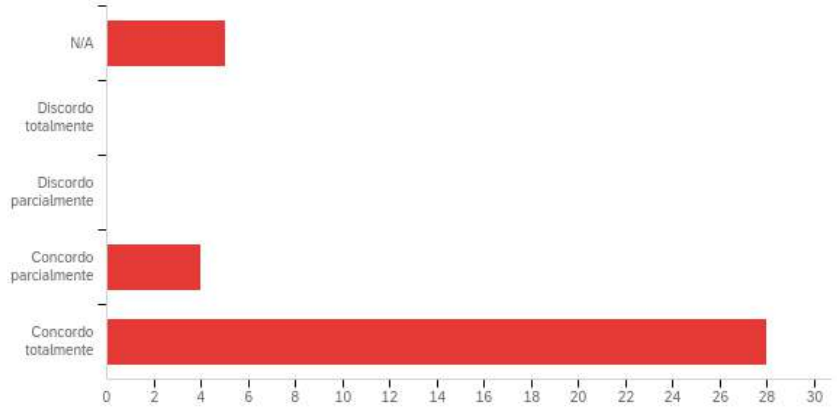
2. Ao longo do curso realizei adequadamente as atividades esperadas de um discente de um programa acadêmico.



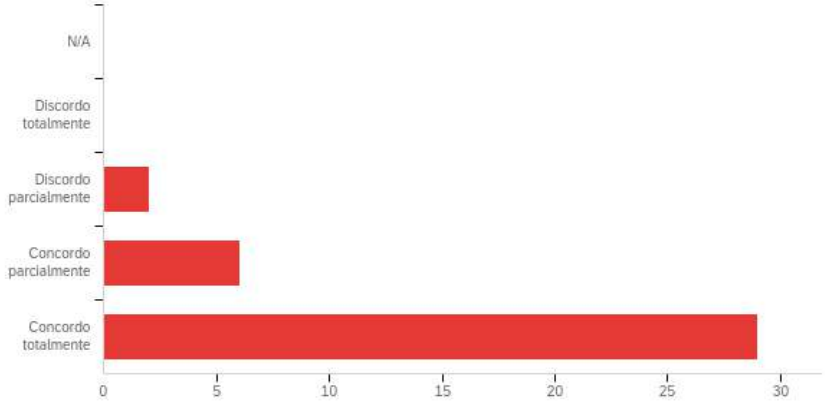
3. Conheço o regulamento do PPGD.



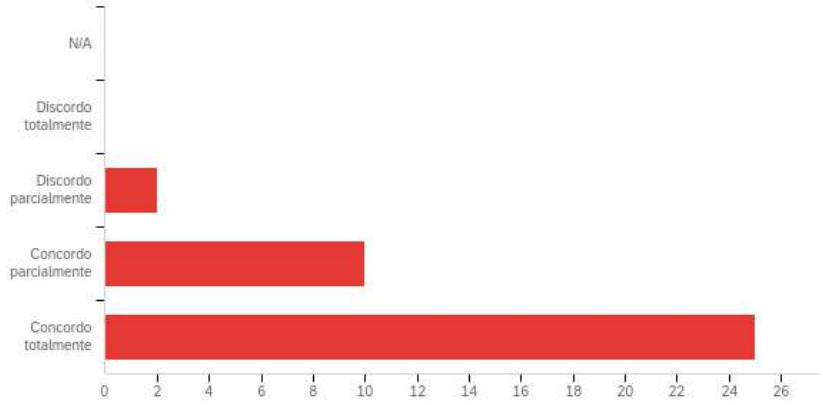
4. Fui proativo na busca e na obtenção de fontes e dados para a construção da minha dissertação.



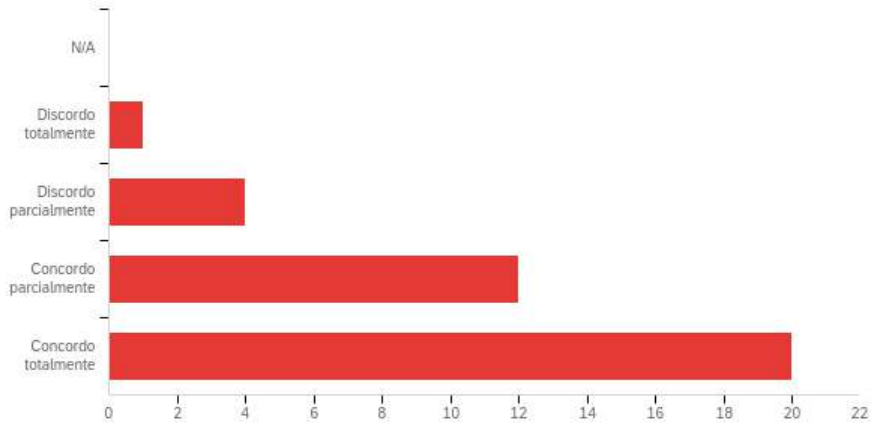
5. As atividades propostas ao longo do curso (disciplinas, grupos de pesquisa, seminários de tese etc.) são compatíveis com os níveis de excelência esperados de um programa acadêmico.



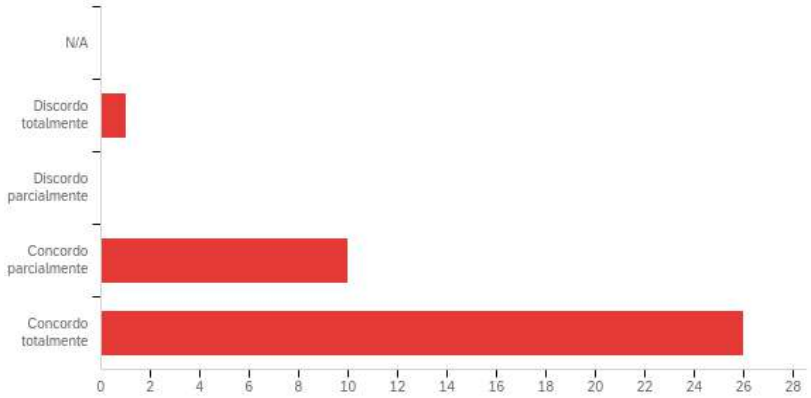
6. A oferta de disciplinas garantiu oportunidades suficientes para uma compreensão abrangente e profunda de temas relacionados ao direito da regulação.



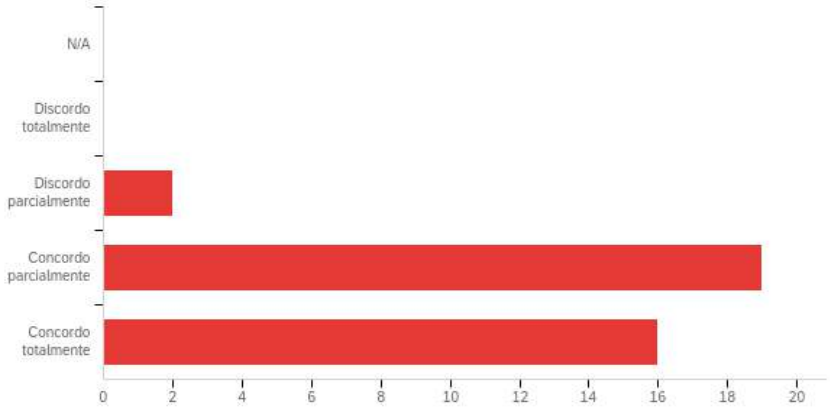
7. Não há sobreposições excessivas entre os temas trabalhados nas disciplinas do curso.



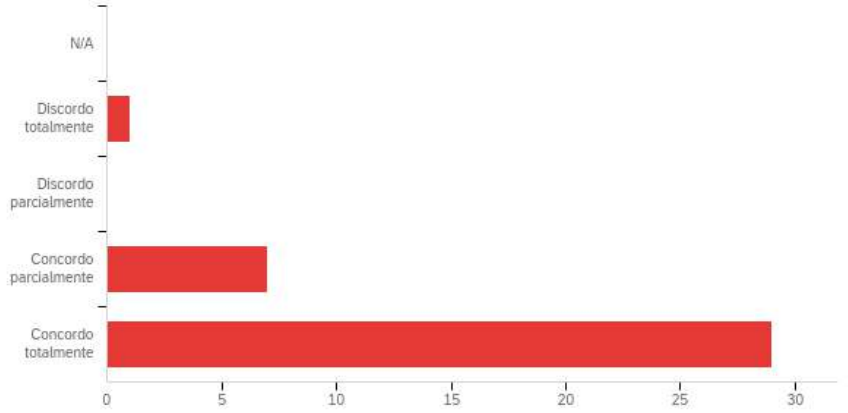
8. O curso tem contribuído/contribuiu para a minha formação como pesquisador independente.



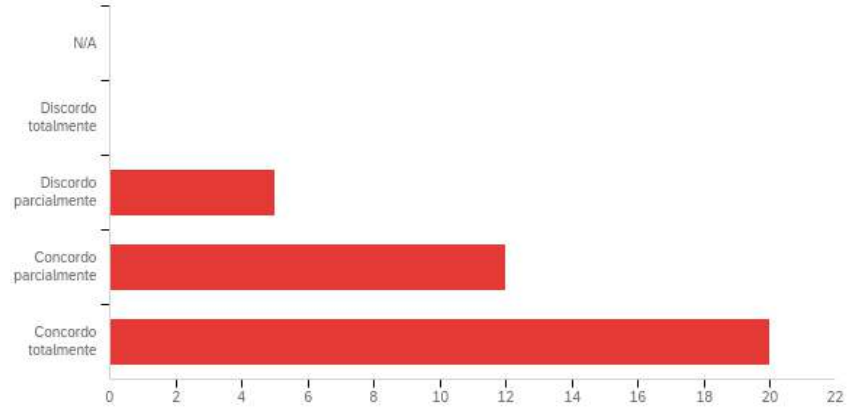
9. O curso tem contribuído/contribuiu para a minha formação como docente.



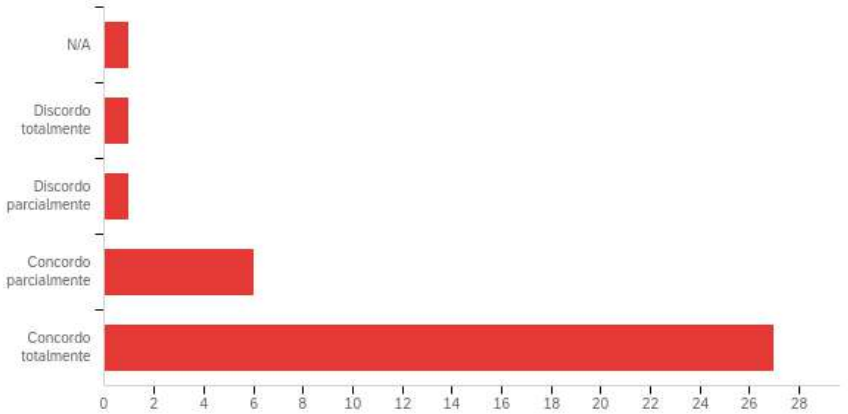
10. Apesar de estar em um Programa Acadêmico, o curso tem contribuído/contribuiu para a minha formação como profissional.



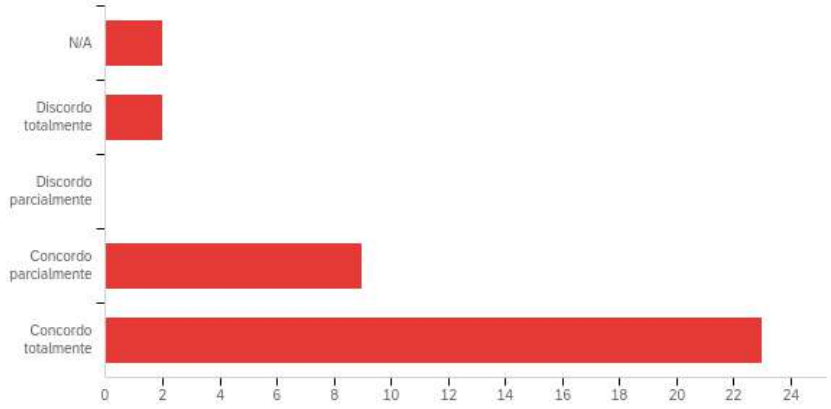
11. O Programa oferece oportunidades internacionais para ampliar a minha formação.



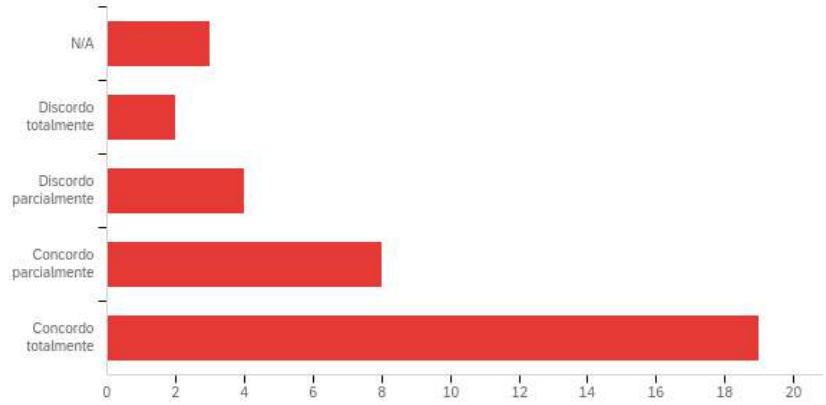
12. O meu orientador demonstrou-se acessível durante o tempo em que estive vinculado ao curso.



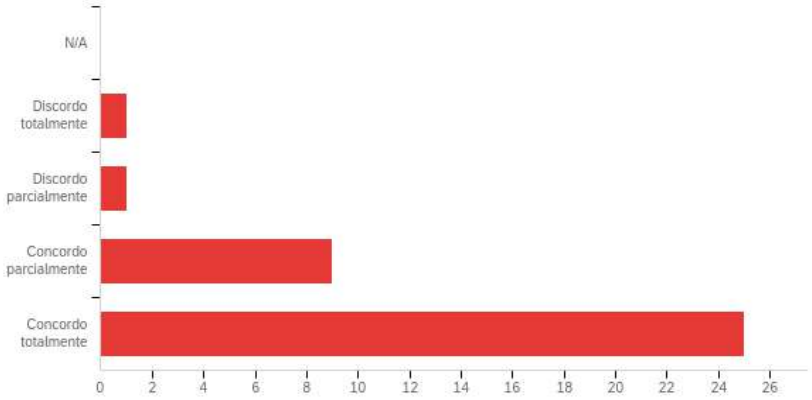
13. A atuação do meu orientador tem contribuído/contribuiu para a construção da minha dissertação.



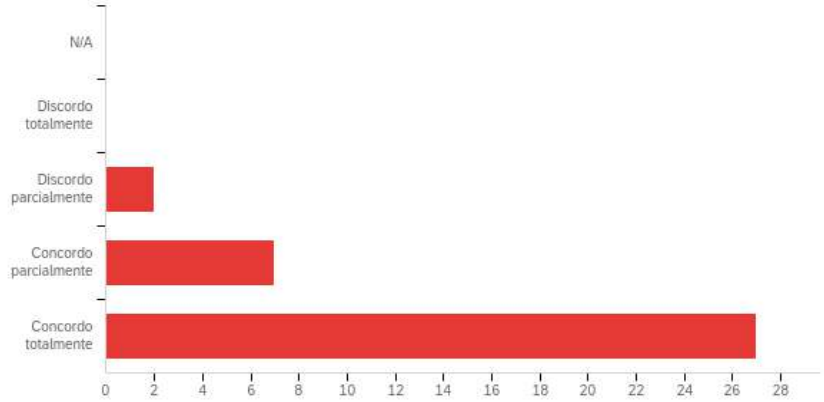
14. A atuação do meu orientador tem contribuído/contribuiu para a realização das atividades supervisionadas.



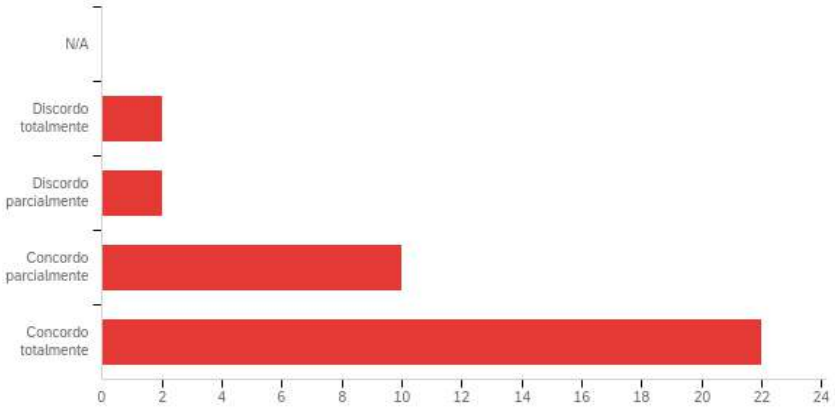
15. A Coordenação do curso demonstrou-se disponível para auxiliar no enfrentamento de dificuldades operacionais.



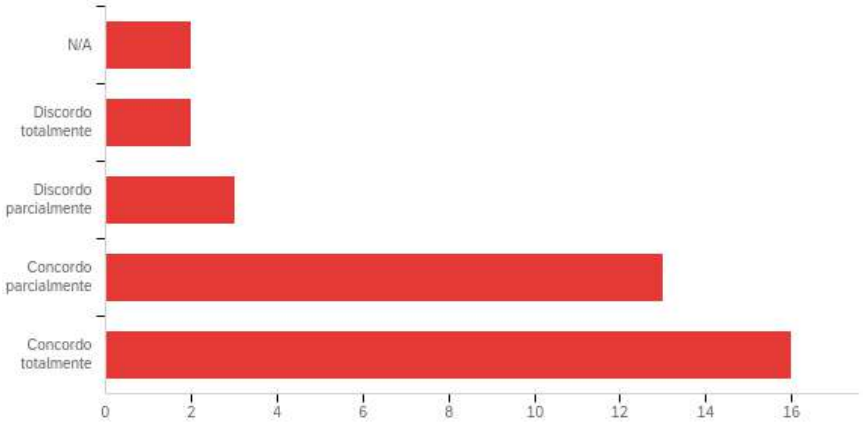
16. A Comunicação institucional é efetiva.



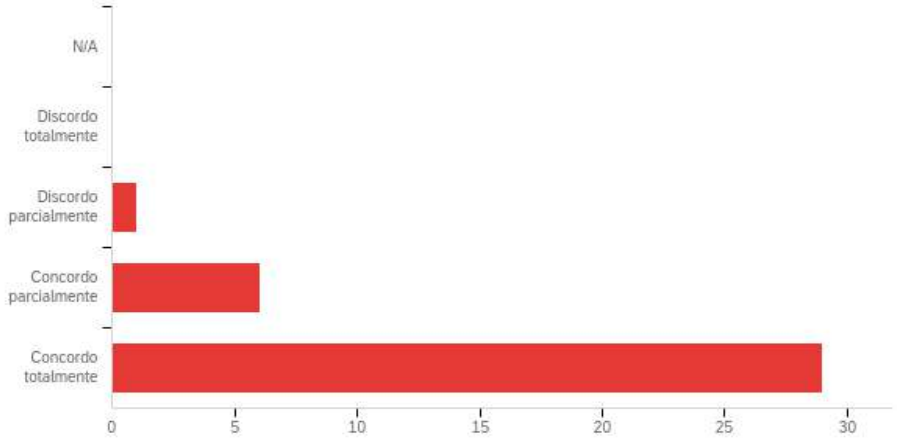
17. O regulamento do curso estabelece com clareza as obrigações acadêmicas dos discentes.



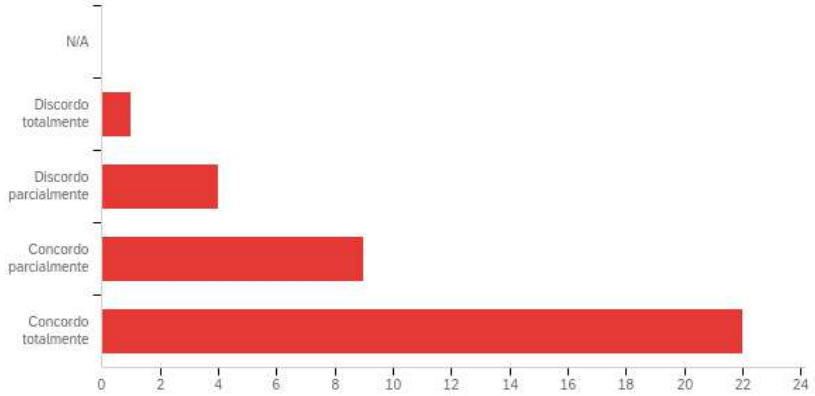
18. O Colegiado do PPGD é aberto para o recebimento de demandas dos discentes por meio do(s) seu(s) representante(s).



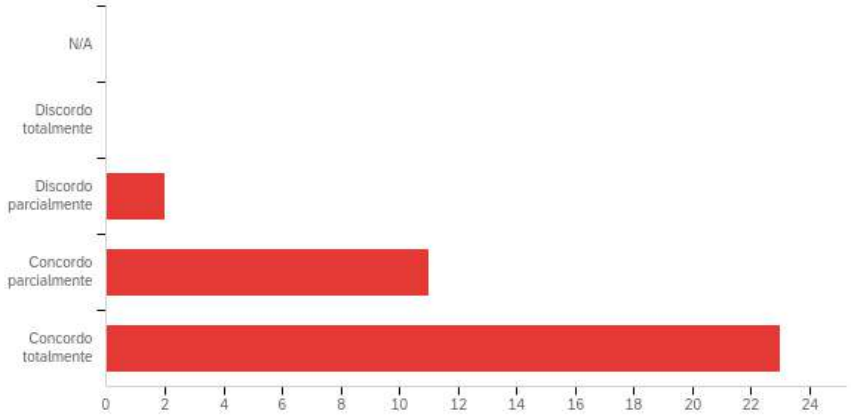
19. A infraestrutura física oferecida nas salas de aula pela FGV é adequada para o desempenho das atividades acadêmicas do curso.



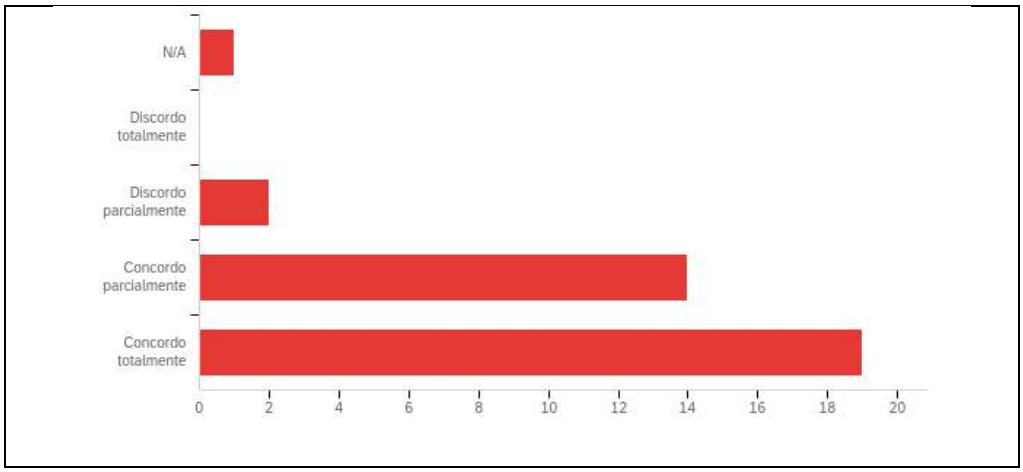
20. A sala destinada aos mestrandos oferece estrutura adequada para o desenvolvimento de atividades de estudo e pesquisa.



21. Os equipamentos e recursos tecnológicos disponibilizados para os docentes são suficientes para o desempenho das suas atividades acadêmicas durante as disciplinas.



22. A biblioteca possui acervo físico e bases de periódicos adequados para o desenvolvimento de pesquisas profundas sobre temas direta ou indiretamente relacionados ao direito da regulação.


N/A
Discordo totalmente
Discordo parcialmente
Concordo parcialmente
Concordo totalmente
0
2
4
6
8
10
12
14
16
18
20

3.2 Eixo 2: Desenvolvimento Institucional

3.2.1 Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional

A missão da Escola de Direito do Rio de Janeiro é:

> *"Construir uma Escola de Direito que seja referência no Brasil em áreas de ponta da iniciativa privada, do governo e da sociedade civil, formando lideranças para pensar o Brasil em longo prazo e ser referência no ensino e na pesquisa jurídica para auxiliar o desenvolvimento e avanço do país."*

3.2.1.1 Finalidades, objetivos e compromissos da instituição

Nesse sentido, a DIREITO RIO elencou objetivos e metas – assim como prazos para a sua consecução. São eles:

#	Objetivos	Metas	Cronograma
1	Manter a excelência acadêmica da DIREITO RIO na área de Direito no Brasil.	Apropriar o conhecimento produzido nas atividades de pesquisa para os programas de extensão e ensino.	Contínuo
		Redesenhar o programa de iniciação científica da Escola.	REALIZADO
		Criar o Núcleo de Ciência de Dados Jurídicos para dar suporte aos projetos de pesquisa institucionais.	REALIZADO
2	Fomentar a difusão do conhecimento produzido na DIREITO RIO para o público interno e externo.	Realizar eventos científicos de disseminação das pesquisas e temas desenvolvidos na Escola.	Contínuo
3	Consolidar os processos de internacionalização da instituição e ampliar a mobilidade da comunidade acadêmica.	Ofertar disciplinas em inglês nos cursos de graduação e pós-graduação.	Contínuo
		Avançar nas parcerias institucionais com universidades e institutos de pesquisa internacionais.	2018-2020
		Contribuir para a participação do corpo discente e docente em atividades acadêmicas nacionais e internacionais.	Contínuo
		Fomentar a mobilidade acadêmica para pesquisadores internacionais.	Contínuo

4	Avançar a consolidação dos programas de graduação e pós-graduação em relação a inovações e certificações.	Revisar o projeto pedagógico do curso de graduação de acordo com as necessidades da legislação e das melhores práticas internacionais.	Contínuo
		Implementar novo currículo para o curso de graduação.	REALIZADO
		Apresentar uma proposta de Doutorado em Direito.	REALIZADO
		Apoiar as iniciativas do corpo discente para práticas de atividade de extensão.	Contínuo
5	Consolidar procedimentos internos de avaliação contínuos com o intuito de garantir a qualidade, a participação acadêmica e a difusão dos resultados desses processos.	Adequar o Regimento da CPA à nova estrutura de gestão adotada pela IES.	REALIZADO
		Reforçar o papel do NDE e de outros órgãos colegiados da Escola.	Contínuo
6	Contribuir para a formação do aluno de pós-graduação, observando a adequação dos programas à realidade do mercado e às necessidades da economia global.	Ampliar o corpo docente permanente do PPGD.	Até 2022
		Buscar parcerias interinstitucionais com outros PPGDs, reforçando a integração regional da Escola.	Contínuo
7	Fortalecer práticas de pesquisa e desenvolvimento para os programas de ensino, extensão e pesquisa.	Desenvolver projetos de pesquisas e atividades de extensão junto a outras unidades da FGV e organizações externas, nacionais e internacionais.	Contínuo
		Estruturar projetos de campo para a graduação.	REALIZADO
8	Consolidar o programa de egressos da DIREITO RIO como uma ferramenta de avaliação e monitoramento de resultados	Desenvolver projeto para acompanhamento dos egressos dos cursos de graduação e pós-graduação *Stricto Sensu*.	REALIZADO
		Estruturar o programa de Embaixadores da DIREITO RIO.	REALIZADO
9	Aperfeiçoar as práticas de gestão administrativa e financeira da Escola.	Reestruturar a organização administrativa da Escola.	Até 2020
		Obter e manter a certificação ISO 9001 para as práticas de gestão de ensino da escola.	Contínuo

		Capacitar o corpo técnico administrativo da IES para garantir maior eficiência nos processos.	Contínuo
10	Garantir práticas de gestão alinhadas com os compromissos de Diversidade, Inclusão Racial e de Responsabilidade Socioambiental.	Criar um programa de diversidade para a Escola.	REALIZADO

3.2.1.2 Características do PDI

O plano de desenvolvimento institucional do atual ciclo segue norteado em um compromisso inegociável com a excelência e nos princípios fundamentais sobre os quais o projeto inicial da DIREITO RIO se construiu. Ajustes pontuais e discussões permanentes sobre os objetivos, as visões e as práticas acadêmicas da Escola, no entanto, são necessidades que se impõem e, como tais, orientam as ações do presente ciclo. Na gestão institucional, não é diferente. A DIREITO RIO, além dos princípios acadêmicos que regem as suas práticas, também orienta as suas atividades de gestão em princípios fundamentais que acompanham a Escola desde o projeto inicial. São eles o planejamento, a inclusão, a diversidade, a ética, a sustentabilidade financeira, a eficiência, a proteção do meio ambiente, a democracia, o pluralismo, a transparência e o estímulo à formação contínua.

O Projeto Pedagógico Institucional (PPI) está inserido no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). Sua função é definir as políticas para a organização tanto administrativa quanto pedagógica da instituição, mostrando as ações a serem seguidas para execução não só dos objetivos, mas também da missão e das finalidades da Escola.

Serão apresentados nos eixos 3 e 4 deste relatório, políticas realizadas pela DIREITO RIO no ano de 2019, que se relacionam diretamente com o PPI e, consequentemente, o PDI.

Em 2019, o PDI foi atualizado:

Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI.

- Atualização dos itens e capítulos do novo PDI, conforme dimensões de avaliação e indicadores de desempenho do Instrumento de Avaliação
- Publicação do PDI nos portais de comunicação da FGV Direito Rio.

3.2.2 Responsabilidade Social da Instituição

Uma das diretrizes da DIREITO RIO é relacionar-se com a sociedade civil para contribuir, através da inovação e do conhecimento produzido, tanto com o desenvolvimento local – da região em que a instituição se encontra e do país – como com a ampliação do debate sobre o papel-lugar-responsabilidade do Direito no cenário internacional.

A responsabilidade social da instituição se verifica em diferentes esferas, tais como:

- Produção e divulgação de conhecimentos;
- Debate nacional e internacional no âmbito das relações econômicas, políticas, sociais, culturais, entre outras com o campo do Direito;
- Divulgação de campanhas de doação de sangue, donativos, serviços, consultorias e trabalho voluntário;
- Entrevistas e palestras sobre temas de grande repercussão em âmbito nacional e internacional;
- Criação de banco de dados para pesquisas em diferentes áreas do direito;
- Divulgação dos conceitos de responsabilidade social na comunidade acadêmica;
- Fortalecimento de princípios ambientais como reciclagem, consumo consciente, proteção ambiental, entre outros.

Nas últimas décadas, têm sido observados esforços de universidades de referência global, assim como de grupos empresariais, no sentido de criar programas para fortalecer a diversidade acadêmica e institucional. A DIREITO RIO, visando cumprir sua missão inovadora na sociedade, busca atuar como liderança nessa iniciativa, destacando-se em um mundo cada vez mais complexo, competitivo e diversificado.

No intuito de alinhar-se às melhores práticas internacionais e nacionais, no que se refere ao fortalecimento da diversidade como um elemento potencializador de excelência acadêmica, o Programa de Diversidade da DIREITO RIO nasce para promover políticas internas que a tornem mais acolhedora e inclusiva, amplie suas possibilidades de acesso e diversifique seu corpo

docente, discente e de funcionários, comunique com o seu entorno e com a sociedade como um todo, apoie a diversidade e coíba discriminações.

Nesse sentido, o Programa Diversidade busca inicialmente trabalhar em pelo menos cinco eixos: (i) criação de uma Comissão de Diversidade; (ii) mapeamento do perfil de alunos, professores, funcionários, pesquisadores, estagiários da DIREITO RIO e identificação, por meio da aplicação de questionário, de suas demandas quanto à igualdade e diversidade; (iii) organização e realização de eventos na DIREITO RIO com a temática de diversidade; (iv) oferecimento de disciplinas que se relacionem com a temática de diversidade; (v) *workshops* e *diversity training* para professores, pesquisadores e estagiários.

PROGRAMA DIVERSIDADE DA FGV DIREITO RIO

O "Programa Diversidade" é um projeto ousado, liderado pela profa. Lígia Fabris, porque pretende ser muito mais do que um programa de diversidade que trate de questões envolvendo políticas internas sobre qualquer forma de discriminação. É uma iniciativa que envolverá também pesquisas acadêmicas e cursos sobre esse tema, que é tão importante para nossa sociedade.

Abaixo, algumas iniciativas do Programa Diversidade no ano de 2019:

Ligia Fabris em reunião com Fernanda Papa, da ONU Mulheres, em Brasília

Boas práticas no ambiente empresarial e universitário (ONU)

- Fazer um censo da comunidade da FGV Direito Rio (RH)
- Mapear as necessidades específicas (Survey)
- Apurar e analisar os resultados (pós-survey)
- Estabelecer estratégias e ações para promover a diversidade
- Divulgar compromisso com a promoção da diversidade
- Realizar o monitoramento e medição do impacto das ações
- Parâmetros da ONU Mulheres para avaliação de diversidade em empresas
- Treinar funcionários, professores e alun@s (diversity training, vieses inconscientes)
- Criar um canal de comunicação e denúncias de práticas discriminatórias
- Criar protocolos de atendimento e encaminhamento de denúncias
- Pesquisar e compilar as melhores práticas no ambiente corporativo e universitário
- Criar uma política de compliance de combate ao assédio.
- Mapear as políticas de bolsa da FGV Direito Rio (dimensão de raça e classe);

Medidas

FORMULAÇÃO PARAMETROS
Diagnóstico interno de diversidade

BOAS PRÁTICAS
Publicação de pesquisa de boas práticas aplicadas no ambiente empresarial e universitário ao redor do mundo em prol da diversidade

COMUNICAÇÃO
Criação de canal de comunicação (e-mail, site, newsletter, banco de CVs)

EDUCAÇÃO PELA DIVERSIDADE - inserção no mercado de trabalho

Parceria com a ONU MULHERES (liderança)

(2)

Diversidade na Representação Política

- Amicus Curiae e sustentação oral no STF;
- Estudos comparados;
- Análise do cenário brasileiro;
- Disciplina sobre violência política de gênero;
- Proposição de um Projeto de Lei sobre VPG;
- Grupo de trabalho do Tribunal Superior Eleitoral.

Aula com a participação de Antonia Pellegrino, do grupo Agora é Que São Elas, e Fernanda Papa, da ONU Mulheres.

Medidas

- AMICUS CURIAE SUSTENTAÇÃO ORAL NO STF
- REUNIÃO DO FÓRUM FLUMINENSE MAIS MULHERES NA POLÍTICA
- DISCIPLINAS SOBRE DIVERSIDADE NA REPRESENTAÇÃO POLÍTICA
- GRUPO DE TRABALHO DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

Participação de Marina Barros, do Instituto Alziras, na eletiva de Violência Política contra Mulheres.

Disciplinas ministradas

- ELETIVA SOBRE VIOLÊNCIA POLÍTICA DE GÊNERO

Aulas semanais com participação eventual de de pesquisadoras de Institutos e Organizações ligados ao tema.

- FIELD PROJECT SOBRE VIOLÊNCIA POLÍTICA DE GÊNERO

Objetiva elaborar um projeto de lei com medidas necessárias e suficientes para enfrentar esse tipo de violência no Brasil

Proposição Projeto de Lei
FIELD PROJECT "VIOLÊNCIA POLÍTICA DE GÊNERO"

Elaboração de Projeto de Lei em andamento

- Estudo da violência sofrida pelas mulheres no âmbito político brasileiro.
- Elaboração de um projeto de lei com medidas necessárias e suficientes.
- Desenvolvimento através de encontros semanais para debate de textos sobre violência política contra a mulher.
- Realização de estudos comparados sobre o tratamento dedicado à matéria em países estrangeiros.

Com a análise das experiências internacionais e o exame de documentos internacionais oficiais sobre violência contra a mulher na política, nos dedicamos à elaboração de um projeto de lei com medidas para combater o problema no Brasil.

Amicus Curiae
Sustentação oral no STF

Sustentação oral no Supremo Tribunal Federal (STF) representando a entidade CEPIA (Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação), na condição de amicus curiae, no julgamento da Ação Direita de Inconstitucionalidade (ADI) nº 5.617, que trata da representatividade das mulheres na política.

Proposta pela Procuradoria-Geral da República (PGR), a ação discute a constitucionalidade da norma prevista no art. 9º da Lei 13.165/2015, que regula a destinação de recursos do Fundo Partidário para a campanha de mulheres candidatas e estabelece limites para o financiamento de campanhas de mulheres: um mínimo (5%) e um máximo (15%).

Pedido pelo Núcleo de Prática Jurídica, elaborado por Ligia Fabris com auxílio de um grupo de onze alunos (dos quais 8 eram mulheres) como parte da atividade letiva da Escola de Direito da FGV-Rio.

Grupo de Trabalho do TSE

- **GRUPO DE TRABALHO DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL PARA SISTEMATIZAÇÃO DAS NORMAS ELEITORAIS – SNE**

A convite do Min. Edson Fachin, participação no Grupo de Trabalho 7 - eixo transversal sobre participação das mulheres, dos jovens, da comunidade negra e da população indígena na política; Pessoas com deficiência; Direitos políticos dos presos.

- **GRUPO DE TRABALHO DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL PARA SISTEMATIZAÇÃO DAS NORMAS ELEITORAIS – SNE**

Convite para Coordenação do Grupo de Trabalho 7 - eixo transversal sobre participação das mulheres e de pessoas trans* na política

(3) Direitos de Pessoas Trans

- Diagnósticos;
- Identificação de direitos;
- Análise crítica da legislação e da jurisprudência brasileiras.

RETROSPECTIVA 2019

Janeiro de 2019	Reunião com o Programa Diversidade da Freie Universität Berlin
25 de março de 2019	Oficina em Políticas Universitárias de Prevenção e Combate ao Assédio e Violência de Gênero
28 de março de 2019	Workshop em Diversidade para professores em tempo integral da FGV Direito Rio com Jennifer Chan (Universidade Livre de Berlim)
29 de março de 2019	Bate-papo sobre Diversidade na Universidade com Jennifer Chan (Universidade Livre de Berlim)
03 de abril de 2019	Palestra "O Jovem e o Discurso Trans"
04 de abril de 2019	Palestra sobre Políticas de Diversidade na Universidade
05 de abril de 2019	Reunião com ONU Mulheres sobre projeto Mulheres na Política
15 de maio de 2019	Evento Princípios de Empoderamento das Mulheres com ONU Mulheres e Pacto Global.
17 de maio de 2019	Reunião com ONU Mulheres sobre Diversidade no ambiente de trabalho.
23 de maio de 2019	Exibição gratuita do documentário "A Juíza" e debate.

RETROSPECTIVA 2019

06 de junho de 2019	Palestra "Diversidade entre avanços e retrocessos: casos de aplicação ao direito e à política"
14 de junho de 2019	Palestra sobre o Conceito de Diversidade
1º a 3 de julho de 2019	Participação no Encontro da Sociedade Internacional de Direito Público: ICON-S
Julho de 2019	Curso de Avaliadora do Prêmio WEPs
Julho de 2019	Fundação do Fórum Fluminense Mais Mulheres na Política
17 de agosto de 2019	Participou da Audiência Pública PL 2.996/2019 na Câmara dos Deputados
24 de agosto de 2019	Palestra sobre Transgeneridade
27 de agosto de 2019	Participação da mesa impulsora da iniciativa ATENEA – mecanismo para acelerar a participação política das mulheres
Agosto de 2019	Convite para a peça "Migraaaantes"
21 de setembro	Palestra no Festival #Agora: "O sistema eleitoral que temos e as comparações internacionais",
07 e 08 de Outubro	Avaliação de Empresas Signatárias do Fórum de Empoderamente de Mulheres (ONU Mulheres)

RETROSPECTIVA 2019

06 de junho de 2019	Palestra "Diversidade entre avanços e retrocessos: casos de aplicação ao direito e à política"
14 de junho de 2019	Palestra sobre o Conceito de Diversidade
1º a 3 de julho de 2019	Participação no Encontro da Sociedade Internacional de Direito Público: ICON-S
Julho de 2019	Curso de Avaliadora do Prêmio WEPs
Julho de 2019	Fundação do Fórum Fluminense Mais Mulheres na Política
17 de agosto de 2019	Participou da Audiência Pública PL 2.996/2019 na Câmara dos Deputados
24 de agosto de 2019	Palestra sobre Transgeneridade
27 de agosto de 2019	Participação da mesa impulsora da iniciativa ATENEA – mecanismo para acelerar a participação política das mulheres
Agosto de 2019	Convite para a peça "Migraaaantes"
21 de setembro	Palestra no Festival #Agora: "O sistema eleitoral que temos e as comparações internacionais".
07 e 08 de Outubro	Avaliação de Empresas Signatárias do Fórum de Empoderamente de Mulheres (ONU Mulheres)

RETROSPECTIVA 2019

11 de outubro de 2019	Comentadora no Painel "Gênero, política e constitucionalismo" no 1° Encontro Brasileiro da Sociedade Internacional de Direito Público: ICON-S BRASIL
25 de outubro de 2019	Lançamento do livro "Constitucionalismo de Realidade" com o artigo "Direitos de Pessoas Trans"
22 de novembro de 2019	Seminário Internacional "Mais Mulheres na Política" em parceria com o Consulado Geral dos Estados Unidos e NUDERG/UERJ e financiamento de Mattos Filho Advogados.
28 de novembro de 2019	Reunião com o Instituto Alziras para discutir resultados da pesquisa empírica com Deputadas e Prefeitas.
Segundo Semestre 2019	Transmissão de Partidas da Copa do Mundo Feminina
Segundo Semestre 2019	Indicação ao Prêmio Viva
Segundo Semestre 2019	Elaboração mensal da Newsletter do Programa Diversidade

RETROSPECTIVA 2019

Ocasião	Realização de Pesquisa Inter-Institucional
Segundo Semestre 2019	Grupo de Trabalho de Sistematização das Normas Eleitorais do Tribunal Superior Eleitoral E TRE-MG

Data	Indicação a Prêmios
Agosto de 2019	Field Project destaque entre os projetos de *experiential education* da FGV Direito Rio
Novembro de 2019	Ligia Fabris finalista do Prêmio VIVA

Ocasião	Disciplinas Ministradas
Primeiro Semestre 2019	Disciplina Eletiva Violência Política de Gênero
Primeiro Semestre 2019	Field Project Violência Política de Gênero
Curso de Inverno de 2019	Direito e Gênero

PROGRAMA DIVERSIDADE

O Futuro do Programa Diversidade:

Nos próximos 5 anos o Programa Diversidade espera ser um dos maiores atrativos para que uma pessoa opte por trabalhar ou estudar na FGV Direito Rio, se tornando um exemplo nacional de boas práticas no ambiente de trabalho e no ensino superior. Ao promover a diversidade, o Programa busca trazer novas perspectivas e com isso ampliar seu leque de atuação, aumentando sua capacidade de inovação e tornando o ensino, a pesquisa e os serviços prestados pela FGV mais eficientes e melhores, trazendo o que há de mais avançado ao redor do mundo para o Brasil, se tornando um modelo nacional de atuação neste sentido. A partir desta experiência, o Programa Diversidade espera se consolidar como consultor e realizador de ações que tem por objetivo a promoção da diversidade em universidades, em empresas, escritórios e na política. Assim, tornando a FGV Direito Rio uma referência fundamental para projetos de diversidade e tecendo parcerias nacionais e internacionais com objetivo de se tornar um ator importante, de modo a pautar este debate nas esferas pública e privada que transcende a atuação imediata voltada a FGV.

A organização estrutural deste planejamento é composta por dois olhares fundamentais sobre as atividades do programa: um macro e um micro. O olhar macro tem por objetivo uma visão geral que ilumine o volume de ações e atividades propostas pelo Programa a partir de um quadro com informações básicas. Já o olhar micro se direciona para um detalhamento mais minucioso de cada atividade que será descrita e avaliada. Esta proposta estrutural é aplicada tanto na retrospectiva quanto na seção dedicada ao planejamento 2020. Esperamos que este documento seja capaz de traduzir os avanços galgados pelo Programa Diversidade e contribua para o aumento do engajamento de funcionários,discentes e docentes aos nossos projetos.

Projetos de Pesquisa
Observatório de Gênero na Política
"Importância do marco legal da primeira infância" em parceria com o CTS
"Feminist Judgment Series: Rewritten Judicial Opinions" em parceria com a FGV Direito SP
Centro de Excelência Jean Monnet em parceria com o CJUS
"Global Contracts on Women's and Gender Rights" em parceria com o Center for Interdisciplinary Research (ZiF) da Universidade de Bielefeld
Ações
Questionário da Diversidade FGV Direito Rio
Banco de talentos no site do programa diversidade
Projeto História Oral do Movimento de Mulheres no Brasil com o Prof. Leandro Molhano
Elaboração de Política de compliance para a Cord. de Ética da FGV
Elaboração da Newsletter mensal do Programa Diversidade

Eventos
Fórum Fluminense Mais Mulheres na Política
Desafios da empregabilidade Trans no mundo jurídico em parceria com o Tribunal Regional do Trabalho
Dia Internacional da Mulher
Participação na Conferência Internacional ZiF Bielefeld
Participação no Seminário Internacional Fazendo Gênero
Mesa de debate sobre violência de gênero
Projetos de publicação
Artigo com Mulheres na Política – Impacto dos 80%
Livro do I Congresso Internacional de Direito e Gênero
Publicação do Relatório das Sistematizações das normas eleitorais V.3
PL de Violência Política de Gênero
Cursos de extensão
Curso de formação de mulheres na política

Para além das atividades do Programa Diversidade, em 2019, a DIREITO RIO desenvolveu uma série de atividades culturais e de responsabilidade social:

DIREITO RIO & Orquestra Sinfônica Brasileira (OSB) | A DIREITO RIO admira a arte através da música e o trabalho desenvolvido pela Orquestra Sinfônica Brasileira (OSB). O universo da música conecta as pessoas e proporciona experiências enriquecedoras. Com esse intuito elaboramos diversos projetos que serão desenvolvidos em parceria com a Orquestra Sinfônica Brasileira. A ideia principal é colocar os nossos alunos e colaboradores em contato com o mundo da música através de temas relacionados ao jurídico, à gestão e à diversidade.

Pós-graduação *Lato Sensu*

Políticas

Meio ambiente

LL.M em Direito: Infraestrutura e Regulação

Disciplina: Direito Administrativo Ambiental (24h)

Ementa: Fundamentos do Direito Ambiental. Princípios de Direito Ambiental. Proteção do meio ambiente na Constituição Federal. Política Nacional do Meio Ambiente. Competências dos Entes Federativos. Avaliação de impactos ambientais – EIA/RIMA e licenciamento ambiental. Responsabilidades Ambientais. Direito Ambiental das áreas protegidas. Resíduos sólidos. Recursos Hídricos.

IV Semana de Artes :: 13 a 15/03/2019

Durante o evento, obras artísticas de alunos e alunas das escolas da FGV expõem seus trabalhos e realizam apresentações musicais.

Revista Ágora

Lançamento da 14ª, 15ª e 16ª edições da Revista Ágora, publicação estudantil sobre política, cultura e direito apoiada pela Escola.

Clube do livro CAMM

Criado com o objetivo de incentivar o alunato a ler livros literários, ter contato com novos autores, novas culturas e se deliciar com o prazer de ler um bom livro.

Participação na I Olimpíada Nacional de Direito Administrativo :: 18 a 19/05/2019

Equipe FGV DIREITO RIO, sob orientação da profa. Patrícia Sampaio, conquistou o 2º lugar na competição organizada pelo Laboratório de Regulação Econômica da UERJ.

21/03/2019 :: Debate União de Mulheres da FGV e SDGV

Tema: "A nudez feminina em atos políticos gera empoderamento?"

Participantes: Fernanda Abreu, Fernanda Stockler, Ana Gouveia e Julia Lie, todas alunas da graduação.

Arraiá FGV :: 07/06/2019

A Revista Ágora, o Coletivo LGBT+ Existo, a ONG Causa, CAEG – FGV, o CAMM - Centro Acadêmico Mário Machado e o DECOD - Decodificando o Direito, com o apoio da Diretoria de Operações, organizaram o 3º Arraiá na área de convivência da FGV.

Evento 1º Dia da Luta Antimanicomial FGV :: 28/05/219

Organizado pelo CAMM, o evento trouxe à IES debate sobre como podemos garantir a defesa dos direitos humanos no que tange os indivíduos com transtornos mentais.

28/05/2019 :: Palestra sobre mulheres e carreiras do mercado financeiro

Tema: O regime jurídico do investidor não residente e a advocacia para gestoras de recursos de terceiros.

Participantes: Julia Jacques e Flávia Pennafort, ex-alunas FGV Direito Rio

10 e 11/10/2019 :: II Simulação do Conselho da União Europeia no Brasil

Os alunos Mariana Novotny Muniz (4º período) e Rodrigo Bellotti Azevedo Azevedo (2º período), sob a orientação da professora Paula Wojcikiewicz Almeida, foram uma das 28 duplas participantes.

24 a 27/10/2019 :: X Competição Brasileira de Arbitragem e Mediação Empresarial

A equipe da FGV DIREITO RIO conquistou o 2º lugar no prêmio de melhor equipe de mediandos. Além dessa classificação, alcançaram a 3ª colocação de melhor mediation plan de requerente e o João Gabriel Direito foi escolhido o 2º melhor negociador da competição.

Evento "Relaxe-se"

"Relaxe-se" foi um evento pensado para promover a cultura de valorização da saúde mental na FGV Direito Rio, com o objetivo de mostrar que excelência acadêmica e equilíbrio emocional andam juntos.

Parceria: CAMM/NAP
Datas: 04/04 e 22/11/19

Campanha de Doação de Sangue

Campanha com o objetivo de coletar sangue para os bancos do Hemorio.

Parceria: FGV Direito Rio/CAMM
Datas: 10/05 e 12/11/19

Importante notar que a DIREITO RIO ainda articula outras iniciativas de responsabilidade social. Nominalmente, o Núcleo de Prática Jurídica (NPJ) exerce diversas atividades frente ao seu programa de Clínicas. O NPJ é o órgão responsável pela formulação, implantação e gestão da política acadêmica da DIREITO RIO no que tange às atividades de Estágio (prática jurídica). O NPJ conta com o "Programa de Clínicas Jurídicas", "Oficinas Jurídicas" e ações voltadas à colocação profissional do aluno no mercado de trabalho, como o "Programa de Atividade Monitorada de Férias".

A DIREITO RIO possui forte política de bolsas de ingresso ao curso de graduação. São concedidas anualmente bolsas aos 10 primeiros colocados no vestibular e para os primeiros 10 classificados via ENEM, bem como para alunos que se destacarem no processo de transferência, conforme avaliação da Comissão de Bolsa da DIREITO RIO. Esta comissão foi estruturada com objetivo de regulamentar a concessão e a renovação de bolsas de estudo e isenção de pagamento dos cursos de graduação, pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu* da instituição. O princípio norteador da análise da comissão é uma avaliação do histórico socioeconômico do aluno. São oferecidas quatro modalidades de bolsa: (1) mérito; (2) restituível; e (3) demanda social.

As bolsas de mérito são oferecidas aos primeiros colocados do vestibular do curso de graduação, assim como casos de destaque dentro dos processos de transferência interna. As bolsas de caráter restituível são oferecidas como forma de financiamento estudantil aos alunos que demonstram bom rendimento acadêmico e/ou necessidades econômico-financeiras.

3.3 Eixo 3: Políticas Acadêmicas

3.3.1 Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão

3.3.1.1 O ENSINO

A DIREITO RIO possui cursos de graduação, pós-graduação *lato sensu* e pós-graduação *stricto sensu*.

Graduação

A DIREITO RIO foi inaugurada em 2002 e, no dia 05 de agosto de 2003, por meio da Portaria nº 2.095, credenciada pelo Ministério da Educação (MEC), tendo seu Regimento e o seu Plano de Desenvolvimento Institucional aprovados por 5 (cinco anos), bem como a autorização para o funcionamento do curso de Direito em horário integral.

Em fevereiro de 2005, foram abertas 2 (duas) turmas de graduação, uma no primeiro e outra no segundo semestre, com 50 (cinquenta) vagas cada, formando-as em dezembro de 2009 e julho de 2010, respectivamente. Após 13 (treze) anos de funcionamento desde a conclusão da primeira turma, a DIREITO RIO ofereceu ao mercado de trabalho mais de 500 profissionais. Em 2008 a DIREITO RIO recebeu a primeira visita de avaliação *in loco* dos avaliadores do INEP para reconhecimento do curso de graduação (código da avaliação 53083), tendo sido avaliada com conceito máximo (nota 5), conforme Registro e-MEC nº 20075314 e Portaria nº 562, de 17 de

abril de 2009, publicada no DOU de 20.4.2009 – Seção 1 – página 19. Em 2010, a DIREITO RIO recebeu nova visita de avaliação *in loco* para recredenciamento da IES, tendo sido avaliada com conceito máximo, (Registro e-MEC 20076958, Portaria nº 351 de 5.4.2012, publicada no DOU de 10.4.2012, Seção 1, página 13).

No ano de 2012, a DIREITO RIO reduziu de 2 (duas) para 1 (uma) a entrada anual pelo vestibular. Tal iniciativa justificou-se pela intenção de personalizar a formação discente e potencializar a excelência no ensino do Direito, oferecendo aos estudantes ingressantes maior apoio, atenção e orientação quanto aos rumos de sua profissionalização. Em razão de análises feitas no decorrer dos primeiros anos de existência, em 2013, a coordenação da graduação e o corpo docente promoveram alterações na matriz curricular para atender aos seguintes objetivos: (i) atualizar temas e disciplinas, (ii) permitir dupla graduação em parceria com outras Escolas da FGV, (iii) viabilizar a formação de diferentes perfis profissionais e a autonomia discente no processo de qualificação e (iv) estimular intercâmbios entre estudantes do Brasil e do exterior. Em 2015, o curso de graduação da DIREITO RIO recebeu a visita de avaliação *in loco* de avaliadores do INEP para a renovação do reconhecimento do curso, tendo recebido nota 5 (pontuação máxima) em 51 dos 53 indicadores avaliados. A renovação do reconhecimento do curso foi regulada pela Portaria nº 419, de 8 de maio de 2017. No ano de 2017, a DIREITO RIO recebeu novamente visita de avaliação *in loco* uma comissão do INEP para a avaliação da renovação de recredenciamento (2º recredenciamento) da IES, atestada pela Portaria nº 974, de 19 de setembro de 2018.

Desde a criação, os índices externos atestam a excelência do curso de graduação da DIREITO RIO: média de 97% de aprovação dos egressos no exame da OAB, alta classificação no guia do estudante, pareceres favoráveis das comissões de ensino da OAB (Seccional Rio e Conselho Federal), além das 5 (cinco) avaliações *in loco* feitas pelo INEP nos anos de 2008, 2010, 2015, 2017 e 2019 com aquisição de conceito máximo. Atualmente, em função (i) do crescimento da relação candidato/vaga, (ii) da emergência de novas demandas de formação em Direito, (iii) da influência do desenvolvimento tecnológico, (iv) das rápidas mudanças no mundo do trabalho e (v) de transformações sociais, políticas, econômicas e culturais, o curso de graduação passou por novas mudanças.

São diferenciais da Graduação:

I. Política de Qualidade – a construção de uma Escola de Direito referência no Brasil em carreiras jurídicas, buscando eficácia e a melhoria de seu Sistema de Gestão da Qualidade, e o aumento da satisfação de seus clientes.

II. Oportunidades de Estágio – através de parcerias firmadas com importantes Escritórios de Advocacia do Rio de Janeiro, bem como com grandes empresas e órgãos públicos – Tribunal de Justiça e Ministério Público, dentre outros para a realização de estágios.

III. Atividade Monitorada de Férias – convênios exclusivos firmados com a DIREITO RIO proporcionam ao aluno o início na prática jurídica e na cultura de grandes empresas, escritórios de advocacia e órgãos públicos. É o primeiro contato do aluno com a diversidade de opções de trabalho oferecidas ao profissional do Direito. A participação nesse programa aumenta a taxa de empregabilidade na fase profissionalizante do curso. O programa é realizado nos meses de recesso acadêmico (janeiro/fevereiro e julho) e tem duração de quatro semanas.

IV. Programa de Clínicas do Núcleo de Prática Jurídica – em vez de um atendimento tradicional, focado em causas de pequena complexidade, os alunos recebem uma formação prática qualificada e diferenciada, elaborando trabalhos que já foram inclusive apresentados diretamente ao Supremo Tribunal Federal.

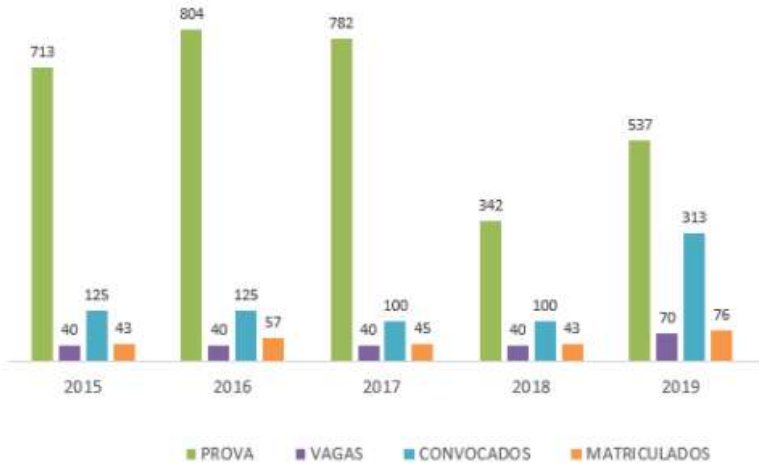
V. Programas de Intercâmbio – mais de 50 convênios com instituições internacionais, entre elas Harvard Law School, Sciences Po Paris e China University of Political Science and Law. Destaque para novos convênios internacionais com universidades como: New York University Law School, Columbia University Law e Université Paris-Sorbonne.

VI. Centros de Pesquisa – a Escola possui Centros de Pesquisas especializados em temas de especial interesse para a sociedade brasileira: Tecnologia (CTS), Judiciário (CJUS) e Direito e Economia (CPDE), em que os alunos da DIREITO RIO têm oportunidade de estagiar em projetos pioneiros desenvolvidos por esses Centros de Pesquisa.

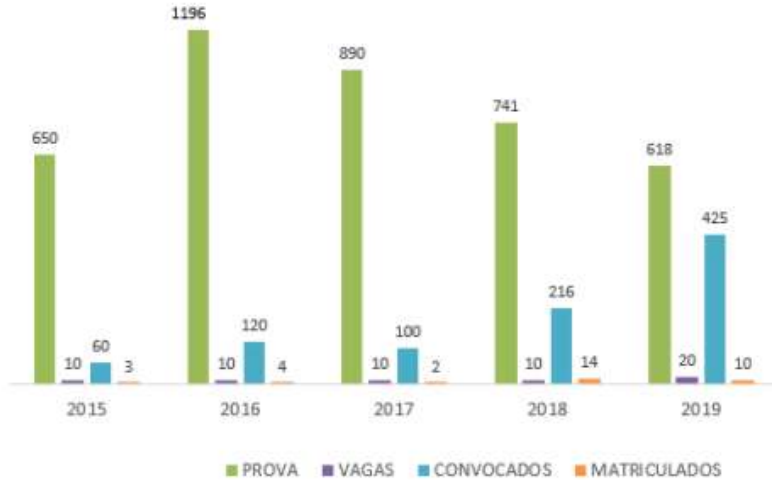
A aproximação da Coordenação de Graduação com o corpo discente é refletida por meio de acolhimento de demandas individuais e coletivas de modo a proporcionar ambiente ideal para seu desenvolvimento. Em 2018, foram realizadas quatro reuniões com os representantes de turmas e uma rodada de interlocução acadêmica, instância consultiva estudantil junto à direção.

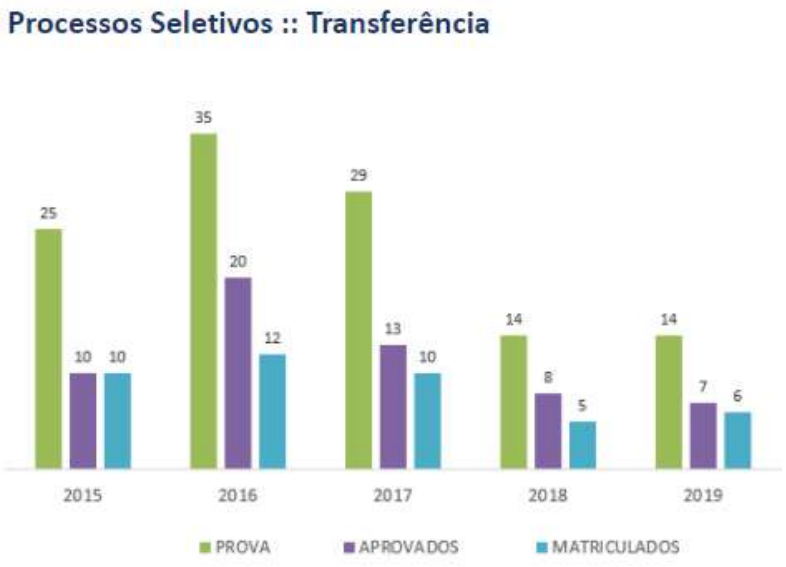
Foram realizados processos seletivos para ingresso de alunos em 2019, nas seguintes modalidades e com os seguintes números:

Processos Seletivos :: Vestibular



Processos Seletivos :: ENEM





O compromisso da graduação com a internacionalização da escola foi reforçado:

Ensino :: Ações de internacionalização :: Disciplinas e Cursos

Palestra: O sistema judiciário criminal chinês e questões sociais relacionadas.
Convidada: Zhiyuan Guo, da China University of Political Science and Law, parceira da FGV DIREIT ORIO na Law Schools Global League

De forma a reforçar sua política de ensino, semestralmente a DIREITO RIO lança o programa de monitoria com os seguintes objetivos:

- Contribuir para o desenvolvimento do aluno, estimulando o seu interesse pela carreira docente;
- Ampliar a colaboração recíproca entre corpo discente;
- Fortalecer a comunidade acadêmica através do aprendizado por pares.

Pós-Graduação *Lato Sensu*

Os cursos de pós-graduação *lato sensu* oferecidos foram:

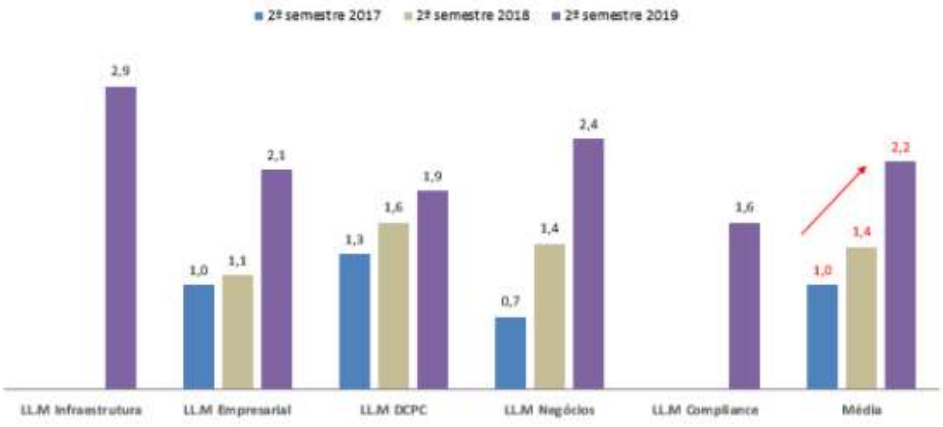
LL.M em Direito: Civil e Processual Civil
LL.M em Direito: Compliance
LL.M em Direito: Empresarial
LL.M em Direito: Infraestrutura e Regulação
LL.M em Direito: Negócios
LL.M em Direito: Societário e Mercado de Capitais
LL.M em Direito: Tributário

Já em relação aos cursos de curta duração, o Portfolio foi composto por:

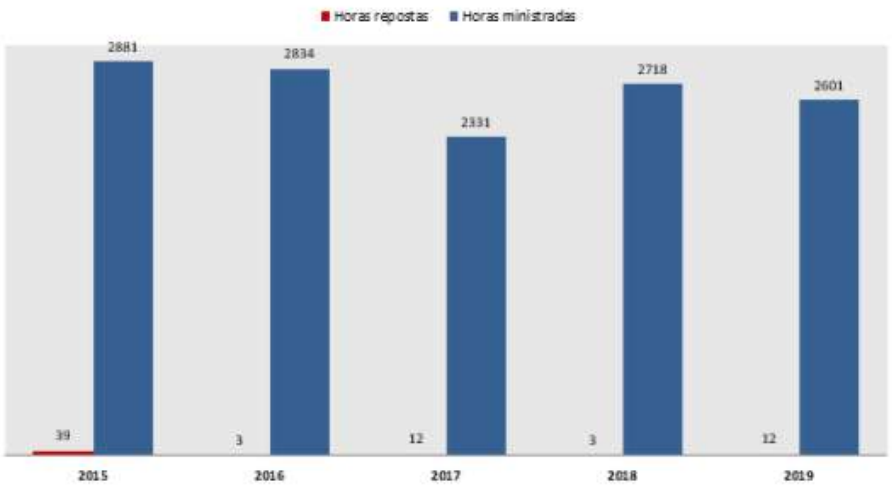
Compliance
Data Protection Officer - Proteção de Dados e Privacidade
Direito Contábil Tributário
Direito do Trabalho: A Reforma e seus impactos
Direito dos Contratos
Direito Societário e Mercado de Capitais
Lawtechs: Programação para advogados e empreendedores
Legal English: Contracts and Litigation
Legal Lab - Design e Inovação no Direito

Oficinas de Direito Contratual: modelagem prática de contratos contemporâneos
Pregão Eletrônico e o Novo Projeto de Lei de Licitações e Contratos
Redes sociais e estratégias digitais para negócios
Regulação e geração de valor na saúde suplementar

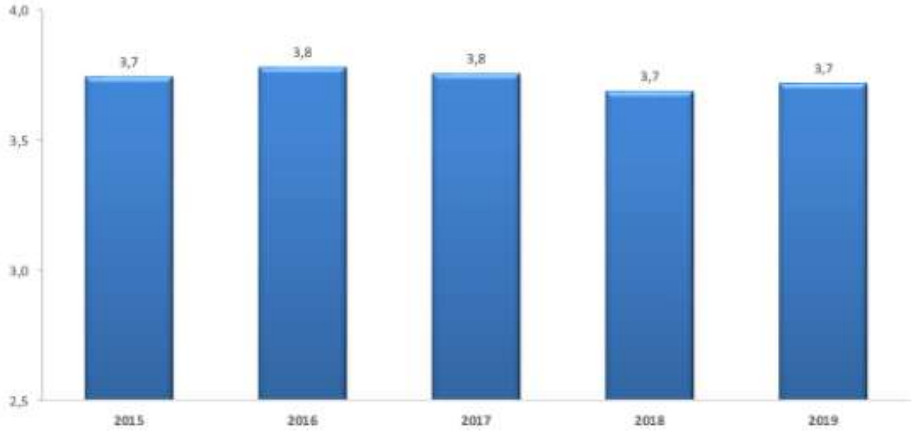
Excelência na prestação de serviços: Relação Candidato-vaga



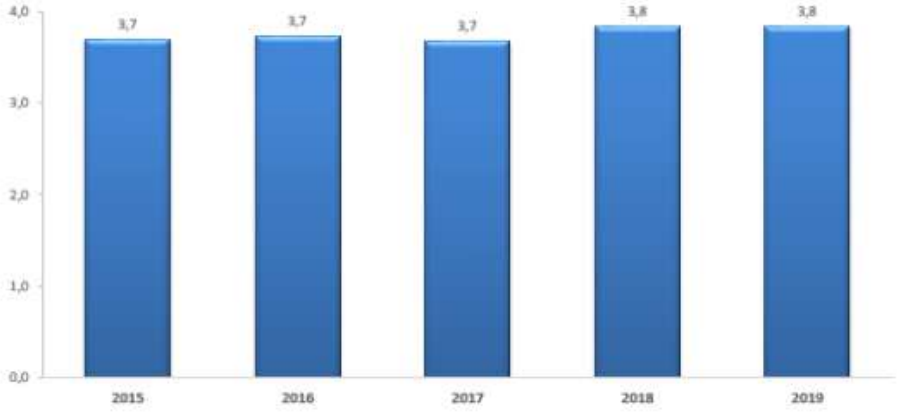
Horas ministradas x Horas repostas



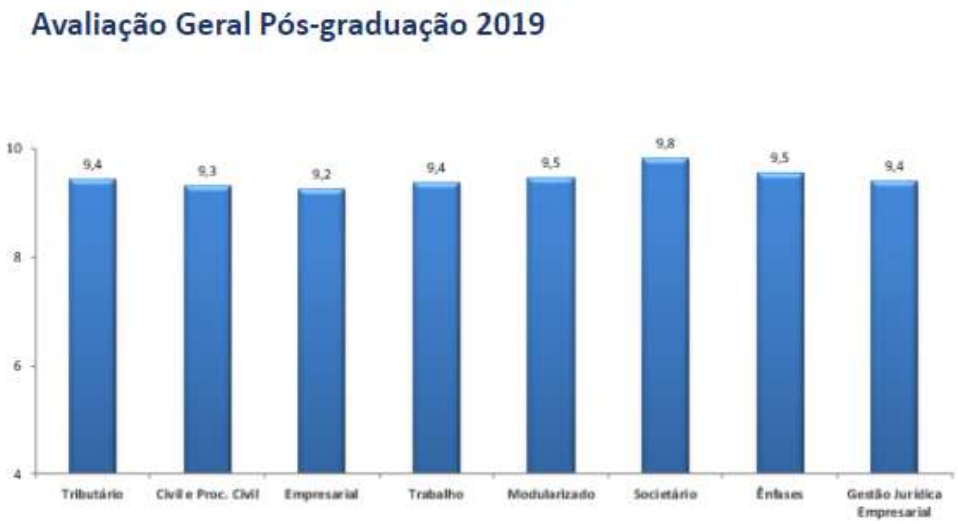
Avaliação Geral Pós-graduação



Avaliação Geral Curso de Educação Continuada



A Pós-graduação *Lato Sensu* da Rede Conveniada, por sua vez, obteve os seguintes resultados em 2019:



Em seu portfólio, estavam os seguintes cursos:

LL.M em Direito: Empresarial
LL.M em Direito: Empresarial com ênfases em Direito Tributário e em Direito Societário
LL.M em Direito Empresarial: Modularizado
LLM em Direito: Gestão Jurídica Empresarial
LL.M em Direito: Societário
LL.M em Direito: Trabalho e Previdenciário
LLM em Direito: Tributário
LL.M em Direito: Civil e Processual Civil

MBA em Direito: Ambiental e Sustentabilidade
MBA em Direito: do Estado e da Regulação

Evolução :: Turmas novas de Pós-graduação

2019
LL.M Sequencial: 7 turmas (Recife, Fortaleza, Belém, Vitória, Brasília, São Luís e Balneário Camboriú)
LL.M Ênfases: 12 turmas (2 Goiânia, 2 Maceió , 2 Vitória, 2 Aracajú, 2 Manaus e 2 Porto Alegre)
LL.M Modularizado: 11 turmas (2 Natal, 2 Curitiba, Barra da Tijuca, Londrina, Salvador, Brasília, Porto Alegre, Porto Velho e Recife.)

Evolução :: Alunos novos de Pós-graduação

Quanto aos cursos de Curta e Média Duração em Direito, compuseram o portfólio:

1. Contratos Imobiliários (60h)
2. Danos morais, assédio, discriminação e acidente do trabalho (40h)
3. Processo Imobiliário (54h)
4. Mediação e Arbitragem (48h)
5. Novo Código de Processo Civil (48h)
6. Compliance (16h)
7. Análise Econômica do Direito (16h)
8. Internet das Coisas e Direitos Digitais (16h)
9. Marketing Jurídico (16h)
10. Propriedade Intelectual (16h)
11. Reforma Trabalhista (16h)
12. Lei Geral de Proteção de Dados e Privacidade (16h)
13. Compliance Trabalhista (16h)
14. Contratos Administrativos e Seu Gerenciamento (24h)
15. Formação de Pregoeiros (24h)
16. Licitações Públicas (24h)
17. Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos (24h)

Cursos Livres em Direito

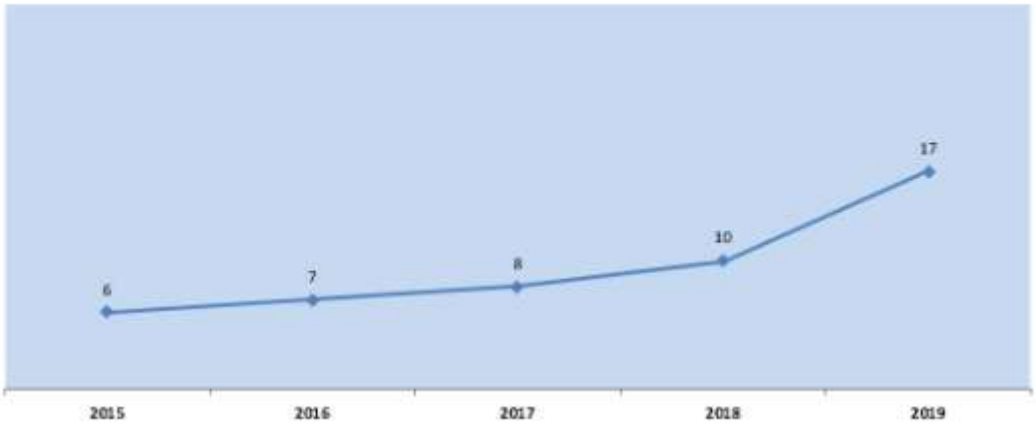
Palestras de Divulgação (*)

REGIÃO	DATA	PALESTRANTE
Joinville	21/fev	Marcos Cavalcante
Imperatriz /MA	27/fev	Gabriel Quintanilha
Brasília	11/mar	Claudio Carneiro
Barra da Tijuca	04/abr	Ciro Ferrando
Maceió	17/mai	Eliana Pulcinelli
OAB Itajaí	23/mai	Gabriel Quintanilha
Porto Velho	06/jun	Eliana Pulcinelli
Imperatriz /MA	15/ago	Octávio Fragata
Balneário Camboriú	24/set	Selma Carloto
Brasília	27/set	Wagner Osti
Campo Grande	02/dez	Selma Carloto

(*) Sem custo para a Escola

Quanto aos Cursos Corporativos *Online* (CADEMP):

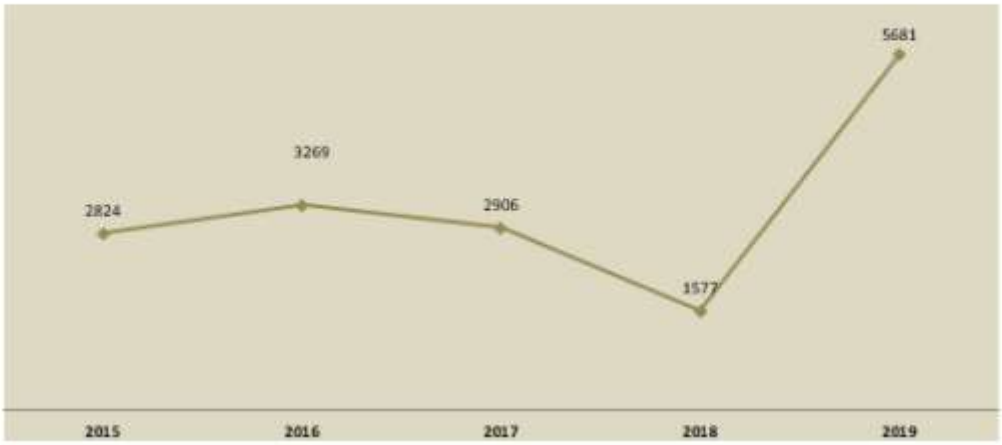
Evolução: Turmas novas



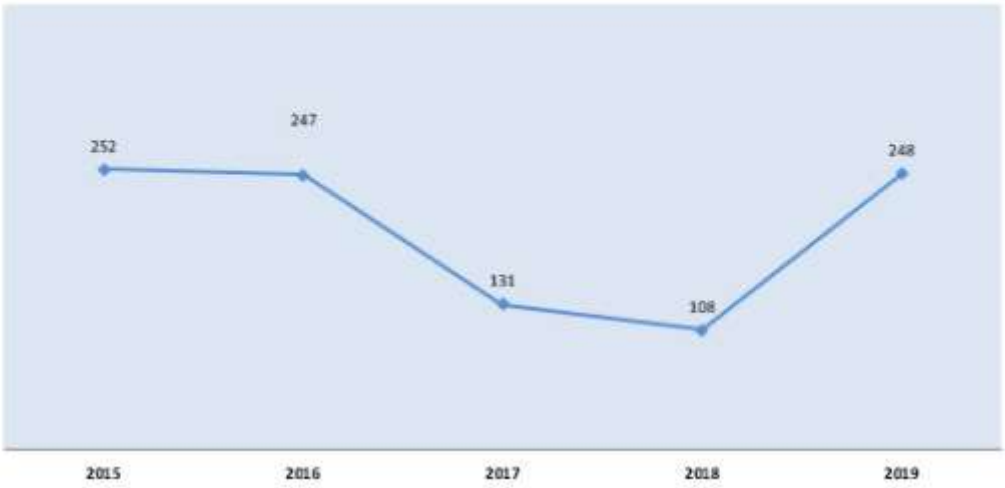
Turmas abertas em 2019

Empresa	Curso	Carga Horária
NATURA SP	Novo Código de Processo Civil	30h
LIQUIGÁS	Lei 13.303/16 - Novo Estatuto das Estatais	8h
TJ BA	Tutela de urgência e Tutela de Vigência	16h
	Relação de Família a luz do Código Civil	20h
	Direito Administrativo Contratual	20h
	Administração de unidades Judiciárias	24h
	Lawtec	16h
	Tutela Jurisdicional Individual	16h
	Direito do Consumidor e Responsabilidade Civil	20h
	Tutela Jurisdicional Coletiva	16h
	Microlitigação	16h
ANGLO AMERICAN	Aspectos Legais de Contratos, Pleitos, Gestão Contra	24h
	Aspectos Legais de Contratos, Pleitos, Gestão Contra	24h
COPASA	Lei 13.303/16 - Novos Estatutos das Estatais	16h
TRANSPETRO	Compliance e Gestão de Risco	24h
COMITÊ PARAOLÍMPICO	Aperfeiçoamento de Controle e Prestação de Contas	16h
GASPETRO	Compliance e Gestão de Risco	8h

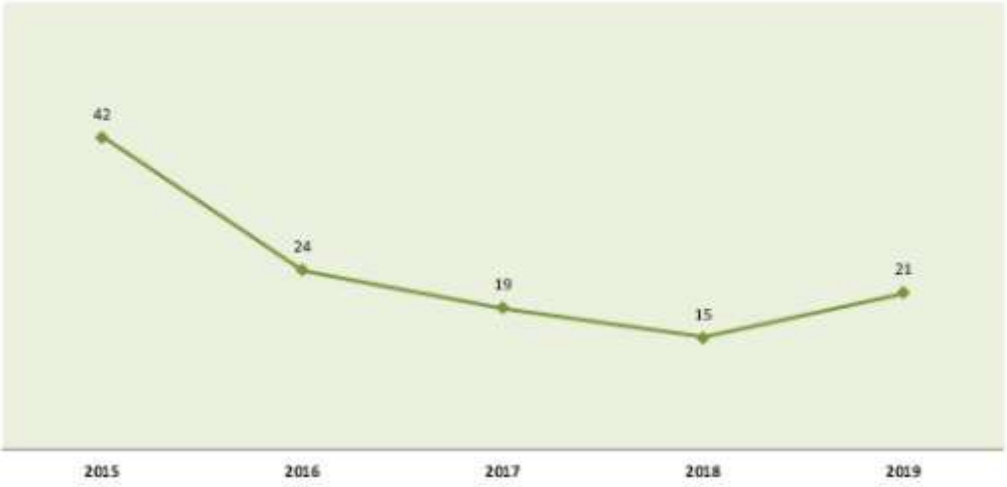
Evolução: Alunos (cursos livres + MBAs)



Evolução: Turmas novas (cursos livres + MBAs)



Evolução: Cursos oferecidos (cursos livres + MBAs)



Portfólio MBA`s Executivos On-line

1. MBA Executivo em Gestão e Business Law
2. Pós-graduação em Direito Empresarial

Portfólio Cursos Livres

1. Aspectos Legais da Relação de Consumo
2. Compliance
3. Direito Ambiental
4. Direito Contratual
5. Direito das Agências Reguladoras
6. Direito Empresarial para Gestores
7. Direito do Seguro e Resseguro
8. Direito do Trabalho
9. Direito Imobiliário
10. Direito Municipal
11. Direito para Startup
12. Direito Societário: Sociedade Anônima
13. Direito Societário: Sociedade LTDA
14. Direito Tributário
15. Falências e Recuperação de Judicial
16. Inglês Jurídico
17. Mediação e Arbitragem
18. Novo Código de Processo Civil
19. Responsabilidade Civil: Interpretação e Temas da Atualidade

Pós-graduação *Stricto Sensu*

O Programa de Mestrado em Direito da Regulação (PPGD) consolida-se progressivamente. Nesse processo, o Programa busca ampliar a sua internacionalização, as parcerias regionais e os níveis de produção do seu corpo docente permanente, visando a se tornar referência em debates nacionais e internacionais envolvendo temas regulatórios e reunir as condições consideradas necessárias pela área de Direito da CAPES para o oferecimento de um curso de doutorado.

O PPGD Programa, após parecer positivo do Conselho Superior da Capes, teve o seu recurso apreciado e deferido pela Presidência da mesma instituição. O resultado foi divulgado no dia 16/08/2018, por meio do qual se reverteu o conceito 3 inicialmente atribuído ao PPGD, que passou a contar com a nota 4 no atual ciclo quadrienal de avaliação.

[completar com os dados descritivos da Stricto Sensu]

3.3.1.2 A PESQUISA

Na DIREITO RIO, a pesquisa e o conhecimento se complementam e transcendem os muros da academia; prestam-se a provocar debates e reflexões, a conclamar e a mobilizar a sociedade civil em torno de temas de seu real interesse. A avaliação dos discentes, embora aplicada no âmbito da graduação e não dos Centros de Pesquisa propriamente ditos, reflete a formação ampla e complementar que recebem, de forma a integrar nas atividades acadêmicas os pilares de ensino, pesquisa e extensão.

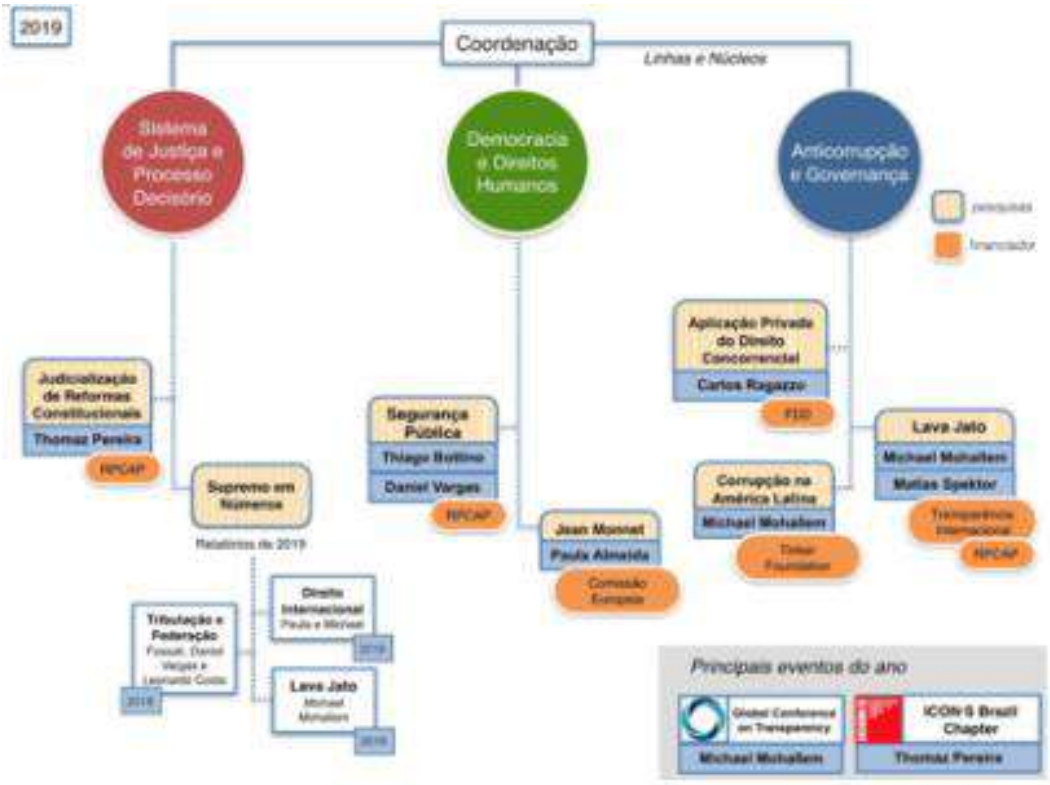
A pesquisa acadêmica é também desenvolvida pelos alunos da graduação por meio de participação do Programa de Iniciação Científica, criado para ampliar o acesso e a integração do estudante à cultura científica, estimular a produção e promover a interação entre o curso de graduação, a pós-graduação *stricto sensu* e os centros de pesquisa da DIREITO RIO:

A escola dispõe de três centros de pesquisa em temas de especial interesse para a sociedade brasileira: relações entre direito e economia, Poder Judiciário e tecnologia. Os professores, pesquisadores e alunos realizam pesquisas e desenvolvem projetos pioneiros nos centros, a saber: Centro de Justiça e Sociedade (CJUS); Centro de Pesquisas em Direito e

Economia (CPDE); e Centro de Tecnologia e Sociedade. Por meio deles, a DIREITO RIO mantém-se permanentemente posicionada em debates estratégicos e desenvolve projetos de pesquisa orientados para as áreas de inovação do Direito, em especial nas áreas de propriedade intelectual, governança e privacidade na internet, meio ambiente, *law and economics*, modernização e valorização do Poder Judiciário e da advocacia pública, além da realização de atividades de pesquisa aplicada em parceria com órgãos públicos, privados e também com o terceiro setor.

Centro de Justiça e Sociedade – CJUS

O Centro de Justiça e Sociedade (CJUS) conduz pesquisas em diversas áreas do Direito, com particular atenção ao comportamento do Judiciário e suas implicações nos demais poderes da República e na sociedade. O CJUS atua em três linhas de pesquisa prioritárias: (i) Sistema de Justiça e Processo Decisório; (ii) Democracia e Direitos Humanos; e (iii) Anticorrupção e Governança. Dentro destas linhas, foram desenvolvidos os seguintes projetos em 2019:



Em 2019, o CJUS teve, como pesquisas em andamento:

i. Superação dos obstáculos à aplicação privada do direito da concorrência
ii. Lava Jato: Lições para o Combate à Corrupção
iii. Centro de Excelência Jean Monnet
iv. Mapeamento da articulação e integração da Política de Segurança Pública do Rio de Janeiro
v. Supremo em Números
vi. Aplicação privada do direito concorrencial
vii. Papel dos sistemas judiciais na luta contra a corrupção na América Latina

Como produção bibliográfica de 2019, o centro produziu:

CATEGORIA	QUANTIDADE
Artigos Publicados em Periódicos	16
Artigos no prelo	6
Artigos de opinião (textos em jornais de notícias / revistas)	7
Entrevistas, mesas redondas, programas e comentários na mídia	59
Livros	3
Capítulos de livros	20
Capítulos no prelo	3

No que se refere aos eventos acadêmicos, o CJUS participou de:

i. 37 eventos nacionais;
ii. 13 eventos internacionais;
iii. 15 eventos, como organizador.

FGV DIREITO RIO

EVENTOS ACADÊMICOS NA FGV

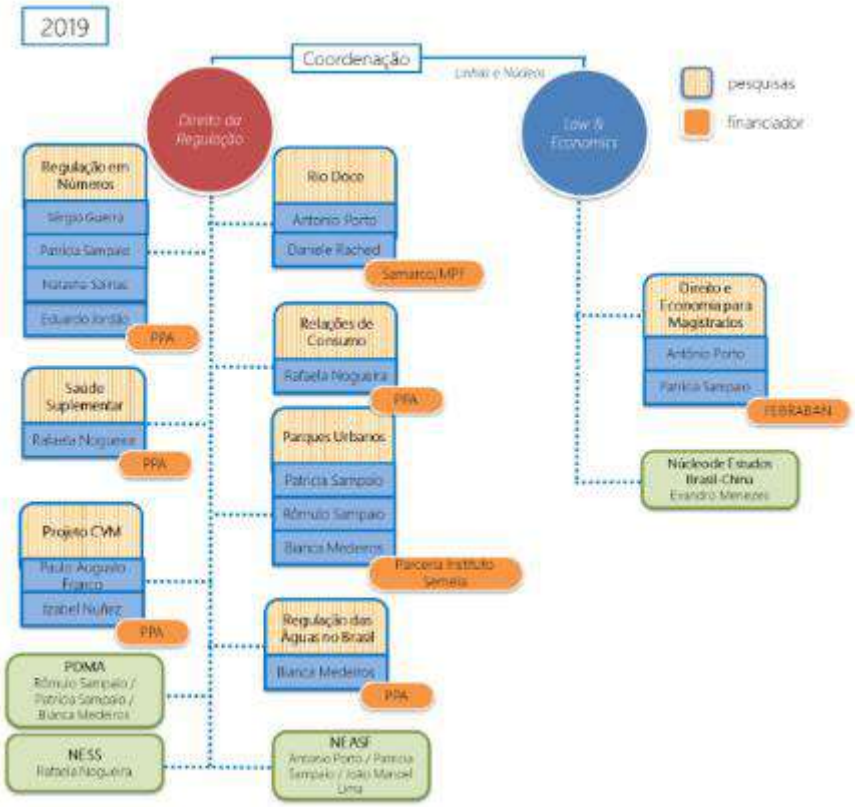
Tamanho	Data	Status	Organizador	Tema
Médio porte	20 de março de 2019	Nacional	André Mendes	Reformas legislativas e populismo em matéria penal
Médio porte	2 e 3 de maio de 2019	Internacional	Michael Freitas Mohallem	Encontro do Comitê Científico da Rede Mundial de Justiça Eleitoral
Grande porte	26 e 27 de junho	Internacional	Robert Michener (EBAPE) Michael F Mohallem (Direito Rio)	6th Global Conference on Transparency Research
Médio porte	19 de agosto	Internacional	Michael Freitas Mohallem Guilherme France	Compliance Corporativa: Promovendo Transparência e Responsabilidade nos Negócios
Médio porte	10 e 11 de outubro	Nacional	Thomaz Pereira	1° Encontro Brasileiro da Sociedade Internacional de Direito Público: ICON-S BRASIL
Pequeno porte	26 de novembro	Nacional	Michael Freitas Mohallem Isabel Veloso	Workshop "Combate à Corrupção no Brasil: Novos Desafios e Reformas Necessárias"

Centro de Pesquisa em Direito e Economia – CPDE

Desde a sua criação, o Centro de Pesquisa em Direito e Economia (CPDE), que integra a Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getulio Vargas, propõe-se a empregar a metodologia da análise econômica do Direito nas instituições do Direito e da Economia com ênfase na regulação. Essa metodologia ultrapassa a utilização do ferramental teórico da microeconomia nas normas e instituições do Direito e da Economia no intuito constante da realização de estudos empíricos, que busquem identificar quais instituições conduzem ao corpo regulatório mais eficiente. O objetivo comum que move o CPDE é, portanto, influenciar não somente a produção de

conhecimento, como também a formulação e o aperfeiçoamento de políticas públicas e as correspondentes disciplinas normativas.

O CPDE possui, como linhas de pesquisa principais, (i) Direito da Regulação; e (ii) *Law & Economics*, dentro dos quais se desenvolvem os seguintes projetos de pesquisa:



A produção bibliográfica do centro em 2019 dividiu-se em:

CATEGORIA	QUANTIDADE
Artigos Publicados em Periódicos	19
Livros	4
Capítulos de Livros	10
Artigos de opinião	15

Quanto aos eventos, o CPDE participou de 28 eventos nacionais, 2 eventos internacionais e organizou 7 eventos.

1.

Centro de Tecnologia e Sociedade – CTS

O Centro de Tecnologia e Sociedade (CTS) da DIREITO RIO estuda as implicações jurídicas, sociais e culturais associadas ao avanço da internet e ao uso massivo de dados e de outras tecnologias emergentes. Seus projetos visam impactar a formação de políticas públicas comprometidas com a democracia, os direitos fundamentais e a preservação do interesse público no progresso tecnológico. No ano de 2019 foram desenvolvidos os seguintes projetos e resultados:

Moderação de Conteúdo

Gestor: Ivar Hartmann

Meta: 1) Realização de Conferência Internacional com Embaixada da Alemanha e DAPP em Agosto; 2) Continuidade da Revisão de Literatura; 3) Condução das Entrevistas

Resultados alcançados no período: As Metas 1 a 3 foram cumpridas, tendo sido realizadas quase 40 entrevistas com representantes do Judiciário, Legislativo, Executivo e Imprensa.

CyberBRICS

Gestor: Luca Belli

Meta: 1) Atualizar constantemente o website do projeto; 2) Realizar eventos internacionais; 3) Publicar policy papers no website do projeto; 4) Finalizar o livro do projeto.

Resultados alcançados no período: Metas 1 a 4 cumpridas, sendo o livro pré-lançado em evento com vice-ministro de cyberespaço da China em 10/12

Modelagem Preditiva

Gestores: Ivar Hartmann e Fernando Correia Jr

Meta: 1) Realizar a marcação manual de 500 decisões judiciais para identificar citações a precedente, doutrina e referência legislativa; 2) Utilizar o dataset criado para treinar e aprimorar os algoritmos de identificação mecanizada de precedente, doutrina e referência legislativa; 3) Incorporar aprimoramentos ao Sistema de Análise Preditiva; 4) Finalizar a Plataforma de Análise Preditiva.

Resultados alcançados no período: As Metas 1 a 4 foram cumpridas.

Supremo em Números

Gestores: Ivar Hartmann e Guilherme Almeida

Meta: 1) Entregar miolo do IX Relatório (Direitos Humanos) aos autores; 2) Entregar miolo do X Relatório (Tributação e Federação) aos autores; 3) Finalizar as análises do XI Relatório (Lava Jato em Números).

Resultados alcançados no período: A 1 Meta será cumprida em dezembro. A metas 2 foi cumprida. A meta 3 será cumprida em janeiro.

3.3.1.3 A EXTENSÃO

No ano de 2019, foi feito o Projeto de readequação do *layout* da Escola na Graduação (8º andar), oferecendo um ambiente mais propício ao estudo e desenvolvimento de projetos de extensão, notadamente os chamados "*Field Projects"*.

Ademais, foram realizadas na Graduação as seguintes ações de extensão:

Experiência FGV DIREITO RIO – Ensino Médio :: 15/03 a 21/06/2019

Experiência FGV Direito Rio é um programa de extensão voltado a alunos do Ensino Médio da rede pública e privada que pretendam cursar direito e estejam em busca de informações necessárias à futura escolha profissional.

IV Curso de Inverno FGV DIREITO RIO :: 15 a 19/07/2019

Programa organizado pelos alunas e alunos da graduação, com uma semana de duração, voltado a estudantes de direito de todo o Brasil. Os participantes tem a oportunidade de debater com alguns dos principais docentes da Escola, vivenciar o método participativo de aula e conhecer as linhas de pesquisa da FGV Direito Rio.

Ensino :: Estratégias Inovadoras de Ensino :: *Field Project*

O principal objetivo do novo componente curricular da graduação *Field Project* é colocar em prática conceitos e teorias aprendidos em sala de aula que alcancem, impactem e/ou tenham interface com a comunidade externa à Escola. Almeja também e estimular a inovação científica e tecnológica nas diversas áreas do Direito e desenvolver habilidades profissionais interdisciplinares para carreiras variadas.

Ensino :: Estratégias Inovadoras de Ensino :: *Field Project*

Evento *Field Projects* 2019.1
12/08/2019

Ensino :: Estratégias Inovadoras de Ensino :: Simulações

Diciplina: Recursos no Processo Civil
Docente: Diogo Almeida
Simulação: Sessão de julgamento de recursos

Disciplina: Direito Global
Docente: Paula Almeida
Simulação: Julgamento da Corte Internacional de Justiça

Disciplina: Crime e Sociedade
Docente: Thiago Bottino
Simulação: Julgamento do Tribunal do Júri

Ensino :: Estratégias Inovadoras de Ensino :: Aula Debate

Disciplina: Penas e Medidas Alternativas
Docente: André Mendes
Convidado: Joel Luiz Costa, advogado criminalista da favela Jacarezinho e do Fórum Grita Baixada
Tema: "Seletividade da Justiça Criminal - A relação entre a guerra às drogas e o racismo estrutural"

Alunos e professores contam, ainda, com o Núcleo de Prática Jurídica – NPJ, que oferece oficinas e clínicas jurídicas, como a Prática Jurídica Simulada (oficina jurídica) e a Prática Jurídica Real (clínica jurídica).

Dentre as ações do NPJ em 2019, destacam-se:

Ensino :: Ações Voltadas à Inserção do Corpo Discente no Mercado de Trabalho – Visitas a escritórios

13/03/2019

24/04/2019

15/05/2019

31/05/2019

Ensino :: Ações Voltadas à Inserção do Corpo Discente no Mercado de Trabalho – Visitas a escritórios

19/08/2019

28/10/2019

26/08/2019

02/09/2019

04/11/2019

Objetivando oferecer condições de ensino em alto nível, as instalações de laboratórios da DIREITO RIO, no que se refere à qualidade dos serviços, zela pelo cuidado em dois aspectos: 1) Segurança de docentes, discentes e equipamentos; e 2) Serviços de apoio materiais e tecnológicos. Complementarmente, confira-se o item 3.5.1 Recursos Tecnológicos e Audiovisual.

Desta forma, no aspecto de segurança, as instalações e áreas comuns dos laboratórios e NPJ contêm extintores e sinalização de emergência, saídas, escadas de incêndio e áreas de circulação. Além disso, possui sistema de segurança especializado, com câmeras de circuito fechado de TV, para monitoramento e vigilância nas áreas de circulação de pessoas, nos corredores de acesso aos laboratórios e nas salas de informática.

Em 2019, o Núcleo de Prática Jurídica desenvolveu as seguintes clínicas:

Extensão :: Clínicas:: Laboratório de Assessoria Jurídica para Resolução Consensual de Conflitos (LACONF) (Res. Nº 5/2018 CES/CNE/MEC)

Cliente: ONG Luta Pela Paz (Complexo da Maré)

Supervisora: Cristiane Carneiro

Produto: Parecer jurídico com desenho de sistema de resolução de conflitos

Impacto: Impacto social local; *soft skills* como (i) comunicação e escuta e (ii) empatia; ação institucional de responsabilidade social.

Extensão :: Clínicas:: Laboratório de Assessoria Jurídica para Resolução Consensual de Conflitos (LACONF) (Res. Nº 5/2018 CES/CNE/MEC)

Cliente: Instituto Parque do Flamengo (IPF)

Supervisora: Cristiane Carneiro

Produto: Parecer jurídico com desenho de sistema de resolução de conflitos.

Impacto: Impacto social local. Responsabilidade social. Temas abordados: interlocução com FLAMA e AMA-GLORIA para soluções em comum atinentes ao Parque; limite de provas/maratonas por ano; conservação da praia e emissão de esgoto por clubes sediados no Parque; conservação e poda de árvores; reflorestamento da orla; constituição de fundo patrimonial para o Parque; aperfeiçoamento da segurança do Aterro Presente; medidas regulatórias para ensaios de bloco de carnaval.

Extensão :: Clínicas :: Laboratório de Assessoria Jurídica em Direitos Fundamentais (LADIF)

Cliente: Nudedh/DPGE-RJ – Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos da Defensoria Pública Geral do Estado do Rio de Janeiro

Supervisora: Juliana Antunes

Produto: Cartilha Jurídica Antidiscriminação: discursos de ódio – orientação à população nos casos de preconceito étnico-racial; intolerância religiosa; xenofobia e procedência nacional; violência política; misoginia; lgbtifobia.

Impacto: potencial de impacto local, regional e nacional, com publicação e realização de debate público. Responsabilidade social – respeito à diversidade – direitos humanos – práticas de tutela coletiva.

Extensão :: Clínicas :: Laboratório de Assessoria jurídica para Mercado de Capitais (LAMCA)

Cliente: CVM – Comissão de Valores Mobiliários & Instituto JNG

Supervisor: Carlos Augusto Junqueira

Produto: modelo de Contrato de Impacto Social – CIS (no inglês *Social Impact Bonds*): emissão de valores mobiliários por S.A. controlada por ONG. O Instituto JNG é o *case* para emissão, uma ONG voltada à moradia com suporte individualizado a pessoas com deficiência intelectual.

Impacto: potencial de impacto local, regional e nacional, no contexto de tema que aproxima mercado financeiro e terceiro setor. Responsabilidade social - inclusão da pessoa com deficiência - inovação.

Extensão :: Clínicas :: Laboratório de Assessoria Jurídica a Novas Tecnologias (LAJUNT)

Cliente: Nós8; *Freelaw*; CONTAQUI

Supervisores: Helder Galvão e Felipe Hanzsmann

Produto: consultoria jurídica para *startups* nas diversas fases de um negócio, desde a concepção da ideia, definição do modelo, relação entre sócios, investidores e colaboradores, estruturação do projeto, proteção da propriedade intelectual, captação de recursos até o pleno funcionamento da empresa e geração de receita.

Impacto: impacto local. Desenvolvimento de novas habilidades e conteúdos multidisciplinares relacionados ao impacto da tecnologia no Direito.

Extensão :: Clínicas :: Laboratório de Assessoria Jurídica a Novas Tecnologias (LAJUNT)

Cliente: *Mana*. *Mediar360*.

Supervisores: Helder Galvão e Felipe Hanzsmann

Produto: consultoria jurídica para *startups* nas diversas fases de um negócio, desde a concepção da ideia, definição do modelo, relação entre sócios, investidores e colaboradores, estruturação do projeto, proteção da propriedade intelectual, captação de recursos até o pleno funcionamento da empresa e geração de receita.

Impacto: impacto local, regional e nacional. *Mediar360* - plataforma digital de negociação, conciliação e mediação, focada em disputas empresariais. *Mana* - startup/aplicativo que aproxima mulheres para reduzir desconforto ao andarem sozinhas nas ruas. Desenvolvimento de novas habilidades e conteúdos multidisciplinares relacionados ao impacto da tecnologia no Direito.

Extensão :: Clínica de Férias :: *Amicus Curiae*

Cliente: ACRJ – Associação Comercial do Rio de Janeiro

Supervisor: Gustavo Fossati

Produto: memorial de *amicus curiae* na ADI nº 5958: tributação de transferências eletrônicas de *software*

Impacto: potencial de impacto nacional. Contribuir para o debate público e tomada de decisão no âmbito do STF. Será o 20º *amicus* apresentado pelo NPJ no STF

Extensão :: Clínica de férias :: Mediação

Cliente: Comissão de Mediação de Conflitos da OAB/RJ

Supervisora: Rafaela Moreira

Produto: Parecer Jurídico: Análise do projeto piloto de exportação de modelo de Câmara de Mediação de Conflitos da OAB-RJ para Subseções: a experiência do projeto piloto de Câmara de Mediação de Conflitos da OAB-RJ em Petrópolis.

Impacto: potencial de impacto local, regional e nacional. Trabalho será publicado ainda em 2019, em parceria com a OAB/RJ. A divulgação contará com o apoio da *Comissão Especial de Mediação e Conciliação* da OAB Nacional (Dra. Samantha Pelajo, Vice-Presidente)

Extensão :: Clínica de Férias :: Laboratório de Assessoria Jurídica em Direitos Fundamentais (LADIF)

Cliente: NUSPEN (Núcleo do Sistema Penitenciário da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro)

Supervisora: Fernanda Prates

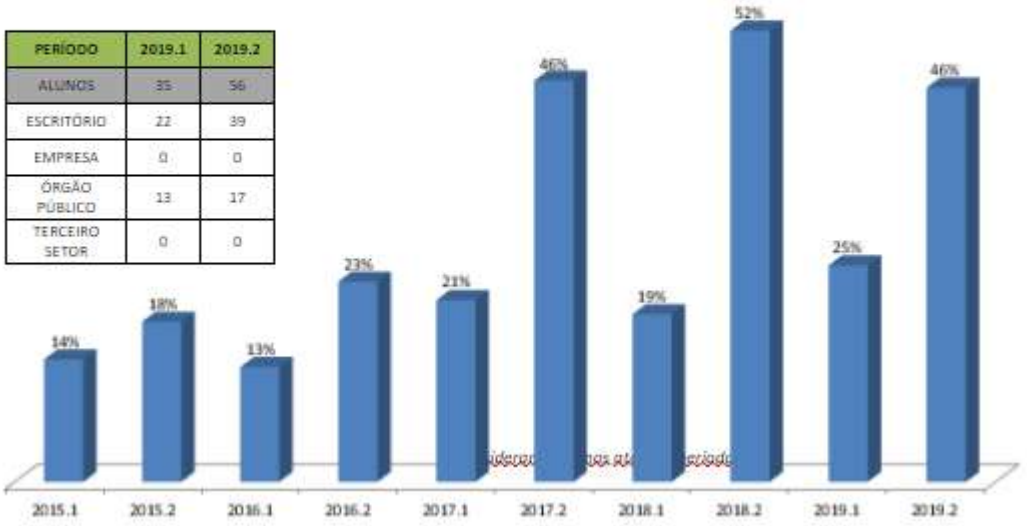
Produto: Parecer Jurídico: *Regras de Mandela no Brasil*: aplicabilidade e força normativa das Regras Mínimas das Nações Unidas para o Tratamento de Presos (ONU/2015).

Impacto: potencial de impacto local, regional e nacional. Identificar o tratamento dado pelo STJ e STF às referidas regras e recomendar melhores práticas penitenciárias à luz das referências internacionais em matéria de tratamento digno ao preso. Política penitenciária – execução penal – direitos humanos – práticas de tutela coletiva.

Ensino :: Ações Voltadas à Inserção do Corpo Discente no Mercado de Trabalho - Programa de Atividade Monitorada de Férias

PARTICIPAÇÃO DISCENTE NO PROGRAMA*

PERÍODO	2019.1	2019.2
ALUNOS	35	56
ESCRITÓRIO	22	39
EMPRESA	0	0
ÓRGÃO PÚBLICO	13	17
TERCEIRO SETOR	0	0



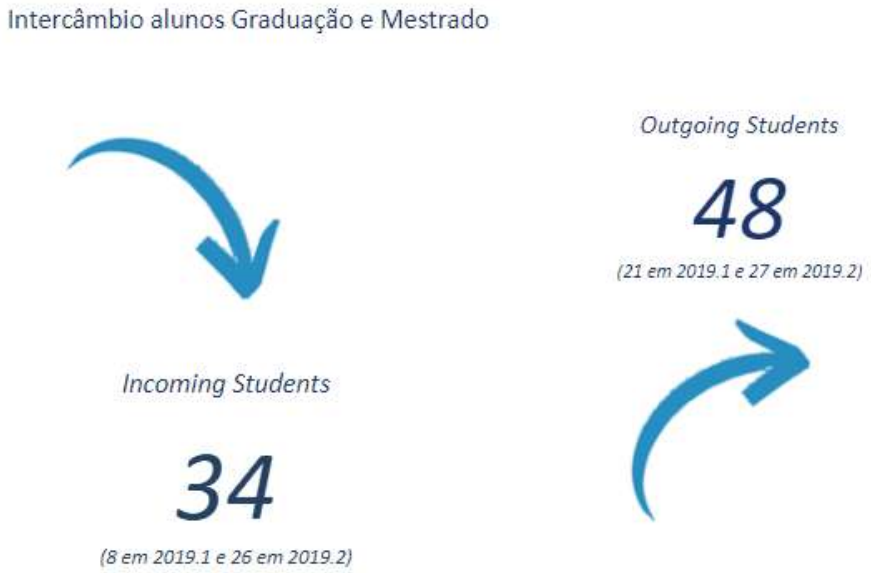
Importante notar que, no que tange às atividades de internacionalização, a Coordenação de Relações Internacionais (CRI) da DIREITO RIO é responsável pelo intercâmbio acadêmico da escola, seus convênios internacionais, cursos com professores estrangeiros, programas de bolsas internacionais e eventos que envolvam instituições e/ou convidados internacionais.

Ao longo de 2019, a comunicação com os alunos e parceiros institucionais foi sendo trabalhada com o intuito de aproximação e de um contato sensível entre ambas as partes.

A área trabalha para que a graduação e a pós-graduação efetuem sua internacionalização, servindo também como suporte para futuros projetos isolados com alguma dimensão internacional. Como ações de internacionalização em 2019, merecem destaque:

- 48 alunos da Direito Rio em intercâmbio no ano de 2019;
- 05 alunos selecionados para a Programa de Formação Cultural FGV/Sorbonne 2020;
- 2 alunos selecionados para Bolsa Santander;
- Aplicação das Institucional Evaluations junto à Graduação;
- 8 Disciplinas oferecidas em inglês em 2019 + 3 cursos internacionais (China/EUA/UK);
- Avaliação/Renovação/Formalização de convênios;
- Participação efetiva na Law Schools Global League;
- Representação junto a diversas universidades (Columbia, Minnesota, Tilburg, Porto...)
- Participação no ale Latin American Linkage Program 2019 e 2020;
- Melhorias no canal de comunicação das atividades internacionais;
- Institucionalização - Editais de seleção;
- Parceria Centro Acadêmico Mario Machado - CAMM

- Participação na 14th ICC International Commercial Mediation Competition (Paris);
- Participação na 26th Willem C. VIS International Commercial Arbitration Moot (Viena);
- Participação na Inter-American Humans Rights Moot Court Competition (Washington);
- CyberBRICS 2020: 06 fellows selecionados para a DIREITO RIO;
- Convênio “Mestrado 1 + 1” – Católica Global School (UCP)



Dentre os parceiros internacionais, destacam-se:

Foram ofertadas também disciplinas em inglês:

2019.1:

i. Comparative Constitutional Law | Thomaz Pereira
ii. Personal Data Protection in the BRICS and EU | Luca Belli
iii. Contemporary Issues In International Law | Danielle Rached
iv. Regulatory Strategies | Eduardo Jordão

2019.2:

i. Citizenship: Membership, Rights & Equality | Thomaz Pereira
ii. Data Protection Regulation and Ethics | Luca Belli
iii. Human Rights in Latin America | Michael Mohallem
iv. Regulatory Strategies | Eduardo Jordão

Outras iniciativas de destaque:

Programa *CyberBRICS in Rio 2019*

OPEN SOCIETY FOUNDATIONS

2019.1

Andrey Shcherbovich
(Rússia)

Anja Kovacs
(Índia)

Sagwadi Mabunda
(África do Sul)

Min Jiang
(China)

Daniel Oppermann
(Brasil)

Ian Brown
(EUA)

2019.2

Aaron Martin
(EUA)

Anna Orlova Diniz
(Rússia)

Larissa Galdino Santos
(Brasil)

Senka Hadzic
(África do Sul)

Smriti Parsheera
(Índia)

A DIREITO RIO solidifica, ainda, sua participação na Law Schools Global League:

Participação na LSGL

Law Schools Global League

Reunião Preparatória
Stockholm University - Estocolmo
Fevereiro 2019

Encontro de Diretores
International College - Turim
Julho 2019

Summer School
International College - Turim
Julho 2019

Participação nos Grupos de Pesquisa da LSGL

Law Schools Global League

- Anticorrupção
- Direito e Negócios
- Direitos Humanos
- Novas Tecnologias e Direito
- Educação e Ensino Jurídico

Participação em Moot Courts:

Participação em *Moot Courts*

Premissas:

1. Acompanhamento docente de cada equipe;
2. Institucionalização de editais de seleção;
3. Criação de logomarcas dos times;
4. Patrocínio: *Funding* externo consideravelmente incrementado;
5. Portfólio de equipes ;
6. Relatórios de acompanhamento.

EQUIPO DE DERECHOS HUMANOS FGV DIREITO RIO

ARBITRATION TEAM OF FGV DIREITO RIO

EQUIPE DE MEDIAÇÃO DA FGV DIREITO RIO

Participação em *Moot Courts*

1. *ICC International Commercial Mediation Competition;*
2. *Willem C. VIS International Commercial Arbitration Moot;*
3. *Inter-American Humans Rights Moot Court Competition;*
4. *CAMARB – Mediação;*
5. *CAMARB – Arbitragem.*

Programa Embaixadores DIREITO RIO:

Proposta

- O Programa de Embaixadores da FGV DIREITO RIO está inserido no contexto de crescente **internacionalização** da Escola e, principalmente, da Fundação Getulio Vargas, reconhecida internacionalmente como importante Think Tank.
- O objetivo primordial é estreitar a **conexão** entre a FGV e Universidades internacionais de **destaque** no mundo, cujas atividades estejam em consonância com o modelo de **ensino** FGV e nossa agenda de **pesquisa**.
- Mais concretamente, a intenção é intensificar intercâmbios discente e docente, programas, aulas, pesquisas, eventos, publicações e atividades conjuntas utilizando-se de pessoas que possuem **contato institucional relevante**.

Perfil dos Embaixadores

- Alunos(as) e ex-alunos(as) da FGV DIREITO RIO
- Experiência internacional proveitosa
- Fluência em línguas estrangeiras (inglês, francês, espanhol, alemão e chinês)
- Postura e comportamento adequados
- Disponibilidade de tempo e localização
- Bom relacionamento interpessoal
- Mandato de 1 ano, podendo ser renovado

Atividades (exemplos)

- Auxiliar professores(as) e pesquisadores(as) da FGV DIREITO RIO na realização de parcerias e atividades com a universidade em questão
- Auxiliar na organização, recepção e acompanhamento de visitas de professores(as) da universidade em questão e vice-versa
- Contribuir com *feedbacks* e participação em bancas sobre possíveis candidaturas de alunos(as) da FGV DIREITO RIO nos programas em questão
- Auxiliar os alunos intercambistas na FGV DIREITO RIO oriundos das universidades em questão
- Difundir as pesquisas e atividades realizadas pela Escola de Direito Rio junto aos seus contatos nacionais e internacionais
- Apoiar o contato com sua base local para a prospecção de ações junto a universidade em questão, em monitoramento constante de possíveis novas ações conjuntas
- Atuar de forma colaborativa com os demais embaixadores(as), fomentando a troca de experiências entre universidades

Visitas técnicas em universidades estrangeiras:

(Road Show – Top Universities EUA)

3.3.2 Comunicação com a sociedade

Difusão do conhecimento

A reestruturação das atividades de difusão do conhecimento da escola, ligada à Coordenação Executiva de P&D teve como objetivo a apropriação acadêmica das diversas iniciativas desenvolvidas pela DIREITO RIO, bem como a redução de custos internos.

No que se refere aos conteúdos de comunicação e mídia, reativamos o *site* da escola, mantendo-o atualizado no que diz respeito a notícias, eventos, corpo docente, entre outros itens. Já se encontra em processo de reestruturação todo o *site*, com o objetivo de torná-lo mais atraente à leitura, moderno, dinâmico e interativo, com conteúdos diversos, visando humanizar e mostrar o dia a dia da instituição.

Com relação à organização de eventos e divulgação de cursos, houve incremento no planejamento das ações, visando difundir, da melhor forma possível, os eventos organizados pela escola. Abaixo, alguns resultados de 2019:

Instagram:

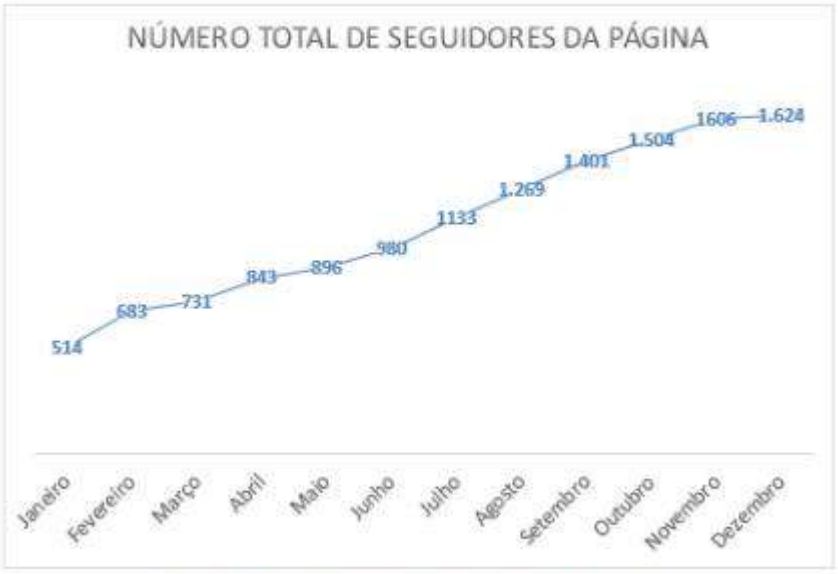
Informações do mês de dezembro apenas até o dia 10

Facebook:

Informações do mês de dezembro apenas até o dia 10

LinkedIn:

+1.110 curtidas da página em 2019



Informações do mês de dezembro apenas até o dia 10

Publicações

A DIREITO RIO conta com uma Coordenação de Publicações responsável pela divulgação de sua produção intelectual, por meio da difusão dos trabalhos de seus professores, pesquisadores e colaboradores. Além de publicar em plataformas físicas e virtuais, a coordenação tem como tarefa disponibilizar e facilitar a distribuição desse material tanto em sistemas de comunicação acadêmica de acesso aberto na internet quanto na Biblioteca Digital da FGV e indexadores científicos, como também em livrarias.

Destaques 2019:

- Processo Editorial – publicados 12 livros – parceiros diversos
- Em produção editorial – 20 livros – 6 ainda para 2019
- Publicados 3 volumes da RDA
- Economia de recursos
- Coleção História Oral – Projeto Piloto para e-book
- Novo Conselho Editorial estabelecido
- RDA e livros – novo plano de divulgação internalizado
- RDA – bilíngue e indexada – requisitos projeto A1 completos
- RDA – mais acessada na Biblioteca Digital FGV
- Outubro 2019 – II Seminário de Periódicos Jurídicos

No ano de 2019 foram publicados 12 (doze livros):

- A realidade do Supremo Criminal
- Constitucionalismo de realidade: democracia, direitos e instituições
- Direito e economia: diálogos

- Governança e regulações da internet na América Latina
- Horizonte presente: tecnologia e sociedade em debate
- Incentivos regulatórios à filantropia individual no Brasil
- O CNJ e a reconfiguração do campo judiciário
- O Supremo e o processo eleitoral
- Por que o legislador quer aumentar penas?: populismo penal na Câmara dos Deputados
- Revista do Programa de Direito da União Europeia - Cátedra Jean Monnet da DIREITO RIO - Número 9
- Revista do Programa de Direito da União Europeia - Cátedra Jean Monnet da DIREITO RIO - Número 10
- Termos de uso e direitos humanos: uma análise dos contratos das plataformas online

Revista de Direito Administrativo – RDA

A Revista de Direito Administrativo (RDA) é produzida pela Escola de Direito da Fundação Getulio Vargas do Rio de Janeiro (DIREITO RIO). A edição e a distribuição são realizadas em parceria com a Editora FGV e a Editora Fórum. O periódico está vinculado ao Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Direito da Regulação da DIREITO RIO - PPGD. Assim, além de manter a sua linha editorial tradicional, voltada à divulgação de ideias nas áreas de direito público e teoria do direito, também essenciais para uma compreensão ampla do fenômeno regulatório, a Revista traz artigos relacionados especificamente às linhas de pesquisa do próprio Programa: Governança regulatória, Instituições e Justiça e Economia, Intervenção e Estratégias Regulatórias.
Como Revista do PPGD, a RDA pretende, fundamentalmente, incentivar a produção e divulgar estudos destinados à compreensão adequada dos diferentes aspectos por trás do exercício de atividades regulatórias e propor soluções para lidar com os problemas gerais e setoriais da regulação. Nesse contexto, a agenda de publicações da RDA não se resume à divulgação de trabalhos relacionados ao funcionamento de setores regulados, e ao papel do Estado na implementação de mecanismos de incentivo para orientar o comportamento de agentes econômicos, de modo a possibilitar o alcance de resultados desejáveis e a impedir a ocorrência de resultados indesejáveis.

A riqueza da agenda regulatória também requer o enfrentamento de temas e problemas diversos, que igualmente inspiram a linha editorial da Revista, como, por exemplo, os que dizem respeito (i) ao papel do Estado na economia, (ii) aos programas e limites constitucionais que afetam e deveriam influenciar o desempenho das atividades estatais, (iii) à tomada de decisão regulatória e à interpretação de normas, (iv) ao controle da atividade regulatória, (v) aos arranjos institucionais atuais e às alternativas de modelo regulatório, (vi) à compreensão das diversas formas de diálogo entre o direito e a economia, (vii) às relações entre incentivos regulatórios e o desempenho de atividades empresariais, (viii) às diversas formas de interação entre órgãos reguladores e outros poderes, (ix) à estrutura das normas que concretizam opções regulatórias, (x) à dimensão política da regulação e à legitimidade democrática da ação regulatória, (xi) aos aspectos epistêmicos subjacentes às escolhas regulatórias e ao desenvolvimento de teorias sobre a intensidade de controle dessas escolhas, (xii) às estruturas de governança que favorecem a

responsividade de agentes reguladores e regulados e (xiii) aos aspectos penais e tributários da regulação.

A RDA é editada de forma contínua, desde 1945. Atualmente, a periodicidade é quadrimestral e a publicação ainda traz decisões das diversas instituições jurídicas brasileiras, contando com contribuições notáveis, no cenário nacional e internacional. Abaixo são elencadas as seis diretrizes principais que pautam a RDA:

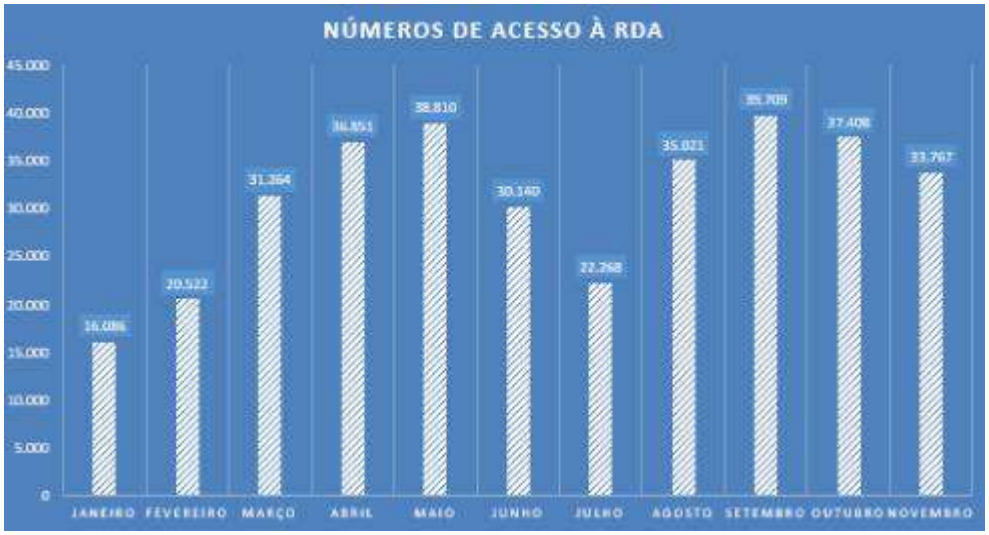
- O pluralismo de ideias, experiências, doutrinas, opiniões, teorias, jurisprudências e argumentações;
- O estímulo à inovação, a originalidade do pensamento jurídico, sobretudo aquele que se fundamenta na realidade do direito brasileiro;
- Uma realidade cada dia mais evidente: o crescente envolvimento entre o direito, a economia, a cultura e a política;
- Abertura da RDA aos novos campos do saber jurídico, que já se delineiam como indispensáveis ao profissional de direito e favoritos na reflexão acadêmica neste começo de século XXI;
- O compromisso da RDA com o fortalecimento da democracia, isto é, com a consolidação do Estado Democrático; e
- O compromisso com o Estado de Direito.
- Missão: Conduzir as principais e atuais discussões sobre os diversos aspectos subjacentes ao fenômeno regulatório e, em uma perspectiva mais ampla, sobre o direito público e teoria do direito no Brasil, de maneira interdisciplinar, empírica e com alto padrão de qualidade.

No ano de 2019 foram publicados:

REVISTA DE DIREITO ADMINISTRATIVO - PUBLICADAS

- Revista de Direito Administrativo - Volume 278, número 1
- Revista de Direito Administrativo - Volume 278, número 2
- Revista de Direito Administrativo - Volume 278, número 3

Como resultados, mensurados em número de acessos ano em referência, tem-se a consolidação da RDA como periódico mais acessado da Biblioteca Digital FGV:



Outras iniciativas comunicadas à Comunidade Acadêmica

Abaixo são destacadas algumas iniciativas em relação à comunicação da DIREITO RIO com a sua comunidade acadêmica:

- Criação de novas Resoluções administrativas, acadêmicas e executivas;
- Implantação do Calendário Geral da Escola;
- Confecção de selo de Certificação ISO 9001 para uso nos documentos da Escola;
- Criação de um espaço de convivência para os funcionários, bolsistas e estagiários;
- Mapeamento do processo de funcionamento das atividades administrativas (controles internos);
- Novo padrão de comunicação visual da Escola através das placas de identificação nas portas;
- Continuidade ao Programa Viva Bem, que oferece aos colaboradores a possibilidade de compartilhar conhecimentos com profissionais de outras áreas de atuação. Promove campanhas e comemorações; e
- Novo Programa de Integração - integrar os novos colaboradores ao ambiente e à cultura da Escola.

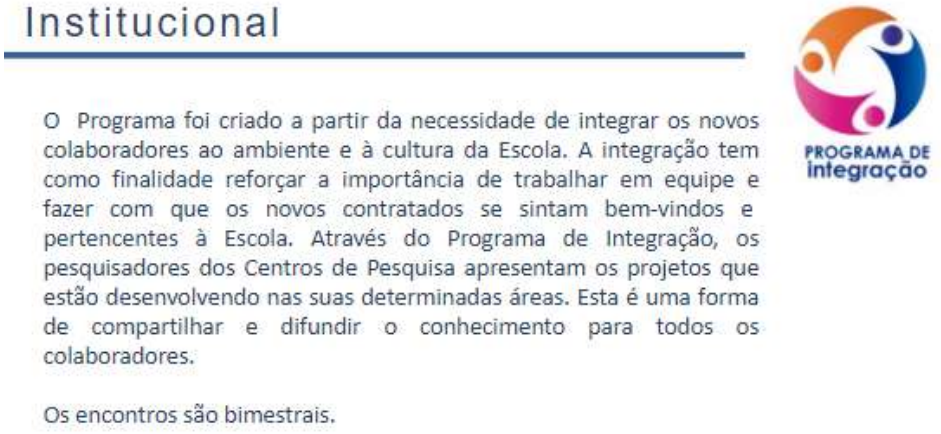
Ações desenvolvidas pela CPA

Recomendações CPA	Ações FGV Direito Rio
Utilização de outros mecanismos de avaliação	Aplicação de formulário de avaliação para o corpo técnico-administrativo; criação de pedido formal da coordenação da graduação de avaliação das turmas; aplicação de formulário de avaliação para professores.
Criação de comissão para formalizar/uniformizar a avaliação institucional	Revisão do formulário de avaliação da pós stricto, criação de formulário de avaliação do PPGD com participação de professores especializados em metodologia da pesquisa e reunião inicial com a coordenação da pós lato com o mesmo propósito.
Normatização da capacitação de funcionários	Resolução Administrativa 006/19, de 14/8/2019.
Expansão da cultura de autoavaliação	Reunião do presidente da CPA com o corpo técnico-administrativo e com os docentes; reuniões da coordenação de graduação com os discentes; disseminação de informações sobre a CPA e partes importantes do PDI pela FGV Direito Rio.

Divulgação

Cartaz

E-mail marketing



3.3.3 Programas de atendimento aos estudantes

A DIREITO RIO desenvolve um conjunto de ações para atender o seu corpo discente, descritos, a seguir:

Acesso aos cursos:

De acordo com o Regulamento do curso de graduação, o ingresso pode ser realizado por meio das seguintes modalidades de processo seletivo: vestibular; Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM); exames internacionais IB e ABITUR FGV; transferência externa e portador de diploma.

Anualmente, a FGV lança *Edital do processo seletivo* para ingresso por meio de Vestibular. Os candidatos realizam sua inscrição pela internet e, após a realização de provas objetivas e

discursivas, são classificados de acordo com a média ponderada das notas das provas realizadas. São considerados aprovados os primeiros candidatos a preencher o número de vagas destinados ao processo seletivo, sendo os demais classificados em lista de espera por ordem decrescente.

Para ingressar na instituição pelo ENEM, os candidatos realizam sua inscrição pela internet, conforme estabelecido no *Edital do processo seletivo* para ingresso por meio de FGV ENEM. Os candidatos são classificados de acordo com a média ponderada das notas obtidas em cada área de conhecimento. São considerados aprovados os primeiros candidatos a preencher o número de vagas destinados ao processo seletivo, sendo os demais classificados em lista de espera por ordem decrescente.

O ingresso pelos exames internacionais IB e ABITUR FGV, também segue o divulgado em edital. Ao inscrever-se, os candidatos deverão anexar o Certificado do Exame realizado. Os candidatos são classificados de acordo com a nota obtida no IB ou ABITUR e são considerados aprovados os primeiros candidatos a preencher o número de vagas destinados ao processo seletivo, sendo os demais classificados em lista de espera por ordem decrescente.

O ingresso por meio de transferência externa e portador de diploma é divulgado por edital próprio para candidatos matriculados em outra instituição de ensino superior que tenham concluído ao menos o 1º período. Os candidatos aprovados realizarão prova escrita e entrevista, ambas organizadas pela DIREITO RIO. Uma vez aprovado deverá entregar na SRA o histórico e as ementas das disciplinas cursadas na IES de origem que deseja aproveitar. A SRA é responsável pelo envio da documentação à Coordenação Acadêmica para preparo de grade de equivalência de disciplinas.

O Programa de Dupla Graduação é destinado a alunos da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas (EBAPE/ FGV), da Escola de Matemática Aplicada (EMAp/ FGV) e do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC/ FGV) que buscam obter diploma de 2ª graduação em Direito na DIREITO RIO.

Os candidatos passam por entrevista e análise curricular realizada pela Coordenação Acadêmica da Graduação da DIREITO RIO, conforme estabelecido em edital próprio.

O acesso ao Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* é realizado anualmente conforme estabelecido em edital.

Os candidatos aos cursos de Pós-graduação *Lato Sensu* são selecionados por meio da análise curricular e entrevista realizado pela Coordenação Acadêmica.

<u>Apoio Pedagógico e Administrativo ao Ensino de Graduação:</u>

Após o ingresso, o aluno de graduação da DIREITO RIO conta com o apoio da Coordenação de Graduação ao longo do curso. A coordenação é composta de Coordenação Geral, Secretaria, Coordenação de Ensino e Coordenação de Prática Jurídica.

A Coordenação de Graduação está sempre pronta para acolher e encaminhar demandas dos alunos presencialmente de 2ª a 6ª, das 7h30 às 18h. Ademais, o contato com a Coordenação pode ser realizado por telefone e e-mail eletrônico.

Na linha de frente do apoio ao aluno, a Secretaria é regularmente o primeiro ponto de contato do corpo discente com a Coordenação de Graduação. São responsáveis pela confecção e entrega de prismas, alocação de armários, bem como do encaminhamento de dúvidas sobre matrícula, requerimentos, pedidos de revisão de provas, programa de monitoria, acompanhamento de regime de exercícios domiciliares, programa de dependência acadêmica e processos de recusa de matrícula.

Como maneira de identificar pontos positivos e negativos das dinâmicas em sala de aula, a Coordenação de Ensino realiza reuniões bimestrais com os representantes de turma. Em 2018 foram realizadas 4 reuniões, todas com a participação de representantes do Núcleo de Apoio Pedagógico e Coordenação Executiva de Ensino, onde foram discutidas não apenas a relação discente-docente em sala de aula, mas também questões socioemocionais das turmas. As trocas realizadas nas reuniões foram fundamentais para a diminuição de anseios e tensões naturais do corpo discente da graduação.

Outras ações de destaque promovidas pela coordenação de graduação são:

- Oficinas de Leitura, Redação e Pesquisa: atividades complementares obrigatórias a alunos dos dois primeiros anos do curso nas quais as turmas são divididas em grupos de até 8 participantes e são desenvolvidas habilidades de leitura e redação de textos jurídicos, bem como um primeiro contato com a pesquisa empírica jurídica.
- Atividades Complementares.
- Horário de atendimento extraclasse: elaboração de grade de horários de atendimento extraclasse docente ao corpo discente.
- Prêmio *Meritum*: prêmio de R$500,00 de compras na livraria da FGV dado como estímulo ao aperfeiçoamento estudantil aos alunos com maiores rendimentos acadêmicos de cada turma.
- Prêmios de TCC *Miranda Rosa de Qualidade e Lamy Filho de Inovação*: prêmio de um Curso de Educação Continuada (60h) e publicação de TCC em livro "Coleção Jovens Juristas" dado ao melhor TCC em cada categoria visando ao aperfeiçoamento acadêmico do discente.
- Programa de Bolsas DIREITO RIO: o programa de bolsas de estudos da DIREITO RIO concedeu 20 bolsas mérito aos primeiros 10 colocados nos processos seletivos Vestibular e ENEM. Além desta modalidade de bolsa, a Escola oferece duas outras: requerimento e restituível. A primeira trata de desconto em mensalidades concedidos com base na informação socioeconômica apresentada em requerimento à Comissão de Bolsas. Já a segunda é modalidade de financiamento estudantil, cuja concessão também é decidida pela Comissão de Bolsas.
- Apoio financeiro e de infraestrutura para as entidades acadêmicas dos alunos de graduação.

- Apoio financeiro a congressos e competições internacionais.

Além da Coordenação de Graduação, os discentes contam com o apoio do Núcleo de Atendimento Pedagógico, composto por cinco profissionais qualificadas para o exercício da função e uma coordenação especializada em atendimento didático-pedagógico e psicopedagógico a alunos e professores.

Entre as atribuições, destacam-se:

- Entrevistar, individualmente ou em pequenos grupos, os alunos que ingressam nos cursos de Graduação, com o objetivo de conhecer suas expectativas relacionadas à escolha do curso e suas histórias de vida;
- Promover atividades de acolhimento para os novos alunos no início do ano letivo;
- Minimizar, por meio de aconselhamento individual ou coletivo, as dificuldades naturais dos alunos encontradas no decorrer do curso, fornecer apoio psicopedagógico para o resgate da autoestima e criar melhores condições para seu amadurecimento e aproveitamento individual;
- Apoiar, acolher e orientar o aluno que busca ajuda para seus conflitos e dificuldades e, por meio de uma escuta qualificada, identificar algum comprometimento emocional e, se for o caso, orientá-lo a buscar ajuda profissional;
- Elaborar oficinas, promover rodas de conversas e palestras sobre temas relacionados ao desenvolvimento intelectual e emocional dos alunos.

Além da Coordenação de Graduação, os discentes contam com o apoio do Núcleo de Atendimento Pedagógico (NAP), composto por cinco profissionais qualificadas para o exercício da função e uma coordenação especializada em atendimento didático-pedagógico e psicopedagógico a alunos e professores.

Entre as atribuições, destacam-se:

- Entrevistar, individualmente ou em pequenos grupos, os alunos que ingressam nos cursos de Graduação, com o objetivo de conhecer suas expectativas relacionadas à escolha do curso e suas histórias de vida;
- Promover atividades de acolhimento para os novos alunos no início do ano letivo;
- Minimizar, por meio de aconselhamento individual ou coletivo, as dificuldades naturais dos alunos encontradas no decorrer do curso, fornecer apoio psicopedagógico para o resgate da autoestima e criar melhores condições para seu amadurecimento e aproveitamento individual;
- Apoiar, acolher e orientar o aluno que busca ajuda para seus conflitos e dificuldades e, por meio de uma escuta qualificada, identificar algum comprometimento emocional e, se for o caso, orientá-lo a buscar ajuda profissional;
- Elaborar oficinas, promover rodas de conversas e palestras sobre temas relacionados ao desenvolvimento intelectual e emocional dos alunos.

Entre as atividades realizadas pelo NAP, em 2018, destacam-se:

- *Projeto Acolhida do NAP*, com o objetivo de promover a inserção dos novos alunos no ambiente universitário. Na primeira semana de aulas de 2018, foram realizadas atividades de acolhimento com os alunos do primeiro período. Em um clima bastante descontraído, os alunos conheceram um pouco do trabalho desenvolvido do NAP e participaram de uma dinâmica de socialização para Identificação de Pares, onde tiveram oportunidade de descobrir afinidades sobre assuntos pouco debatidos entre eles, desenvolver empatia, descobrir afinidades e conhecer o grupo além da sala de aula. As atividades foram estruturadas visando à integração do grupo a fim de contribuir para o início das relações interpessoais;

- *Projeto FGV e seu Entorno,* elaborado pela equipe do NAP visa oferecer aos alunos que ingressam na graduação da FGV vindos de outras cidades algumas ações que minimizem os possíveis medos e a natural ansiedade, sentimentos comuns aos jovens que iniciam esta nova etapa de vida. Seu principal objetivo é familiarizar estes alunos recém-chegados à cidade do Rio de Janeiro com alguns serviços que a própria FGV tem a oferecer e apresentar o entorno da instituição e seus serviços disponíveis, além de algumas informações básicas sobre a nossa cidade e contribuir para a formação do sentimento de pertencimento. Para tal, elaboramos um guia com dicas úteis para todos os alunos que são atualizadas semestralmente e disponibilizadas no espaço atribuído ao NAP no site das Escolas nas versões em português e inglês. De acordo com o interesse dos alunos, promovemos uma visita guiada aos arredores da Instituição para os alunos no início do primeiro semestre letivo;

- Encontro de integração com alunos representantes de todos os cursos da FGV, com o objetivo de discutir o papel do aluno na universidade e na sociedade e a importância de desenvolver um olhar sensível para com o outro. Em 2018, a equipe do NAP promoveu dois encontros com os representantes de turma de todos os cursos de graduação;

- Roda de Conversa: “Lugar do Outro e a Democracia nos Pequenos Encontros”. A convite do NAP, a psicanalista Marcia Infante abordou os sentimentos contraditórios que o jovem enfrenta entre a necessidade de ser aceito e as dificuldades de lidar com as diferenças do outro. Esta atividade psicopedagógica surgiu para atender as demandas dos alunos da DIREITO RIO trazidas pela coordenadora Cristina Alves ao NAP, mas devido à importância do tema abrimos aos demais cursos;

- Projeto Abertura do Segundo Semestre, com o objetivo de contribuir para que o aluno inicie o segundo semestre com propósito e perseverança e possa ser bem-sucedido nas suas atividades acadêmicas, aumentando a sua autoconfiança e foco na sua realização pessoal. O NAP promoveu na primeira semana de aula, para os alunos de todos os cursos de graduação, uma palestra interativa com a psicóloga Solange Pose sobre o tema:

"Universidade: Maratona e/ou corrida de curta distância". Foi um momento de muita troca e aprendizado para todos;

- Projeto de atendimento pedagógico e psicopedagógico aos alunos: (i) atendimento pedagógico individual e em grupo aos alunos, com o objetivo de auxiliar o aluno no desenvolvimento de uma metodologia de estudo eficaz, que favoreça sua aprendizagem e o desenvolvimento intelectual. Algumas ações de rotina: elaboração de plano de estudo composto pela orientação na montagem de grade de horário; programa de organização de estudo individualizado para alunos que apresentam dificuldades em organizar o tempo de estudo, de concentração e de planejar uma sequência que favoreça a aprendizagem; orientação e aconselhamento individual e em grupo sobre algumas questões relacionadas aos cursos; acompanhamento do rendimento das turmas; acompanhamento de alunos reprovados; (ii) atendimento psicopedagógico, com o objetivo de oferecer suporte ao aluno que passa por dificuldades socioemocionais ocasionadas por questões familiares, crises de autoestima, incertezas com a escolha do curso, dificuldades de aprendizagem, uso de medicamentos e demais problemas relacionados ao seu projeto de vida. Algumas ações de rotina: acolhimento, escuta qualificada, aconselhamento e acompanhamento do aluno a partir de suas demandas individuais espontâneas, auxiliando-o a encontrar caminhos para lidar com os conflitos particulares que estejam interferindo em sua vida acadêmica e pessoal visando ao seu desenvolvimento socioemocional; acompanhamento de alunos portadores de necessidades especiais; proposição, se for o caso, de regime excepcional de estudo para o aluno que não tenha condição de acompanhar o curso por alguma enfermidade prevista em lei e acompanhamento de seu desempenho no decorrer do processo; apoio na mediação e solução de conflitos; apoio às entidades estudantis, visando a socialização, integração e desenvolvimento dos alunos. Importante ressaltar que o atendimento psicopedagógico e pedagógico caminham juntos, pois um complementa o outro.
- Em 2018 o NAP realizou o total de atendimentos individuais com os alunos subdivididos da seguinte forma: entrevistas (153), organização de estudo (79), aconselhamento pedagógico / psicopedagógico (556) e dúvida acadêmica (263).
- Projeto FGV Encontros Culturais tem como objetivo incentivar a integração da arte no ensino superior, suscitar a reflexão e fazer (re)agir o espectador-cidadão, buscando enriquecer e ampliar a cultura geral do aluno. O Núcleo de Apoio Pedagógico – NAP em parceria com o Programa cultural internacional FGV- Sorbornne elaborou este projeto para o ano letivo de 2018, que propõe a alunos dos diversos cursos de graduação um conjunto de atividades culturais, tais como visitas a museus e a locais históricos, peças de teatro, exposições de arte, espetáculos de dança e música etc. Durante o primeiro semestre de 2018 foram realizadas três atividades: visita guiada ao Museu Histórico Nacional, um dos mais importantes museus de história do país; visita guiada à Ilha Fiscal, uma ilha histórica, hoje administrada pela Marinha e palco do último baile do Império e

visita guiada ao Museu da República, antigo Palácio Nova Friburgo, atual Palácio do Catete, palco de vários acontecimentos que marcaram a história do nosso país. No segundo semestre, os alunos assistiram a clássica história de amor de Romeu e Julieta apresentada pelo Ballet Santiago no belíssimo Theatro Municipal do Rio de Janeiro e, para fechar as atividades do ano de 2018, participaram da visita guiada à Biblioteca Nacional, uma das dez maiores bibliotecas nacionais do mundo com cerca de 9 milhões de itens e que recentemente teve sua fachada restaurada;

- Projetos voltados para ações sociais, campanhas de conscientização e construção de cidadania, com o objetivo de integrar, conscientizar e sensibilizar alunos, professores e funcionários sobre a importância de criar espaços de informação e discussão sobre os diversos temas; estimular o exercício da empatia e do olhar sensível para com o outro. Nesse sentido, participamos das seguintes atividades: 1) como organizadores: (i) Projeto Doce Páscoa INCA - campanha de arrecadação de caixa de bombons para pacientes infantis e adultos em tratamento no Hospital do Câncer; (ii) Campanha Outubro Rosa – arrecadação de lenços e bijouterias para o Projeto Cinderela, uma ONG voltada para resgatar a autoestima de mulheres em tratamento contra o câncer; 2) como organizadores e parceiros: (i) com entidades estudantis: Campanha Doe Sangue - Coleta de Sangue para a HEMORIO; (ii) com a FGV SRA: Projeto Dia das Crianças - campanha de arrecadação de brinquedos para crianças da Creche Casulo, localizada em Santa Cruz e a Campanha de Natal - Arrecadação de brinquedos para 225 crianças do Espaço de Desenvolvimento Infantil Dr. Domingos A. M. Filho, localizada na comunidade de Manguinhos; 3) como apoiadores: (i) Campanha Inverno Solidário, promovida pela FGV SRA para a Associação Brasileira Cegas de Cascadura e (ii) Campanha Mulheres Privadas de Liberdade desenvolvida pela entidade estudantil União das Mulheres na arrecadação de absorventes que foram doados para as mulheres carcereiras do presídio Oscar Steverson;

- Projeto Setembro Amarelo, com o objetivo de conscientizar e sensibilizar os alunos, professores e funcionários sobre a importância de criar espaços de informação e discussão sobre temas relacionados a prevenção do suicídio, uma preocupação crescente no mundo universitário e na população mundial. Em 2018, realizamos a segunda edição do Projeto Setembro Amarelo - Pela Valorização da Vida. O evento foi realizado em dois dias e contou com a seguinte programação: 1° dia - No Centro Cultural FGV - Mesa Redonda sobre Depressão, Ansiedade, Medicalização e Prevenção ao Suicídio, com a presença do psiquiatra, Dr. Chrispim Lima, da psicóloga, Patrícia Barretto e da coordenadora regional do Centro de Valorização da Vida (CVV), Maria das Graças de Araújo, com mediação da Profa. Marieta de Moraes Ferreira da FGV; 2º dia - Exposição de Stands da SOS Jovem, Centro de Valorização da Vida (CVV), Espaço Arte de Viver e a equipe do Serviço Médico prestando orientações sobre saúde e aferindo glicose e pressão dos interessados no Pilotis da FGV. Para fechar as atividades, o Espaço Arte de Viver

promoveu um “aulão” com técnicas de Meditação e Relaxamento para os alunos com a participação dos funcionários.

No ano de 2019 destacam-se:

- Projeto Acolhida do NAP – tem como objetivo promover a inserção dos alunos ingressantes ao ambiente universitário. No início do semestre o NAP realizou atividades de acolhimento com os estudantes do primeiro período de todos os cursos de graduação. Em um clima bastante descontraído, as turmas dos calouros conheceram um pouco sobre as práticas desenvolvidas pelo NAP e participaram de uma dinâmica de conscientização sobre autoconhecimento e desenvolvimento da empatia. A dinâmica possibilitou a descoberta de afinidades sobre assuntos até então pouco debatidos entre a turma. As atividades foram estruturadas visando à integração do grupo a fim de iniciar as relações interpessoais.
- Projeto FGV e seu entorno – tem como objetivo oferecer aos estudantes que ingressam nos cursos de graduação da FGV vindos de outras cidades, algumas ações que minimizem os possíveis receios e a ansiedade, sentimentos comuns aos jovens que iniciam esta nova etapa de vida. Seu principal objetivo é familiarizar estes alunos recém-chegados à cidade Rio de Janeiro com alguns serviços que a FGV tem a oferecer e apresentar o entorno da instituição. Para tal, elaboramos um guia em versão português e inglês com dicas úteis para todos os alunos.
- Atendimento pedagógico individual e em grupo aos alunos – tem como objetivo auxiliar o aluno de graduação no desenvolvimento de uma metodologia de estudo eficaz, que favoreça sua aprendizagem e seu desenvolvimento intelectual. Algumas ações de rotina: elaboração de plano de estudo que visa orientar o aluno na montagem de sua grade de horário; programa de organização de estudo individualizado que visa organizar o tempo de estudo despendido em cada disciplina, planejando uma sequência que viabilize a aprendizagem; aconselhamento individual e em grupo sobre demandas relacionadas aos cursos; acompanhamento do rendimento das turmas; acompanhamento de alunos reprovados.
- Reuniões pedagógicas – As reuniões pedagógicas são realizadas com os professores, pelos coordenadores dos cursos, acompanhados da coordenadora do NAP e mais uma integrante da equipe para análise dos resultados obtidos pelos alunos na primeira etapa de avaliação do semestre. Com o objetivo de avaliar o desempenho das turmas nas disciplinas , o NAP elabora um quadro detalhado com os resultados obtidos pelos alunos para ser analisado por todos. Os professores são ouvidos e juntos com a coordenação do curso e o NAP buscam estratégias para elevar o nível do aprendizado dos alunos e a excelência dos cursos.
- Atendimento psicopedagógico – tem como objetivo oferecer suporte ao aluno que passa por alguma dificuldade emocional ocasionada por questões familiares, crises de autoestima, incertezas com a escolha do curso, dificuldades de aprendizagem, uso de

medicamentos e demais problemas pessoais. Aos professores, oferece um espaço de diálogo sobre dificuldades que podem, eventualmente, ocorrer na relação entre professor e aluno. Importante ressaltar que os atendimentos psicopedagógico e pedagógico caminham juntos, pois um complementa o outro.

- Dinâmicas com os alunos das turmas ingressantes nos cursos de graduação– tem como objetivo , mostrar a importância do trabalho em equipe, da comunicação, empatia e responsabilidade com o outro, além de incentivar a integração, motivação, interesse e reflexão em grupo.

- Oficinas e Workshops oferecidos pelo NAP aos alunos:
    - Oficina de Gerenciamento de Estresse
    - Oficina de Técnicas de respiração para alívio de estresse e aumento de foco e concentração
    - Workshop de alívio de estresse para universitários
    - Projeto Setembro Amarelo, elaborado pela equipe do NAP, com o objetivo de conscientizar e sensibilizar os alunos, professores e funcionários sobre a importância de criar espaços de informação e discussão sobre temas relacionados a prevenção do suicídio, uma preocupação crescente no mundo universitário e na população mundial. Em 2019, realizamos a terceira edição do Projeto Setembro Amarelo - Pela Valorização da Vida. O evento foi realizado no dia 10 de setembro dia 10, data estipulada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) como Dia Mundial de Prevenção ao Suicídio e contou com as seguintes palestras: “Quem cuida das emoções cuida da vida: a arte de viver bem”, com Anna Oliver, do Instituto ValoraVita, e “Ansiedade x Entusiasmo: técnicas práticas para melhoria da qualidade de vida”, com Marcela Lobo e Francisco Ottoni, da Arte de Viver. O evento foi realizado no Centro Cultural da FGV .
    - Projeto FGV Encontros Culturais – tem como objetivo incentivar a imersão dos alunos da graduação no mundo da arte para suscitar a reflexão e fazer (re) agir o espectador-cidadão, buscando enriquecer e ampliar a cultura geral do aluno. O NAP em parceria com o Programa Cultural Internacional FGV –Sorbonne elaborou este projeto que propõe aos alunos da FGV um conjunto de atividades culturais, tais como visitas a museus e lugares históricos, peças de teatro, exposições de arte, espetáculos de dança e música e etc. Durante o primeiro semestre de 2019 foram realizadas três atividades: (i) visita guiada a Casa Roberto Marinho, local onde foi a residência de Roberto Marinho e que hoje abriga sua coleção de arte. As exposições vistas pelos alunos foram: A Modernos + com trabalhos de artistas modernistas brasileiros presentes no Acervo e a Oito Décadas de Abstração Informal 1940/2010 sobre a arte abstrata praticada no Brasil desde os anos 40, também com Obras da coleção Roberto Marinho e obras do MASP; (ii) ida a apresentação do Ballet Bolshoi exibida no cinema da rede Cinemark Botafogo; (iii) visita guiada à Ilha Fiscal, uma ilha histórica, que foi palco do último baile do Império e hoje é administrada pela Marinha do Brasil; (iv) visita guiada ao Museu Histórico Nacional, um dos mais importantes museus de história do país com um acervo de mais 250 mil itens; (v) visita guiada ao Centro Cultural do Banco do Brasil - CCBB para visitar a exposição Raiz do artista plástico chinês Ai Weiwei, um dos principais nomes da cena contemporânea internacional. Raiz que foi

premiada pela APCA (Associação Paulista de Críticos de Arte) como A Melhor Exposição Internacional de 2018 desvenda a cultura brasileira e apresenta também alguns dos principais trabalhos do artista.

- Participação do NAP no projeto de pesquisa em regime de cooperação GARRA – a pedido da presidência da FGV, o NAP, o NEDC e o FGV Opinião estreitaram a parceria para desenvolver o Projeto em 2017, cujo objetivo é identificar as características dos alunos dos cursos de graduação ao longo da sua trajetória e perceber o seu desenvolvimento emocional e intelectual. O projeto é composto por três fases, nas quais os alunos respondem um questionário com perguntas estruturadas (fase 1: quando ingressam no curso; fase 2: quando iniciam o programa de estágio (no 5º período do curso); fase 3: ao término do curso). O projeto teve continuidade pelos anos de 2018 e 2019. O questionário foi aplicado a todos os alunos de 1º período dos cursos de graduação da FGV no Rio de Janeiro e os resultados serão comparados aos resultados dos alunos do 1º período de 2017 e de 2018, e apresentados à presidência da FGV no final do 2º semestre letivo. O projeto investiga apenas alunos dos cursos de graduação no Rio de Janeiro. Nessa primeira fase o projeto não demanda de recursos financeiros, pois os questionários são aplicados pelo NAP, os dados são tabulados pelo FGV Opinião e analisados pelas coordenações dos setores envolvidos.
- Projetos voltados para ações sociais, campanhas de conscientização e promoção de cidadania – com o objetivo de integrar, conscientizar e sensibilizar alunos, professores e funcionários sobre a importância de criar espaços de informação e discussão sobre os diversos temas; além de estimular o exercício da empatia e do olhar sensível para com o outro. Nesse sentido, participamos como organizadores do Projeto Mães do IFF - campanha de arrecadação de itens de higiene pessoal para mães que acompanham seus filhos hospitalizados; Campanha Outubro Rosa – arrecadação de lenços e bijouterias para o Projeto Cinderela, uma ONG voltada para resgatar a autoestima de mulheres em tratamento contra o câncer; e como parceiros junto com a Secretaria de Registros Acadêmicos (SRA) e o Núcleo de Estágio e Desenvolvimento de Carreiras (NEDC) da Campanha SOS Rio de Janeiro que arrecadou água mineral, alimentos não perecíveis, enlatados, roupas e sapatos para os moradores da comunidade do Rio das Pedras (Rio de Janeiro) que perderam seus recursos materiais em função das tragédias ocasionadas pelas fortes chuvas e da Campanha de Natal e na Arrecadação de brinquedos para crianças do Espaço de Desenvolvimento Infantil Dr.Domingos A.M.Filho, localizada na comunidade de Manguinhos. Como apoiadores , participamos da Campanha de Doação de Sangue da Hemorio, promovida pelo Centro Acadêmico Mário Machado e pela FGV Direito Rio; da Campanha #ajudeamarcela, incentivando a doação de sangue e de plaquetas para a funcionária da FGV Marcela Russo, diagnosticada com Leucemia Mieloide Aguda.
- etc.

3.4 Eixo 4: Políticas de Gestão

DIREITO RIO é uma instituição de ensino superior privada que se propõe a desenvolver atividades de ensino, pesquisa e extensão no campo do Direito e suas áreas conexas. A DIREITO RIO é

mantida pela Fundação Getulio Vargas (FGV), pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com sede e foro na Praia de Botafogo, nº 190, Botafogo, Rio de Janeiro, RJ.

A Mantenedora é responsável perante as autoridades públicas e o público em geral pela mantida, incumbindo-lhe tomar as medidas necessárias para o seu bom funcionamento, respeitados os limites da Lei e Projeto Pedagógico, com responsabilidade civil, relação institucional e limitação de competências, garantindo a liberdade acadêmica dos corpos docente e discente e a autoridade própria de seus órgãos deliberativos e executivos.

À FGV reserva-se a administração orçamentária da DIREITO RIO podendo delegá-la, no todo ou em parte, ao Diretor. Dependem da aprovação da Mantenedora as decisões dos órgãos colegiados que importem aumento de despesas e/ou impliquem riscos para a Instituição.

3.4.1 Gestão Institucional

A DIREITO RIO, em virtude da sucessão na sua Diretoria, repensou uma nova estrutura para a Escola, criando um redesenho institucional, com mais sinergia entre as equipes e maior visibilidade das áreas no novo espaço físico, garantindo, dessa forma, mais inovação, maior diversidade entre as áreas e gerando um local de maior diálogo com o corpo docente. Essa reorganização da Escola procura evidenciar a ética e os valores que norteiam as atividades da FGV e da Escola e busca o aperfeiçoamento e o fortalecimento das iniciativas que tragam impacto e destaquem a importância da sua responsabilidade social.

A Estrutura Gerencial da Escola está estabelecida com a seguinte composição: Direção/Vice-direção, Coordenação Executiva, Coordenação Executiva de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), Coordenação dos Centros de Pesquisa, Coordenação Executiva de Ensino, Coordenação Acadêmica de Graduação, Coordenação Acadêmica de Pós-Graduação *Stricto Sensu* e Coordenação Acadêmica de Pós-Graduação *Lato Sensu*.

A DIREITO RIO adota uma política de gestão profissional, participativa, democrática, voltada à conduta ética e moral. A regulamentação quanto à função e ao funcionamento da gestão acadêmica e administrativa, do organograma e dos órgãos deliberativos, encontra-se destacada no Regimento Interno da Escola. Suplementarmente ao seu Regimento, a DIREITO RIO adota uma política voltada à profissionalização de seu corpo gestor, corpo docente e corpo técnico-administrativo, ministrando cursos de atualização, capacitação e treinamento.

Todos os instrumentos de gestão têm a finalidade de desenvolver mecanismos de informação, promover a transparência institucional, produzir dados e aperfeiçoar instrumentos decisórios, oferecer infraestrutura física adequada, com pessoal capacitado que possa propiciar suporte necessário para que o corpo diretivo desenvolva com êxito o cumprimento de seu plano de desenvolvimento institucional.

A atuação dos órgãos colegiados da DIREITO RIO garante, na prática, a participação da comunidade acadêmica na busca pela descentralização do poder e da consciência social para a oferta de uma educação de qualidade e diferenciada. Como parte de um processo de democratização, torna-se importante a compreensão dos órgãos colegiados, pois é uma das

características da gestão democrática, na questão da tomada de decisões coletivas, envolvendo toda a comunidade acadêmica. Uma gestão considerada democrática investe na autonomia dos sujeitos para o compartilhamento das decisões, identificando o potencial de colaboração de cada pessoa e representantes de segmento, promovendo um trabalho coletivo num ambiente voltado para a busca e alcance dos objetivos primordiais estabelecidos em seu projeto de desenvolvimento, abrangendo ainda seus princípios éticos.

São órgãos colegiados e comissões mantidas pela DIREITO RIO:

- Colegiado do Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu,* composto por todos os docentes permanentes vinculados ao PPGD, inclusive o seu coordenador, e por um representante do corpo discente;
- Núcleo Docente Estruturante, composto por professores do curso de graduação, com liderança acadêmica e presença efetiva no desenvolvimento do curso;
- Comissão Própria de Avaliação, nomeada pelo Diretor da Escola, composta por 13 membros, assegurando a participação igualitária de todos os segmentos da comunidade acadêmica e da sociedade civil organizada; e
- Comissão de Ética e Integridade Acadêmica, nomeada pelo Diretor, é composta por no mínimo três professores, um funcionário e dois alunos, sendo um deles integrante da diretoria do Centro Acadêmico Mário Machado e o outro integrante do corpo discente da graduação ou mestrado.

Apesar da atuação independente, a Escola conta com o apoio de outras unidades ou setores da FGV, tais como:

- FGV Pró-Reitoria, na orientação, apoio, avaliação e acompanhamento do desempenho acadêmico da Escola;
- Ouvidoria Acadêmica, no zelo pelos princípios da legalidade, moralidade e eficiência administrativa, resguardando o sigilo das informações, fomentando a manifestação da comunidade e gerando insumos para a melhoria da qualidade institucional;
- Biblioteca Mário Henrique Simonsen;
- Núcleo de Apoio Pedagógico, na mediação das situações relacionadas ao processo de ensino-aprendizagem docente e discente;
- Diretoria de Operações, no apoio das atividades de serviços compartilhados de administração, tecnologia, manutenção, compras e serviços jurídicos;
- Secretaria de Registro Acadêmico/RJ na organização, controle, supervisão das atividades referentes à matrícula e aos registros acadêmicos, a expedição de diplomas, certificados e demais documentos de identidade acadêmica dos alunos de graduação e mestrado;
- Diretoria de Recursos Humanos, no processamento de informações e dados referentes à vida dos funcionários e na capacitação e desenvolvimento de talentos;
- Diretoria de Comunicação e Marketing, no desenvolvimento e implementação de ações de comunicação e marketing, zelando pela solidez da marca e pela manutenção de sua credibilidade junto ao público interno e externo;
- A Controladoria da FGV, no assessoramento financeiro-contábil;
- Instituto de Desenvolvimento Educacional, na distribuição de programas de educação executiva presencial e à distância junto às Instituições Conveniadas da FGV,

empresas, instituições públicas, universidades corporativas e organizações do terceiro setor.

Abaixo, algumas medidas tomadas dentro da lógica de Gestão da Qualidade:

Auditoria de Manutenção do Sistema de Gestão

Dias 13 e 14 de novembro: Auditor: Arlindo Linhares

Resultado: "Os objetivos da auditoria foram alcançados e o escopo do certificado permanece apropriado. A equipe de auditoria conclui com base nos resultados dessa auditoria que a organização cumpre os padrões e critérios de auditoria identificados no relatório de auditoria e considera-se que o sistema de gestão continua a atingir os resultados pretendidos. RECOMENDADO - A organização auditada pode ser recomendada para continuidade da certificação. "

Melhoria contínua

- ✓ **Reestruturação da secretaria de atendimento ao aluno da Pós-graduação *Lato Sensu* e graduação.**
- ✓ **Agendamento online das entrevistas do processo seletivo da Pós-graduação *Lato Sensu*.**

Treinamentos realizados

TÍTULO	ITENS A SEREM ABORDADOS	CH
Treinamentos Procedimento de Atividade de Suporte	Revisão dos PAS LS FGV 002 e PAS LS FGV 007 e formulários	2h
	Apresentação do PAS LS FGV 007.	2h
	Apresentação do PAS LS FGV 004.	2h
	PAS LS FGV 002 Acompanhamento Realização de curso e assistência de ensino.	2h
	PAS GR FGV 006 - Atendimento Secretaria Graduação	2h
	PAS GR FGV 008 - Acompanhamento de realização de curso e assistencia de ensino.	2h
	PAS GR FGV 003 – Estágio Supervisionado.	2h
Treinamento ISO 9001:2015 - Sistema de Gestão da Qualidade	Apresentação do Sistema de Gestão da Qualidade	2h
	Apresentação do SGQ, do documentos, politica da qualidade e auditoria	2h
	Treinamento do PSGQ FGV 001 - Elaboração e Controle de Documentos	2h
	Indicadores, Gestão de risco, Não conformidade e localização dos documentos da ISO na rede.	2h
	Treinamento do PSGQ FGV 001 - Elaboração e Controle de Documentos	2h
	Treinamento do PSGQ FGV 001 - Elaboração e Controle de Documentos	2h
Treinamento Assistentes de Pesquisa e Ensino	Apresentação do Manual de Práticas Assistente de pesquisa.	3h
	Apresentação do Manual de Práticas Assistende de Ensino.	4h
	Apresentação do Manual de Práticas Assistende de Ensino.	4h
Programa de Integração FGV Direito Rio	Apresentação do Programa Diversidade FGV Direito Rio	2h
	Apresentação do Programa de Direito e Meio Ambiente (PDMA)	2h
Sistema de Gerenciamento Acadêmico	Utilização ao Sistema Lyceum	4h
	Utilização ao Sistema Lyceum	4h
Portal Acadêmico	Utilização ao Sistema ECLASS	1h
CENSUP	Apresentação do Censo da Educação Superior e navegação no sistema online.	8h
Workshop: Mapeamento de Processos	Conceito de Processo, Atividade e Tarefa A hierarquia dos processos A visão da norma ISO 9001 sobre processos Apresentação da Ferramenta SIPOC Exercícios práticos com a ferramenta SIPOC	2h
Workshop Excel e Finanças	Módulo 1: Uso do Microsoft Excel como ferramenta de controle. Módulo 2: Conhecimentos financeiros: aplicação prática do processo de pagamento e seus reflexos na operação.	6h

3.4.2 Corpo docente

O corpo docente da Escola é composto em sua maioria por doutores e mestres na área de Direito, tendo seu regime de trabalho, progressão de carreira e incentivos balizados pelas práticas da Mantenedora por meio do Plano de Cargos e Salários da Fundação Getulio Vargas (PCS). Criado com o objetivo de valorizar o trabalho dos colaboradores da instituição, é instrumento de gestão de pessoal que permite atrair, desenvolver, remunerar e manter pessoas qualificadas em seu quadro funcional. As funções do corpo docente estão previamente definidas e estruturadas no PCS.

A carreira de magistério no PCS é estruturada em 3 níveis:

- Professor Assistente: titulação mínima exigida de mestrado, com experiência e publicações relevantes, de acordo com critérios definidos pelo Conselho Técnico-Acadêmico;
- Professor Adjunto: titulação mínima requerida de doutorado, com experiência e publicações relevantes, de acordo com critérios definidos pelo Conselho Técnico-Acadêmico;

- Professor Titular: titulação mínima requerida de doutorado, com experiência e publicações relevantes, de acordo com critérios definidos pelo Conselho Técnico-Acadêmico.

Os docentes vinculados a DIREITO RIO dispõem de destacada formação acadêmica, com títulos obtidos em importantes centros e universidades nacionais e internacionais.

A DIREITO RIO disponibiliza aos seus professores o Programa Sabático como forma de incentivar a realização de programas especiais de estudo, atividades de pesquisa e aperfeiçoamento profissional ou desenvolvimento de novos projetos, por meio de licença remunerada de até dois semestres.

Com o intuito de promover a inserção e difusão da produção acadêmica da Escola dentro dos debates da área, tanto no cenário nacional ou internacional, os professores da DIREITO RIO contam com fomento para a participação em eventos técnicos e científicos.

A política de estímulos e difusão para a produção científica dos docentes conta, ainda, com um setor de publicação específico, que garante a disseminação e incidência dos livros, teses e relatórios produzidos pelo corpo docente. Importante notar que o setor também organiza e publica a Revista de Direito Administrativo que hoje está indexada no estrato Qualis A2, sendo este uma ferramenta essencial para a difusão da produção intelectual dos discentes na área.

A maturidade científica do corpo docente do programa de Mestrado em Direito pode ser verificada pelos resultados apresentados na forma de artigos científicos, livros, organização de congressos nacionais e internacionais e apresentação de trabalhos em eventos.

Desde 2013, o Programa Espaço Docente (ED) contempla tanto as necessidades docentes identificadas no processo de avaliação institucional como as demandas institucionais de excelência e de inovação no ensino do Direito. Este Programa foi estruturado a partir de 4 tipos de atividades:

1. Workshops para Novos Docentes, cujo objetivo é consolidar a concepção metodológica da instituição através de reflexões com os docentes sobre aspectos didático-pedagógicos do cotidiano das salas de aula;
2. Diálogos sobre Currículo e Docência, com o objetivo de apresentar planos de ensino e materiais didáticos das disciplinas do currículo atual do Direito por área temática;
3. Diálogos com, objetivando articular o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) aos planos de ensino e às práticas pedagógicas através de diálogos e questionamentos sobre o ensino do Direito na atualidade;
4. Círculos Debates em Ação, cujo objetivo é articular o PPC às atribuições dos assistentes acadêmicos.

Ensino :: Espaço Docente

Espaço Docente :: Diálogos com a direção :: 13/03/2019 :: Apresentação dos resultados de 2018 e metas para 2019 aos professores e colaboradores da graduação.

Espaço Docente :: Diálogos com a direção :: Reflexões sobre metodologia participativa :: 13/11/2019 Apresentação os resultados da Escola; reflexão sobre o uso da metodologia participativa; exposição de técnicas utilizadas.

Quanto a formação e capacitação de professores e tutores EAD deve-se mencionar o Curso de Formação Inicial, capacitações presenciais, tutoriais para atuação no ECLASS FGV, webcasts, e encontros entre coordenadores acadêmicos e os tutores das disciplinas on-line.

NDE (inserir subtítulo)O Núcleo Docente Estruturante (NDE) é um órgão formado por docentes "com atribuições acadêmicas de acompanhamento, atuante no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do projeto pedagógico do curso" (Resolução CONAES n. 1 de 17/06/2010) com a finalidade de manter a excelência no ensino e na pesquisa no Direito e promover o desenvolvimento do currículo de acordo com as demandas da formação exigida pelo mercado de trabalho e pela missão institucional.

O NDE possui função avaliativa, consultiva, propositiva e de aprimoramento dos aspectos acadêmicos do curso de graduação da DIREITO RIO.

Objetivos:

1. Contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;
2. Zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;
3. Indicar formas de desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão aderentes aos Centros de Pesquisa da Escola, afinadas com as necessidades da graduação, às exigências do mercado de trabalho e as políticas públicas relativas ao Direito;
4. Zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação.

Ensino :: Núcleo Docente Estruturante

Reunião 29/04/2019
Pauta: Acompanhamento produção científica professores; Acompanhamento Field Projects; Referendar plano de aquisição de acervo bibliográfico; Discussão sobre PPC da graduação (atualização grade 2019); Discussão sobre o regulamento do curso (atualização grade 2019).

Reunião 13/06/2018
Pauta: Aprovação do Regulamento do Curso; Acompanhamento *Field Projects*.

Reunião 25/09/2019
Pauta: Produção Técnica-Científica Corpo Docente; Avaliação Institucional in loco referente ao Recredenciamento Lato Sensu EaD; Processos seletivos da graduação 2020; Substituição do prof. Luiz Roberto Ayoub; Avaliação Docente 2019.1; Bibliografia Graduação - Premissa para aquisição bibliográfica.

Reunião 06/12/2019
Pauta: Processos Seletivos de Ingresso; Assuntos gerais.

No ano de 2019, algumas medidas específicas foram tomadas em relação ao Corpo Docente:

- Acompanhamento da Progressão de Carreira dos Professores;
- Programa de Remuneração por Produção Estratégica - acompanhamento dos artigos A publicados pelos professores da Escola;
- Acompanhamento das atividades externas dos professores;
- Montagem do mural com foto dos professores de tempo integral da Escola;
- Participação nas reuniões dos plano de trabalho dos professores 2018 – 2019 e recebimento dos novos planos de trabalho do biênio: 2020 – 2021.

3.4.3 Corpo técnico-administrativo

O corpo técnico-administrativo da DIREITO RIO é constituído pelos colaboradores não docentes da Escola, contratados pelo regime das leis trabalhistas, observados também os critérios e normas estabelecidos no Regimento Interno e no Plano de Cargos e Salários da FGV.

O Plano de Cargos e Salários da FGV tem por objetivo corrigir distorções internas relativas à estrutura de salários; explicitar regras para que as ações relativas à gestão de pessoal sejam uniformes em todos os órgãos da FGV; bem como propiciar o desenvolvimento, promoção e acesso de seus funcionários, dando-lhes perspectiva de crescimento salarial e funcional.

A DIREITO RIO conta com uma área encarregada de organizar e oferecer sustentação às ações específicas para o pleno desenvolvimento da política de pessoal. A DIREITO RIO lança mão de ferramentas que auxiliam o processo de gestão de pessoas e indicam elementos proeminentes em relação ao uso das mesmas para a maximização dos resultados esperados, tais como:

- treinamento de pessoal a partir de técnicas de diagnóstico das necessidades, desenvolvimento e implementação de programas de treinamento, acompanhamento contínuo e avaliação periódica;
- recrutamento e seleção de pessoal, através da identificação do perfil desejado, investigação das características de formação do candidato;
- entrosamento de equipe com dinâmica, debates e confraternização;
- formação profissional continuada; e,
- sinergia do trabalho pela articulação dos diferentes setores.

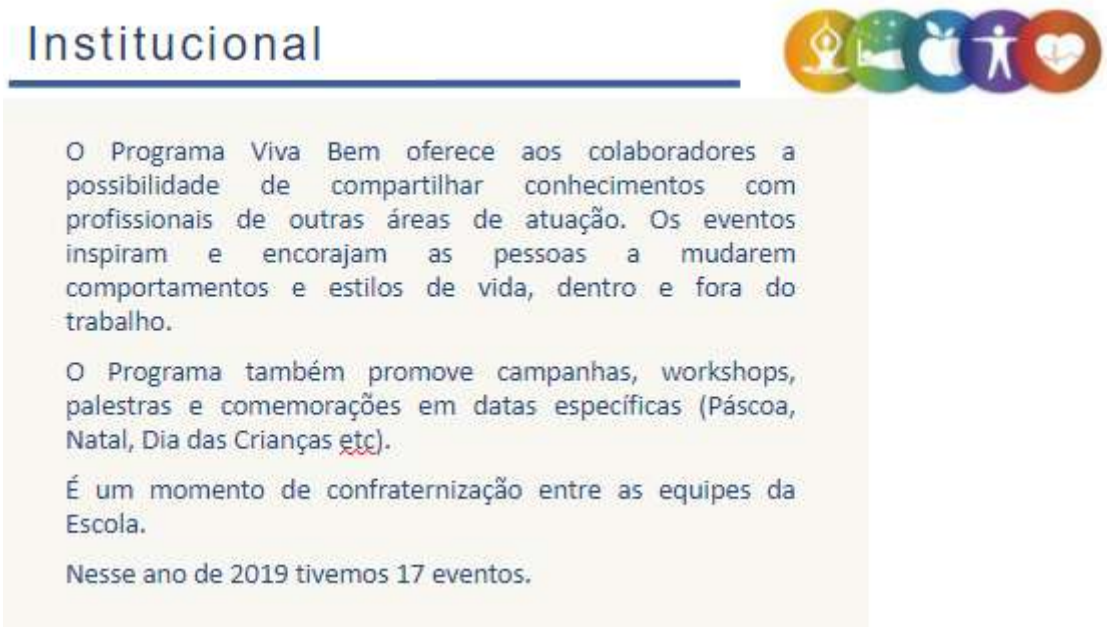
Políticas de aperfeiçoamento e desenvolvimento profissional são extensivas a todos os funcionários da FGV, como concessão de bolsas de estudos integrais em diversos cursos, além de capacitação direcionada para necessidades específicas.

As condições de trabalho são adequadas, com infraestrutura compatível com o desempenho das funções. Cada funcionário possui uma estação de trabalho individual, com iluminação adequada, além de ramal e microcomputador de última geração.

No ano de 2019, muitas iniciativas foram tomadas em relação ao Corpo Técnico-Administrativo, dentre as quais se destacam:

- Realização de reuniões bimestrais com o corpo técnico-administrativo - objetivo de obter maior alinhamento entre as equipes;
- Atualização *do Job Description* de toda equipe;
- Implementação de folha de ponto para os funcionários administrativos.

E, ainda, a continuidade ao Programa Viva Bem:



Iniciativas:

JANEIRO BRANCO – SAUDE MENTAL

CAFÉ DA MANHÃ - CARNAVAL

LANCHE DE PÁSCOA

CHÁ DE FRALDAS

MAIO AMARELO

WORKSHOP EXCEL E FINANÇAS

CAFÉ DA MANHÃ JULINO

CHÁ DE FRALDAS

ESPETÁCULO OPERA DE PEQUIM - SETEMBRO

DIA DAS CRIANÇAS

CHÁ DE FRALDAS

NOVEMBRO AZUL

CAMPANHAS DE NATAL

CAFÉ DA MANHÃ NATALINO

FESTA DE FINAL DE ANO

3.4.4 Sustentabilidade Financeira

Dados de sustentabilidade financeira relativos a 2019:

DESCRIÇÃO DA CONTA	EXECUTADO 2017*	EXECUTADO 2018*	EXECUTADO 2019
TOTAL RECEITAS >>>	36.649.672	37.174.704	**38.359.025**
RECEITA DE SERVIÇOS EDUCACIONAIS	13.290.794	14.456.247	**16.508.654**
RECEITA DE BOLSAS GRATUIDADES	4.528.435	4.196.670	**4.745.195**
RECEITAS DE PESQUISA E DOAÇÕES P/ EXECUÇÃO DE PROJETOS	1.219.439	1.730.512	**1.993.215**
OUTRAS RECEITAS DIVERSAS E OPERACIONAIS	63.731	38.905	**100.083**
APORTE DA MANTENEDORA	17.547.272	16.752.369	**15.011.878**
TOTAL DESPESAS >>>	36.649.672	37.174.704	**38.359.025**
PESSOAL FUNCIONÁRIOS	18.384.784	18.500.795	**22.512.951**
SERVIÇOS DE TERCEIROS	8.238.321	7.398.404	**3.359.438**
SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS CONDOMINIAIS (D.O.)	3.570.838	3.803.007	**4.182.685**
CONGRESSOS e VIAGENS	697.597	653.809	**799.482**
CONTRIBUIÇÕES E AUXÍLIOS	5.428.438	6.513.464	**7.272.526**
OUTRAS DESPESAS	329.693	305.226	**231.944**

A CPA – alinhada à Controladoria Setorial – acompanhou a realização de significativos avanços no aspecto da sustentabilidade financeira:

a. Aprimoramento e manutenção periódica do sistema de informação e gestão orçamentária pelas coordenações e Direção da DIREITO RIO;

b. Análise e controle do fluxo de documentos institucionais, como contratos, editais e propostas;
c. Análise para liberação de processos de pagamento;
d. Acompanhamento e controle financeiro e orçamentário de projetos de pesquisa;
e. Redução e controle da inadimplência; e
f. Interlocução com os gestores de projetos, rede de pesquisa, DIJUR e DRH.

3.5 Eixo 5: Infraestrutura

A Fundação Getulio Vargas está sediada no prédio localizado na Praia de Botafogo, 190, na cidade do Rio de Janeiro. Todas as suas instalações são adequadas ao desenvolvimento das atividades acadêmicas e administrativas e atendem às condições de segurança, conforto, acessibilidade e conservação.

A infraestrutura com salas de aula e instalações administrativas da DIREITO RIO abrange três pavimentos do edifício sede da FGV, sendo estes o 8º, o 9º e o 13º andar, além de salas de apoio de informática no 4º e 10º andares. Fora da sede, possui instalações no Edifício Octávio Gouvêa de Bulhões, na Rua da Candelária, 60, onde realiza atividades relacionadas aos cursos de pós-graduação *Lato Sensu*. A FGV ainda possui mais sete edifícios no município do Rio de Janeiro, que são utilizados por outros departamentos e escolas da instituição.

Acessibilidade

A DIREITO RIO está permanentemente preocupada com a criação e aprimoramento de ações, instâncias e atividades que promovam a acessibilidade e o atendimento educacional especializado voltado à comunidade acadêmica. Tais iniciativas são uma forma a garantir a condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos, edificações, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida.

Indo ao encontro de seu compromisso social, de solidariedade e cidadania, as instalações da FGV foram projetadas de forma a promover plenamente a execução das tarefas acadêmicas e administrativas. Neste contexto, a DIREITO RIO utiliza instalações, equipamentos e recursos tecnológicos, em conjunto com a FGV, que garantem o pleno desenvolvimento das atividades de sua comunidade acadêmica, das áreas administrativas e de coordenação.

As salas de aula, instalações sanitárias, instalações administrativas, as salas dos docentes e de coordenação de cursos são dimensionadas conforme espaço necessário ao trabalho individual e de equipes, e de acesso a portadores de necessidades especiais.

Identificação das salas e auditórios em Braile

Portas com tamanhos diferenciados para acesso de cadeirantes

Sanitário inclusivo localizado no 13º andar

Sanitário com boxe exclusivo para atendimento de PNE, localizado no 8º e 9º andares

Além de tratamento acústico, iluminação e climatização, as salas de aula e espaços de trabalho administrativo possuem itens de mobiliário dentro do padrão ergonômico, e os sanitários (feminino e masculino) e bebedouros estão em conformidade com a Lei de Acessibilidade (Lei Nº 10.098/2000), possuindo boxes destinados a portadores de necessidades especiais.

Bebedouro localizado

no 8º e 9º andares

Bebedouro localizado

no 13º andar

Da mesma forma, os acessos ao prédio da FGV possuem rampas e catracas especiais para cadeirantes, elevadores com sinalização sonora e Braile para atendimento de pessoas cegas ou de visão limitada.

Plataforma e elevador
para acesso de cadeirantes
na entrada da Praia
de Botafogo, 190

Elevador para cadeirante no hall de convivência, localizado no térreo, do prédio sede

Rampa de acesso a FGV, pela entrada do Centro Cultural – acesso Praia de Botafogo, 186

Rampa de acesso interligando a sede da FGV ao Centro Cultural e a Biblioteca Mário Henrique Simonsen

Catraca especial para acesso de cadeirante

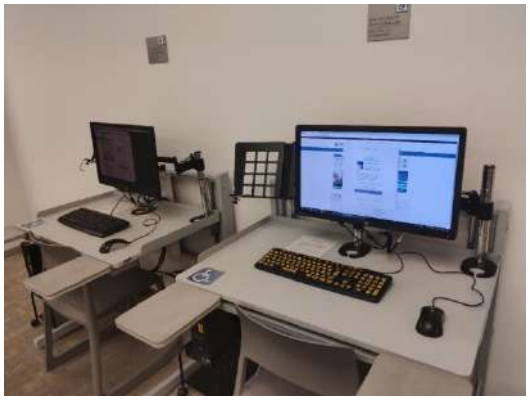
Sinalização em Braile em todos os acessos aos elevadores – 9º andar

Identificação interna dos elevadores em Braile e aviso sonoro

Divulgação da Missão Institucional com identificação em Braile nos andares ocupados pela DIREITO RIO (8º, 9º e 13º andares)

Além disso, a Biblioteca Mario Henrique Simonsen possui uma série de recursos tecnológicos em seu Ambiente de Acessibilidade e Tecnologia Assistida, uma iniciativa que evidencia o compromisso social, a solidariedade e especialmente o compromisso de cidadania, uma vez que atende não apenas a comunidade da FGV, mas também beneficia os demais segmentos da sociedade, realizando uma atividade de trabalho inclusivo.

Assentos exclusivo na área de estudos e leitura para cadeirantes



Mesas com computadores adaptados para PNE

Computador com Ampliador de Caracteres Automático

Dispositivo que transforma o texto impresso em voz, sem uso do computador, reconhecendo o texto por câmera, e conexão USB para linha braile

3.5.1 Recursos Tecnológicos e Audiovisual

A Fundação Getulio Vargas possui um departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC que oferece todo o apoio necessário relativo a recursos e serviços, através de portal próprio ou por ramal interno, a todos os departamentos da DIREITO RIO, o que inclui seus setores administrativos e comunidade acadêmica, bem como atende as outras escolas da FGV.

A TIC é responsável por realizar a recuperação de dados (backup) das estações de trabalho, planos contingencial e emergencial de preservação e recuperação de dados em rede dispositivos de redundância. Além de tirar dúvidas sobre a utilização dos equipamentos disponibilizados à comunidade acadêmica, também é responsável pela cotação e aquisição de novos hardwares e softwares, inclusive para planos de expansão, instalação, desinstalação, substituição, remanejamento e empréstimos de equipamentos, acesso, segurança da informação, criação, alteração e exclusão de pastas na rede, contas de e-mail, acesso a rede intranet e rede sem fio, entre outros. Os serviços estão relacionados a seguir:

- Equipamentos de informática: Backup ou restauração de dados das estações de trabalho, dúvidas sobre utilização de equipamentos, compra, instalação. Empréstimo, substituição, remanejamento, desinstalação de equipamentos;
- Internet, conexões de rede e e-mail: Dúvidas sobre internet, conta de e-mail corporativa, e-mail docente e e-mail discente, criação, alteração ou exclusão de pasta na rede, criação, reset de senha ou exclusão a rede corporativa ou e-mail, acesso remoto à estação de trabalho, criação, alteração ou exclusão de listas de distribuição;

- Telefonia: Dúvidas, defeitos, instalação, substituição, remanejamento, transferências e agendamentos de chamadas via Skype (salas de aula e espaços internos destinados a eventos);
- Impressoras e scanners: Configuração, limpeza, instalação, desinstalação, troca ou substituição de componentes (toner, grampo, troca de papel, etc.).

Além do setor administrativo, em todas as salas de aula da DIREITO RIO os alunos e professores usufruem de conexões de rede e computador com acesso à Internet, *data show* e rede *wi-fi.* Com estes recursos, alunos e professores têm o acesso às contas de e-mail institucional, utilizados para comunicação de assuntos acadêmicos, ao Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) ECLASS, à ferramenta de gestão didática com acesso às plataformas acadêmicas Aluno Online, Docente Online.

No Ambiente Virtual de Aprendizagem ECLASS, instrumento que facilita o ensino e aprendizagem, alunos e professores usufruem de fóruns online, chats e enquetes, compartilhamento de avisos e mensagens, além de gerenciamento de livros, acompanhamento do progresso dos alunos, programa de verificação de plágio, interação por web conferência e outras atividades.

Na plataforma Aluno Online, os discentes podem verificar suas notas e frequência nas disciplinas em que estão matriculados. Do outro lado, na plataforma Docente Online, os docentes registram e publicam notas e frequência dos alunos, nas respectivas disciplinas que lecionam.

Além destes recursos e ferramentas, os alunos da DIREITO RIO compartilham notícias acadêmicas variadas, editais de monitoria e transferência, cronogramas de palestras e eventos, e outras informações, em grupo próprio nas redes sociais.

A DIREITO RIO também mantém, através de seu site institucional (https://direitorio.fgv.br/), ampla e atualizada comunicação com a comunidade interna e externa, com informações sobre editais de processos seletivos, grade curricular e ementas das disciplinas, material didático, eventos, publicações de livros, informações sobre os centros de pesquisa, material institucional, notícias diversas e sobre cursos e programas da Escola de Direito.

Com esta estrutura de apoio, a DIREITO RIO está preparada para atender as necessidades que possam surgir em função de ampliação de suas atividades, previstas em seu plano de desenvolvimento, e as necessidades apontadas pela avaliação interna, indicadas pela CPA, cujos resultados servirão de subsídio para orientação, alteração e correção de suas ações no plano de desenvolvimento.

A Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) é o departamento da FGV que oferece todo o apoio necessário relativo a recursos e serviços de tecnologia da informação, por meio de portal próprio ou por ramal interno, a todos os departamentos da DIREITO RIO, o que inclui seus setores administrativos e comunidade acadêmica, bem como atende as outras escolas da FGV.

Neste contexto, a TIC é responsável pelos serviços relacionados a seguir:

- Equipamentos de informática: dúvidas sobre utilização de equipamentos, cotação e aquisição (incluindo softwares), instalação, empréstimo, substituição, remanejamento, desinstalação de equipamentos;
- Internet, conexões de rede e e-mail: dúvidas sobre internet, conta de e-mail corporativa, e-mail docente e e-mail discente, criação, alteração ou exclusão de pasta na rede, criação, reset de senha ou exclusão a rede corporativa ou e-mail, acesso remoto à estação de trabalho, criação, alteração ou exclusão de listas de distribuição;
- Telefonia: dúvidas, defeitos, instalação, substituição, remanejamento, transferências e agendamentos de chamadas via Skype (salas de aula e espaços internos destinados a eventos);
- Impressoras e scanners: configuração, limpeza, instalação, desinstalação, troca ou substituição de componentes (toner, grampo, troca de papel, etc.);
- Recuperação de dados (backup) das estações de trabalho, planos contingencial e emergencial de preservação e recuperação de dados em rede e dispositivos de redundância.

Em relação a existência e utilização de recursos tecnológicos, todas as salas de aula da DIREITO RIO possuem conexões de rede e computador com acesso à internet, *data show* e rede *wi-fi.* Isso proporciona o acesso às contas de e-mail institucional, utilizadas para comunicação de assuntos acadêmicos, acesso ao Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) ECLASS, uma ferramenta de gestão didática com acesso às plataformas acadêmicas Aluno Online, Docente Online.

O Ambiente Virtual de Aprendizagem ECLASS, instrumento que facilita o ensino e aprendizagem, alunos e professores usufruem de fóruns *online, chats* e enquetes, compartilhamento de avisos e mensagens, além de gerenciamento de livros, acompanhamento do progresso dos alunos, programa de verificação de plágio, interação por web conferência e outras atividades.

Na plataforma Aluno Online, os discentes podem verificar suas notas e frequência nas disciplinas em que estão matriculados. Do outro lado, na plataforma Docente Online os docentes registram e publicam notas e frequência dos alunos, nas respectivas disciplinas que lecionam.

Além destes recursos e ferramentas, os alunos da DIREITO RIO compartilham notícias acadêmicas variadas, editais de monitoria e transferência, cronogramas de palestras e eventos, e outras informações, em grupo próprio nas redes sociais.

A DIREITO RIO também mantém, através de seu site institucional (direitorio.fgv.br), ampla e atualizada comunicação com a comunidade interna e externa, com informações sobre editais de processos seletivos, grade curricular e ementas das disciplinas, material didático, eventos, publicações de livros, informações sobre os centros de pesquisa, material institucional, notícias diversas e sobre cursos e programas da Escola de Direito.

Com estes recursos, estrutura, e serviços de apoio da TIC, a DIREITO RIO disponibiliza excelente e inovadora estrutura de informática e comunicação ao seu corpo administrativo, professores e alunos e está preparada para atender as necessidades que possam surgir em função de ampliação das atividades previstas em seu plano de desenvolvimento institucional, e também as necessidades apontadas pela avaliação interna, indicadas pela CPA.

Na pós-graduação *Lato Sensu*, foram implementadas algumas medidas de Inovação Tecnológica:

3.5.2 Instalações administrativas

A DIREITO RIO possui instalações administrativas no 8º, 9º e 13º andares do edifício sede da FGV, na Praia de Botafogo, e ocupa instalações do Edifício Octávio Gouvêa de Bulhões, na Rua da Candelária.

Nas suas instalações no edifício sede, estão lotadas todas as atividades do corpo técnico-administrativo, o que inclui também Diretoria, Coordenações de graduação, pós-graduação *lato* e *stricto sensu*, Núcleo de Prática Jurídica, Centros de Pesquisa, além de laboratórios e salas de aula. As instalações do Edifício Octávio Gouvêa de Bulhões são destinadas para as atividades da pós-graduação *lato sensu*.

Com apoio da TIC, todos os setores administrativos da DIREITO RIO contam com equipamentos, serviços e recursos diferenciados de tecnologia da informação para execução de suas atividades, conforme já descrito em item anterior.

Além de atender as necessidades institucionais relacionadas a dimensão, quantidade, iluminação, acústica, ventilação, segurança e acessibilidade, guarda, manutenção e disponibilização de documentação acadêmica, as instalações administrativas, bem como todas as demais instalações da DIREITO RIO, passam por procedimentos de conservação e limpeza, como:

- Limpeza de aparelhos e instalações de ar condicionado: realizada a cada seis meses;
- Serviços de pintura: realizados semestralmente, conforme avaliação de necessidade, ou demanda;
- Lavagem de carpete: realizada bimestralmente;
- Manutenção de rede *wi-fi*: realizada mensalmente, ou conforme demanda;
- Limpeza geral: equipes de trabalho realizam serviço diário em todos os locais, e conforme demanda de cada setor.

Estes serviços de manutenção, conservação e limpeza são realizados por empresas terceirizadas. A empresa Araujo e Abreu S/A é responsável pela manutenção predial e a supervisão dos serviços realizada por dois engenheiros, efetivos, de seu quadro de funcionários. Os serviços de manutenção e limpeza dos sistemas de refrigeração predial são realizados pela empresa JAP Ltda.

Extintores localizados e sinalizados

em toda área de circulação

Em relação à segurança das instalações, a DIREITO RIO atende as normas de segurança de pessoas e equipamentos, sendo aprovada em vistoria do Corpo de Bombeiros. As instalações e áreas de circulação possuem placas de sinalização e luzes de emergência, extintores, portas corta fogo e escadas de saída de incêndio e, contam ainda com uma equipe de bombeiros brigadistas, com equipamentos para primeiros socorros.

Porta corta fogo com sinalização
da saída de emergência

Hidrante sinalizado e

com mangueira

localizado em nos andares

Prancha de resgate socorrista

localizada no térreo

Neste contexto, periodicamente ocorre o treinamento para Brigada Voluntária da FGV. Neste treinamento, a DIREITO RIO conta com 18 voluntários no total, disponibilizados por seus andares de trabalho, sendo: 6 voluntários no 8º andar; 1 voluntário no 9º andar; e 11 voluntários no 13º andar. Estes voluntários assistiram as aulas teóricas e fizeram planejamento de desafogo em caso de incêndio, por andar.

Existem serviços de vigilância e monitoramento nas áreas de circulação e áreas comuns, realizados por seguranças especializados e sistema de câmeras em circuito fechado de TV. O controle de acesso ao prédio é realizado por meio de cartões magnéticos, tanto por professores e funcionários, como pelos alunos.

Os visitantes são fotografados na recepção e devem apresentar documentação de identidade, sendo que sua entrada só será permitida após confirmação do setor ao qual ele irá se dirigir. Após confirmação do setor, o visitante recebe um cartão magnético provisório para sua passagem pelas catracas de controle, e a liberação de sua saída se dá mediante o depósito deste cartão provisório em uma das catracas de controle.

Com apoio da TIC, todos os setores administrativos da DIREITO RIO contam com equipamentos, serviços e recursos diferenciados de tecnologia da informação para execução de suas atividades, conforme já descrito em item anterior.

Além de atender as necessidades institucionais relacionadas a dimensão, quantidade, iluminação, acústica, ventilação, segurança e acessibilidade, guarda, manutenção e disponibilização de documentação acadêmica, as instalações administrativas, bem como todas as demais instalações da DIREITO RIO, passam por procedimentos de conservação e limpeza, como:

- Limpeza de aparelhos e instalações de ar condicionado: realizada a cada seis meses;
- Serviços de pintura: realizados semestralmente, conforme avaliação de necessidade, ou demanda;
- Lavagem de carpete: realizada bimestralmente;
- Manutenção de rede *wi-fi*: realizada mensalmente, ou conforme demanda;
- Limpeza geral: equipes de trabalho realizam serviço diário em todos os locais, e conforme demanda de cada setor.

Estes serviços de manutenção, conservação e limpeza são realizados por empresas terceirizadas. A empresa Araujo e Abreu S/A é responsável pela manutenção predial e a supervisão dos serviços é realizada por dois engenheiros, efetivos, de seu quadro de funcionários. Os serviços de manutenção e limpeza dos sistemas de refrigeração predial são realizados pela empresa JAP Ltda.

Em relação a segurança das instalações, a DIREITO RIO atende as normas de segurança de pessoas e equipamentos, sendo aprovada em vistoria do Corpo de Bombeiros. As instalações e áreas de circulação possuem placas de sinalização e luzes de emergência, extintores, portas corta fogo e escadas de saída de incêndio.

Neste contexto, periodicamente ocorre o treinamento para Brigada Voluntária da FGV. Neste treinamento, a DIREITO RIO conta com 18 voluntários no total, disponibilizados por seus andares de trabalho, sendo: 6 voluntários no 8º andar; 1 voluntário no 9º andar; e 11 voluntários no 13º andar. Estes voluntários assistiram as aulas teóricas e fizeram planejamento de desafogo em caso de incêndio, por andar.

Além da Brigada Voluntária, a FGV também conta com serviços de Bombeiro Profissional Civil – BPC, 24 horas por dia, com 4 bombeiros habilitados em prevenção e combate a incêndio, revezando-se em escala 12 x 36 horas e devidamente uniformizados para facilitar sua identificação. Estes bombeiros têm acesso irrestrito às dependências da FGV para realizar serviços de vistoria com objetivo de antecipar situações que possam oferecer riscos, e, em casos de eventos que envolvam grande público, como vestibulares, palestras, concursos, seminários e similares, são acionados com antecedência mínima de 7 dias para garantir a análise de possíveis riscos e assegurar que as medidas de prevenção sejam adotadas.

Existem serviços de vigilância e monitoramento nas áreas de circulação e áreas comuns, realizados por seguranças especializados e sistema de câmeras em circuito fechado de TV. O controle de acesso ao prédio, que é realizado por meio de cartões magnéticos, tanto por

professores e funcionários, como pelos alunos. Os visitantes são fotografados na recepção e devem apresentar documentação de identidade, sendo que sua entrada só será permitida após confirmação do setor ao qual ele irá se dirigir. Após confirmação do setor, o visitante recebe um cartão magnético provisório para sua passagem pelas catracas de controle, e a liberação de sua saída se dá mediante o depósito deste cartão provisório em uma das catracas de controle.

Com a ideia de criar uma cultura de excelência nas diversas áreas da Escola: atendimento aos clientes externos e internos, serviços prestados, infraestrutura organizada, limpa e em perfeito estado, com manutenção preventiva, a DIREITO RIO criou o Programa da Qualidade, tendo em vista que a melhoria contínua da qualidade é um dos maiores desafios a serem enfrentados pelas empresas, especialmente as que desejam conquistar um patamar Premium.

PROGRAMA DE QUALIDADE

O Programa de Qualidade surgiu com a ideia de criar uma cultura de excelência nas diversas áreas da Escola: atendimento aos clientes externos e internos, serviços prestados, infraestrutura organizada, limpa e em perfeito estado, com manutenção preventiva. A melhoria contínua da qualidade é um dos maiores desafios a serem enfrentados pelas empresas, especialmente as que desejam conquistar um patamar Premium.

O Programa envolve todos os colaboradores. Eles são os propulsores dessa nova "cultura do cuidado".

Em 2020 queremos criar um "grupo da qualidade", onde serão escolhidas pessoas das diversas áreas da Escola que discutirão mensalmente novas políticas de melhorias de qualidade.

PROGRAMA DE QUALIDADE

1) Ar Condicionado	➡	Sala Vice – Direção	➡	Status: aguardando orçamento
2) Armários	➡	Substituição Secretaria	➡	Status: Finalizado
3) Cadeiras	➡	Vistoria	➡	Status: aguardando orçamento
4) Mesas	➡	Retirada mesas de centro	➡	Status: solicitado
5) Tomadas	➡	Vistoria e conserto	➡	Status: solicitado
6) Pintura	➡	Salas de reunião	➡	Status: solicitado
7) Quadros brancos	➡	Salas reunião (substituição)	➡	Status: ok
8) Persianas	➡	Salas reunião	➡	Status: ok
9) Eletrodoméstico	➡	Copa 8º andar	➡	Status: aguardando orçamento
10) Carpetes	➡	Salas de aula	➡	Status: programado para limpeza
11) Iluminação	➡	Lounge professores	➡	Status: ok
12) Painéis madeira	➡	Sala reunião	➡	Status: ok
13) Itens de toilettes	➡	13º andar	➡	Status: avaliação DO
14) Manutenção móveis	➡	cadeiras e mesas	➡	Status: orçamentos
15) Placas (portas 13ºa)	➡	nova comunicação visual	➡	Status: Em análise
16) + 30 itens				

PROGRAMA DE QUALIDADE

Antes

Depois

Antes

Depois

3.5.3 Salas de aula

No intuito de proporcionar as melhores condições possíveis para o atendimento das aulas e atender as necessidades de todos os seus cursos, a DIREITO RIO possui salas de aula de variados tipos e capacidades, tais como:

- Auditórios do tipo plenária para aulas dos períodos iniciais;

- Salas para grupos de trabalho e seminários, com mesas agrupáveis conforme a necessidade da atividade realizada;

- Sala com carteiras móveis, rearranjáveis para debates e discussões em pequenos grupos, ou discussões coletivas em círculo;

- Salas com mesas redondas e cadeiras para estudos de alunos, grupos de alunos, ou para grupos de estudos coordenados por professores, assistentes acadêmicos ou pesquisadores.

Além destas salas, a DIREITO RIO disponibiliza salas exclusivas para o Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu*, localizadas nos 8º e 9º andares, para as atividades de docência e pesquisa, contendo computador remoto com sistema de projeção e conexão à internet.

Sala de Aula exclusiva para o Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu (8º andar)

Sala de Estudos exclusiva para o Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu (9º andar)

Em conformidade com o previsto nos PDIs vigentes em períodos anteriores, a DIREITO RIO ampliou o número de salas de aula e de auditórios, de acordo com o crescimento e avanço dos cursos, e respectivas turmas, nos semestres e anos subsequentes, e pretende manter esta filosofia conforme surgirem demandas ou previsão de crescimento e abertura de novos cursos.

Todas as salas de aula da DIREITO RIO foram projetadas para atender, com elevada qualidade, as atividades de ensino no tocante a quantidade, dimensão, mobiliário, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, refrigeração de ar, segurança, acessibilidade, manutenção e conservação. Além disso, todos os espaços contam com a existência de recursos tecnológicos diferenciados como tela retrátil para projeção multimídia, com controle remoto, sistema de som, microfone de lapela, microcomputador com acesso à internet para uso do professor, e sistema de rede *wi-fi.*

A DIREITO RIO possui salas de aula de variados tipos e capacidades, de forma a proporcionar as melhores condições possíveis para o atendimento das aulas, tais como:

- Auditórios do tipo plenária para aulas dos períodos iniciais;
- Salas para grupos de trabalho e seminários, com mesas agrupáveis conforme a necessidade da atividade realizada;
- Sala com carteiras móveis, rearranjáveis para debates e discussões em pequenos grupos, ou discussões coletivas em círculo;
- Salas com mesas redondas e cadeiras para estudos de alunos, grupos de alunos, ou para grupos de estudos coordenados por professores, assistentes acadêmicos ou pesquisadores.

As salas de aula da DIREITO RIO atendem, com elevada qualidade, as atividades de ensino no tocante a quantidade, dimensão, mobiliário, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, refrigeração de ar, segurança, acessibilidade, manutenção e conservação. Além disso, todos os espaços contam com a existência de recursos tecnológicos diferenciados como tela retrátil para projeção multimídia, com controle remoto, sistema de som, microfone de lapela, microcomputador com acesso internet para uso do professor e sistema de rede *wi-fi.*

Como diferencial, no ano de 2019 foram implementados:

- O projeto de readequação do layout da Escola na Graduação (8º andar), oferecendo um ambiente mais propício ao estudo e desenvolvimento de projetos (Field Project); e
- A substituição do quadro da grade de horários da Graduação por uma mídia mais moderna (TV´s com informações sobre a grade e os eventos).

3.5.4 Auditórios

A DIREITO RIO possui dois (2) auditórios de médio porte, no 13º andar, e outro com maior capacidade e dimensão, sendo capaz de sediar eventos de grande porte, localizado no 12º andar. Ainda possui outros auditórios de menor porte que são utilizados como sala de aula dos períodos iniciais, nos 8º e 9º andares.

Para um adequado atendimento as necessidades de eventos e aulas, estes auditórios estão equipados com mobiliário, pontos elétricos para instalação de laptops, tela retrátil para projeção e recursos multimídia, com controle remoto, sistema de som, microfone de lapela, microcomputador com acesso internet para uso do professor, e sistema de rede *wi-fi.*

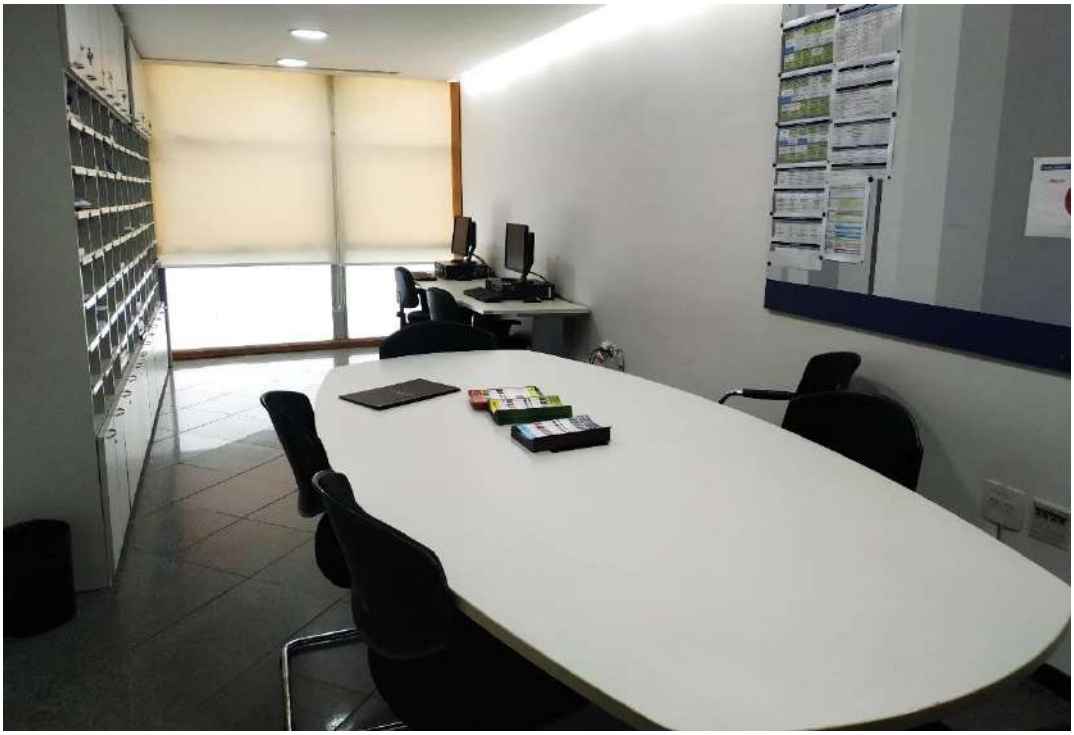
Além dos equipamentos, os auditórios atendem as necessidades dos cursos da DIREITO RIO em relação a dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, refrigeração, segurança, acessibilidade e conservação.

3.5.5 Sala de professores

A sala destinada aos professores da DIREITO RIO localiza-se no 8º andar do Edifício Sede. Trata-se de uma sala com ambiente climatizado, contendo mobiliário suficiente para receber os docentes, composto por mesas, cadeiras, armário com escaninho, quadro de avisos, estações de trabalho com computador com acesso remoto a internet e impressora no andar, além de recursos de sistema de *conference call.*

A sala dos professores da DIREITO RIO conta com ambiente climatizado e possui mobiliário suficiente para receber os docentes, com mesas, cadeiras, armário com escaninho, quadro de avisos, estações de trabalho com computador com acesso remoto a internet e impressora no andar, e também recursos de sistema de *conference call*.

Sala dos professores (8º andar)



Além da sala dos professores, outras salas também estão disponíveis aos professores para reuniões de equipe, grupos de pesquisa e atendimento a alunos da graduação e pós-graduação, localizadas no 13º andar (salas 1329, 1326 e 1327).

Todas estas instalações atendem às necessidades institucionais e encontram-se em condições ideais, conforme número de professores e usuários, em relação a limpeza, manutenção e conservação, iluminação, ventilação refrigeração, acessibilidade e recursos tecnológicos de forma a proporcionar qualidade no atendimento ao docente da DIREITO RIO.

Sala 1329 (Sala Schuartz - 13º andar)

Sala 1326 (13º andar)

Privilegiando o trabalho de seus professores que atuam em tempo integral, a DIREITO RIO disponibiliza estações de trabalho, distribuídas em gabinetes individuais e climatizados, todos localizados no 13º andar do edifício sede da FGV. Cada gabinete está equipado com uma ou duas estações de trabalho, telefone e estante para livros. As estações de trabalho são compostas por mesa com gaveteiro, computador com acesso remoto a internet e um pool de impressoras localizadas em área comum. Todos os professores que acumulam atividades de docência com coordenação, ou direção, gozam de gabinete exclusivo, garantindo privacidade na utilização dos recursos disponíveis.

Em relação a qualidade dos gabinetes, estes possuem:

- Janelas que permitem iluminação natural e circulação de ar;
- Iluminação artificial projetada para as necessidades de trabalho;
- Tratamento acústico com paredes de *dry-wall* que absorve boa parte do som, reduzindo a transmissão de ruídos para dentro e para fora dos gabinetes;
- Portas de madeira com chave.

Assim, estas instalações estão projetadas para proporcionar conforto e qualidade de modo a atender as necessidades dos docentes em relação a utilização de recursos tecnológicos, a produção intelectual, planejamento didático-pedagógico, guarda de material e atendimento aos discentes e orientandos da DIREITO RIO.

Todas estas instalações atendem às necessidades institucionais e encontram-se em condições ideais, conforme número de professores e usuários, em relação a limpeza, manutenção e conservação, iluminação, ventilação refrigeração, acessibilidade e recursos tecnológicos de forma a proporcionar qualidade no atendimento ao docente da DIREITO RIO.

3.5.7 Espaços para atendimento aos discentes

Os espaços para atendimento ao aluno são estruturados de forma a possibilitar distintas formas de atendimento. Os atendimentos podem ser feitos em salas de uso individual para atendimento no Edifício Octávio Gouvêa de Bulhões, na Rua da Candelária, além das salas de reunião, localizadas no 13º andar do prédio sede da FGV. Os alunos têm ainda acesso a essas salas para atendimento e consulta aos docentes, e podem se dirigir aos gabinetes individuais dos professores que atuam em tempo integral.

Estas salas de atendimento ao discente estão em conformidade com os requisitos de qualidade da instituição em relação a dimensão, iluminação, acústica, ventilação, refrigeração, segurança, acessibilidade, e passam periodicamente por procedimentos de limpeza, manutenção e conservação.

Sala 1326 (13º andar)

3.5.8 Espaços de convivência e de alimentação

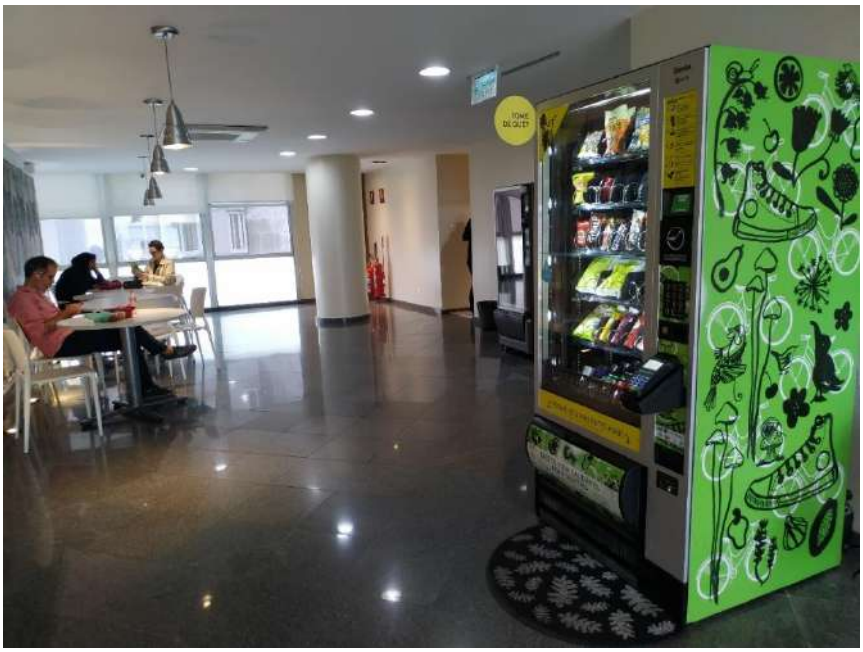
Visando o bem-estar e a interação entre os diferentes membros de sua comunidade acadêmica e de seu corpo administrativo, atendendo às necessidades institucionais, a DIREITO RIO oferece a seus alunos, professores e funcionários ampla estrutura de espaços de convivência e alimentação.

Para isso, conta com ambientes confortáveis e climatizados, que atendem a critérios de acessibilidade, contendo: TVs, mesas, cadeiras, poltronas e sofás; copas com mini refrigeradores

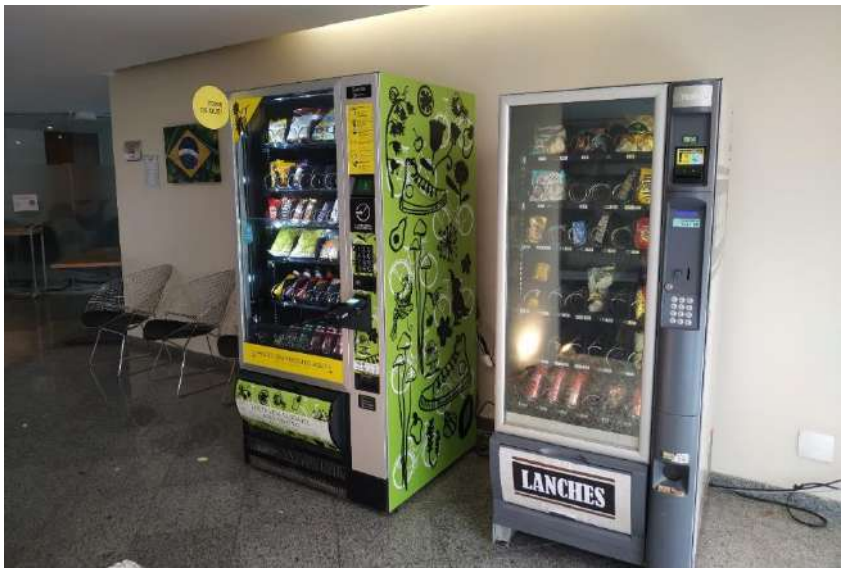
e fornos de micro-ondas; e ainda máquinas de autosserviço de biscoitos, refrigerantes e café, situados no 8º e 9º andares.

Copa localizada no 9º andar

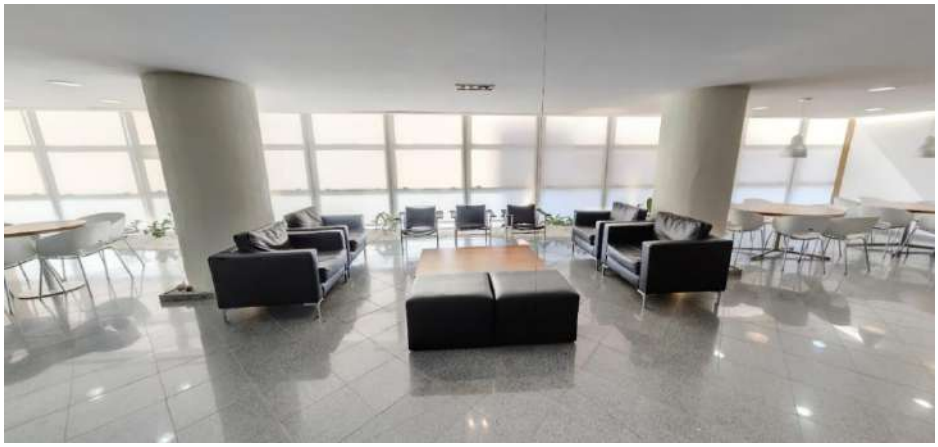
Hall 9º andar com máquinas de autosserviço de lanches e espaço para alimentação



Hall 8º andar com máquinas de autosserviço de lanches



Espaço de convivência do 8º andar



Espaço de convivência do 9º andar

Estes ambientes passam por procedimentos de limpeza diários, bem como, periodicamente, por procedimentos de conservação, manutenção e avaliação de necessidades de readequação ou reorganização.

Além da estrutura da DIREITO RIO, a Fundação Getulio Vargas oferece aos professores, alunos e funcionários, restaurante e lanchonete internos, com ambiente climatizado, acomodações confortáveis, TV e espaço externo de convivência, com bancos e mesas, além de variado serviço oferecido por estandes de alimentação.

Espaço Interno de Lanchonete (Térreo)

Espaço Interno de Restaurante (Sapore - Térreo)

3.5.9 Laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas: infraestrutura física e serviços

A DIREITO RIO possui salas e laboratórios de informática no edifício sede da FGV. Estes laboratórios estão disponíveis para utilização de alunos, professores e pesquisadores. Além de recursos tecnológicos diferenciados, os laboratórios e salas de informática atendem as normas gerais para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência, portadores de necessidades especiais e mobilidade reduzida.

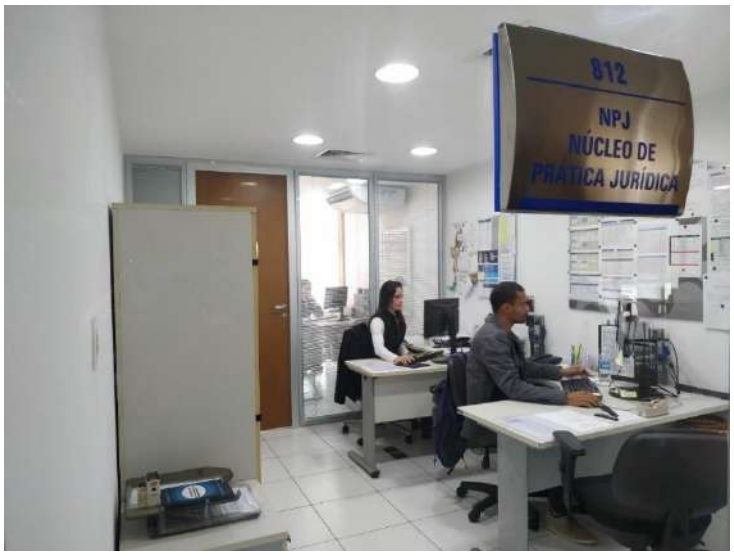
Todos são climatizados, equipados com computadores e impressoras, e passam por permanentes procedimentos de conservação e limpeza, como: serviços de pintura, limpeza de ar-condicionado a cada seis meses, lavagem de carpete bimestral, manutenção mensal da rede *wi-fi* e limpeza diária.

Laboratório de Informática (13º andar)

Os usuários podem fazer uso de outros laboratórios dispostos em diferentes andares do edifício sede, o que proporciona e potencializa o intercâmbio e convivência com os alunos dos demais cursos da FGV.

Laboratório de Informática (8º andar)

O ambiente do NPJ também é equipado com computadores, impressora e rede *wi-fi*, mobiliário adequado às atividades didáticas, atendendo também aos critérios de acessibilidade e segurança.



Objetivando oferecer condições de ensino em alto nível, as instalações de laboratórios da DIREITO RIO, no que se refere à qualidade dos serviços, zelam pelo cuidado em dois aspectos: (1) Segurança de docentes, discentes e equipamentos; e (2) Serviços de apoio a materiais e tecnológicos. Além dos já descritos, anteriormente, no item 9.1 Recursos Tecnológicos e Audiovisual.

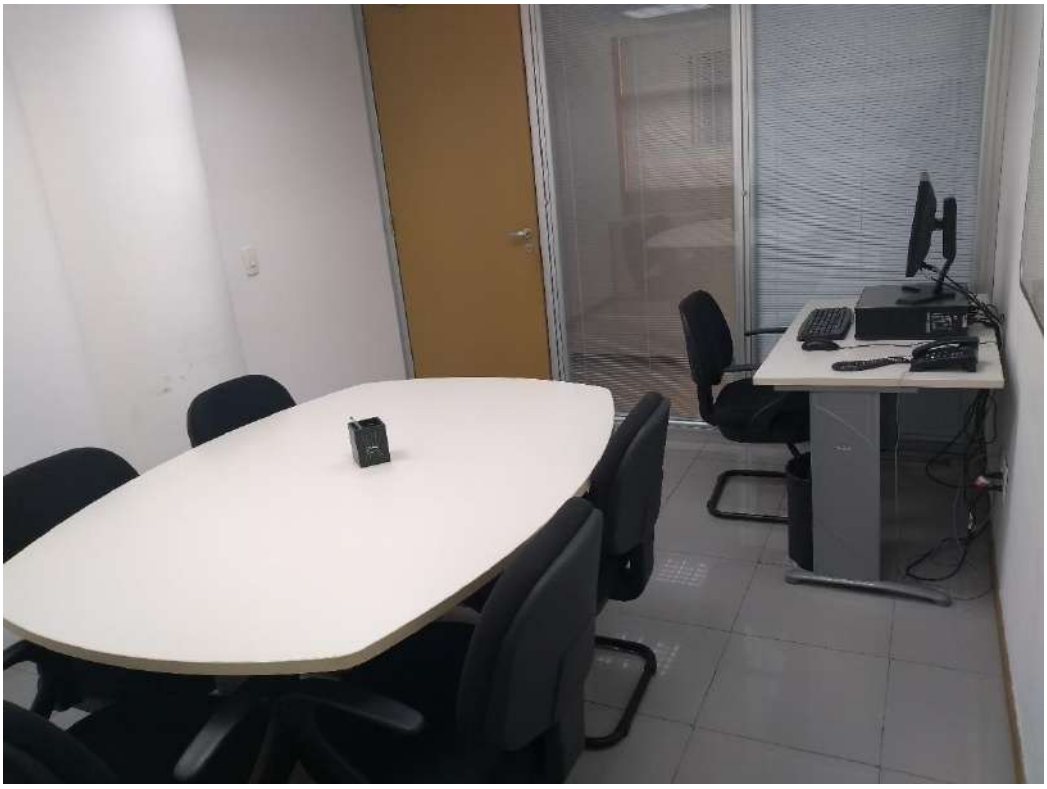
Dessa forma, no aspecto de segurança, as instalações e áreas comuns dos laboratórios e NPJ contêm extintores e sinalização de emergência, saídas, escadas de incêndio e áreas de circulação. Além disso, possuem sistema de segurança especializado, com câmeras de circuito fechado de TV, para monitoramento e vigilância nas áreas de circulação de pessoas, nos corredores de acesso aos laboratórios e nas salas de informática.

3.5.10 Infraestrutura física e tecnológica para CPA

Com objetivo de atender as demandas de espaço de trabalho adequado, reuniões periódicas de planejamento e acompanhamento de suas atividades, a Comissão Própria de Avaliação - CPA da DIREITO RIO possui sala específica no 13º andar do edifício sede, equipada com mesa de trabalho, computador com acesso à internet e à rede interna da instituição, e armário para armazenamento de materiais de uso exclusivo dos membros da CPA. Dessa forma, são atendidas as necessidades institucionais de espaço adequado e tecnologias da informação à disposição dos membros da CPA.

As ações da CPA em relação aos setores administrativos e comunidade acadêmica da DIREITO RIO são facilitadas pela utilização de recursos tecnológicos empregados, tanto para comunicação, como para implantação de metodologias, geração e avaliação de instrumentos de coleta de dados. A CPA também tem total acesso às listas institucionais mantidas no Outlook, como: alunos por período, alunos por ano de entrada, professores por período, por regime de trabalho, entre outras; utilizando também seu endereço eletrônico específico: cpafgvdireitorio@fgv.br.

Sala da CPA – 13º andar



3.5.11 Biblioteca

Biblioteca: infraestrutura física

A FGV mantém um conjunto de quatro bibliotecas, das quais a BMHS faz parte, incluindo as bibliotecas da FGV SP, FGV DF e Biblioteca Digital FGV.

A Biblioteca Mario Henrique Simonsen (BMHS) é uma das mais completas e importantes bibliotecas no Estado do Rio de Janeiro, possuindo relevante e tradicional acervo nas áreas de Administração, Ciências Políticas, Direito, Economia, Finanças, História do Brasil e Sociologia.
A BMHS possui estrutura organizacional própria, composta por Gerência, que é personificada na figura do(a) bibliotecário(a) chefe, Setor de Apoio Administrativo, Setor de Referência e Circulação, Setor de Processamento Técnico e Setor de Desenvolvimento de Coleções. Nestes setores estão disponibilizados um total de 28 funcionários entre bibliotecários, administrativos e estagiários.

Além disso, a BMHS possui:

- Regimento interno: no qual são definidos sua missão, finalidades, funcionamento, entre outros;
- Regulamento para atendimento e consulta: que descreve os procedimentos para acesso aos serviços;
- Normas: de preservação do acervo, de utilização das salas de estudo em grupo, dos serviços da caixa de devolução, de cópias, de empréstimo domiciliar, de guarda-volumes e de utilização do espaço físico;

- Plano de Contingência: que é o instrumento que fornece, antecipadamente, informação necessária sobre os procedimentos a serem adotados em situações de emergência.

A estrutura física da BMHS apresenta espaço e acervo suficientes para traduzi-la em nível de excelência, relativa a capacidade de atendimento e qualidade em serviços oferecidos a comunidade acadêmica.

Suas instalações físicas ocupam uma área total de 2.166,50 m2, distribuídos entre o 7º andar do Edifício Sede, sendo 652,25m2 destinados apenas ao acervo, atendimento e consulta, e o Centro Cultural, onde o espaço para o acervo é de 616,07m2. O restante do espaço é destinado a área do usuário, administração, circulação, hall e instalações sanitárias.

O acervo da BMHS conta com um total de 98.660 títulos e 213.744 exemplares, distribuídos entre livros impressos, livros eletrônicos, multimídia, teses e dissertações, gravações sonoras, além de 1.548 títulos de publicações periódicas com 80.303 fascículos em papel e eletrônicas. Para comportar este acervo, a BMHS disponibiliza uma área total de 1.268,32m2, considerando a ocupação no 7º andar da sede e no Centro Cultural.

O setor administrativo da BMHS ocupa 131,17m2, enquanto outros 767,01m2 são ocupados como área de circulação e hall, instalações sanitárias, utilização dos usuários da BMHS, onde estão distribuídos 218 assentos, 58 computadores, salas de estudo em grupo, Ambiente de Acessibilidade e Tecnologia Assistida, sala de multimídia, sala de leitura, laboratório de informática, caixa de devolução de livros, guarda-volumes, e ainda telefone público e máquina de café.

Área de leitura da BMHS

Área de estudos online da BMHS

Biblioteca: serviços e informatização

Toda a comunidade FGV tem acesso irrestrito ao acervo e aos serviços oferecidos pela BMHS, conforme descrito em sua missão, que é gerenciar a informação e o conhecimento, para dar suporte aos trabalhos desenvolvidos pela Fundação Getulio Vargas nas áreas de ensino e pesquisa, estendendo sua atuação à comunidade acadêmica em geral. Usuários externos podem ter acesso à biblioteca, porém devem apresentar documento de identificação e documento da instituição a qual estão vinculados.

Para desenvolver sua missão, a BMHS delimitou objetivos delineados em suas finalidades, que são:

- Adquirir, processar, conservar e disseminar o acervo bibliográfico da FGV;
- Dar suporte às pesquisas desenvolvidas pelo corpo discente e docente da FGV;

- Preservar a produção editorial da FGV.

Dessa forma, para atingir seus objetivos, a BMHS oferece os seguintes serviços a sua comunidade acadêmica:

- Em relação ao acervo: consulta local, empréstimo domiciliar, reserva, renovação de empréstimo, devolução, empréstimo entre bibliotecas, reserva de material e ainda comutação bibliográfica;
- Em relação a equipamentos e instalações: reserva e utilização de sala de multimídia, sala de leitura, sala de estudos em grupo, computadores, laboratório de informática, caixa de devolução de livros;
- Acesso a bases de dados: PORTAL DE PERIÓDICOS CAPES, JSTOR, EBSCO, WEST LAW, HEINONLINE, VLEX, LEXIS NEXIS, INTERNATIONAL ENCYCLOPEDIA OF THE SOCIAL &BEHAVIORAL SCIENCE (SCIENCE DIRECT), PROQUEST DISSERTATIONS & THESES, THOMSON REUTERS, BLOOMBERG, ECONOMÁTICA, EMIS, BANKSCOPE, ORBIS, EUROMONITOR, S&P Capital IQ. EUROMONITOR;
- Serviço de cópias: a reprodução de material da BMHS está condicionada à Lei de Direito Autorais – LDA e é realizada por empresa terceirizada que presta serviços a FGV, atendendo a usuários da biblioteca, órgãos da FGV e usuários de outras localidades;
- Serviço de Orientação Bibliográfica: oferecido pelo Setor de Referência, orienta alunos da FGV em relação a normas de elaboração de referências bibliográficas em trabalhos acadêmicos, normas da ABNT e elaboração de ficha catalográfica;
- Ambiente de Acessibilidade e Tecnologia Assistida: possibilita e facilita a utilização de serviços da biblioteca a portadores de necessidades especiais, com limitações de mobilidade física, cadeirantes, deficientes visuais e de baixa visão.

Para gerenciamento de suas atividades, a BMHS utiliza ferramentas e recursos tecnológicos de informatização, possibilitando o acesso de seus usuários, via Web, aos mais diversos tipos de serviços disponibilizados.

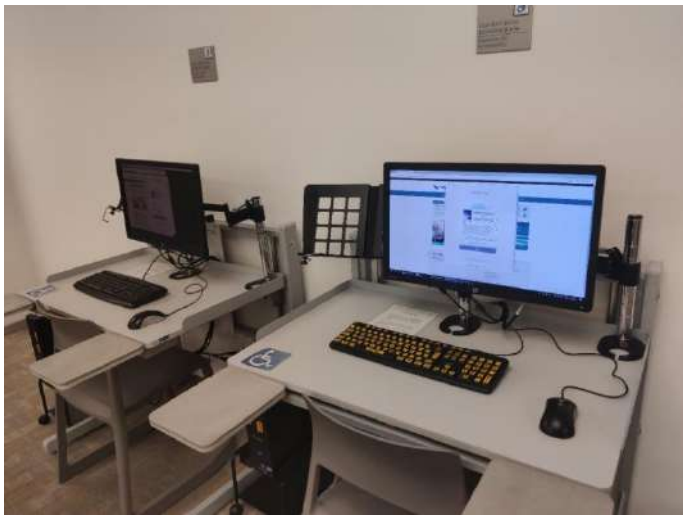
Por meio de sua homepage (http://sistema.bibliotecas-rj.fgv.br/) os usuários têm acesso a todos os serviços relacionados ao acervo, e os serviços de empréstimo, consulta, reserva e renovação de empréstimos são possibilitados com auxílio do sistema de gerenciamento de Bibliotecas SOPHIA. Além disso, também são disponibilizados catálogo on-line, acervo acadêmico da FGV, a Biblioteca Digital FGV, acesso às diversas bases de dados assinadas pela Instituição, aos artigos do Portal de Periódicos CAPES, conteúdos de acesso aberto e ainda informações sobre todos os demais serviços oferecidos: empréstimo entre Bibliotecas; reserva de material; sala multimídia, TV, DVD, videocassete, TV a cabo e computador; caixa de devolução de livros; rede wireless; levantamento bibliográfico; comutação bibliográfica; elaboração de ficha catalográfica; orientação quanto à normalização bibliográfica (normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT); serviço de reprografia, além de visitas orientadas e capacitação de usuários através de cursos, workshops e palestras.

Na homepage da BMHS, o usuário também irá encontrar os links de acesso a uma gama de informações da biblioteca, como regimento interno, regulamento de atendimento e consulta, normas de utilização, endereços e horários de funcionamento, Política de Desenvolvimento de Coleções, com os links para fazer sugestões de compras para o acervo, serviços de acessibilidade, e plano de contingência.

Além da homepage, a biblioteca mantém meios de comunicação com seus usuários através de caixa de sugestões, fale conosco, e-mail, telefones e por meio de redes sociais, nas quais também compartilha diversas informações.

O Ambiente de Acessibilidade e Tecnologia Assistida da BHMS disponibiliza duas mesas ergonômicas especiais para cadeirantes, equipadas com suporte para monitor multidirecional e suporte para livros multidirecional, computadores equipados com monitores de 23 polegadas, teclado ampliado e com softwares leitores de tela (DosVox, NVDA e JAWS) que se destinam a facilitar o acesso de deficientes visuais aos computadores.

Computadores com mesas ergonômicas para cadeirantes



O espaço conta também com um Ampliador de Caracteres Automático (myReader 2) que amplia as letras, projeta e dá acessibilidade para quem tem baixa visão, Digitalizador e Leitor Autônomo (POET COMPACT2+) que transforma o texto impresso em voz, sem uso do computador, e Sara CE, em que basta colocar o papel e ele começa a ler, transforma o texto impresso em voz, sem uso do computador, reconhecendo o texto por câmera, e conexão USB para linha braile.

Ampliador de Caracteres Automático – My Reader

Conversor de texto para voz e Braile – Sara Ce

A Biblioteca Digital FGV – BD foi criada para promover visibilidade nacional e internacional da produção científica de sua comunidade acadêmica, bem como atender a recomendação MEC/CAPES de integrar os sistemas de informação de teses e dissertações em meio eletrônico de acesso aberto. A estrutura digital da BD é composta pelos:

- Repositório de Teses-Dissertações-Objetos Digitais (DSpace@FGV): onde estão textos, imagens, arquivos de áudio, vídeo ou qualquer outro conteúdo digital, organizado em comunidades que se dividem em subcomunidades e podem conter diversas coleções de documentos; e

- Repositório de Periódicos e Revistas da FGV (OJS@FGV): onde estão os periódicos científicos e revistas produzidos pela FGV, que são disponibilizados online com acesso aos textos completos dos artigos.

A BMHS é filiada ao Conselho Regional de Biblioteconomia – 7ª Região – CRB-7, à Comissão Brasileira de Bibliotecas Universitárias – CBBU, participa de redes de trabalho cooperativo Bibliodata, CCN, COMUT, CLADEA (Centros de Informação do Conselho Latino-Americano de Escolas de Administração) e do grupo de Compartilhamento de Bibliotecas de Instituições de Ensino Superior do Estado do Rio de Janeiro – CBIES-RJ.

Indo além dos serviços e informatização oferecidos, a BMHS realiza, em parceria com os Diretórios Acadêmicos e a Editora FGV, campanhas de preservação do acervo, com exposição dos livros danificados, Trote Solidário, em que os calouros apagam os rabiscos nos livros da biblioteca, objetivando, assim, conscientizar os alunos sobre a preservação do acervo e criar maior integração entre os alunos de todos os cursos e a BMHS. Promove também a Feira de Troca de Livros, uma iniciativa de incentivo à leitura, em que o usuário leva um livro que não utiliza mais e troca por outro de seu interesse. Realiza Campanhas de Natal, em que o aluno doa livros infantis e tem sua multa da BMHS abonada. Os livros infantis são doados a instituições carentes da Comunidade.

<u>Biblioteca: plano de atualização de acervo</u>

A BMHS tem seu acervo renovado conforme instrumento denominado Política de Desenvolvimento de Coleções, que é o conjunto de atividades caracterizadas por um processo decisório para determinar o que adquirir, manter ou descartar, garantindo a consistência e permanência do processo de desenvolvimento de coleções. Ou seja, é importante para desencadear o processo de formação, crescimento e atualização de seu acervo. Este instrumento está disponibilizado para consulta na página eletrônica da biblioteca, e nele estão descritos os seguintes critérios para atualização do acervo:

1) Publicações impressas ou digitais:

- Sugestões de compra de publicações impressas ou digitais recebidas de professores, coordenadores de cursos, alunos, pesquisadores e funcionários que tenham vínculo profissional ou acadêmico com a FGV, desde que relevantes às áreas de interesse da instituição;
- Acompanhamento dos lançamentos editoriais nos mercados interno e externo dentro das áreas de interesse da FGV;
- Acompanhamento dos programas de cursos oferecidos pela FGV;
- Acompanhamento semanal das reservas para empréstimos do material bibliográfico;
- Revisão do material bibliográfico feita por professores, dentro de suas áreas de atuação, para que se efetue o descarte de obras obsoletas e/ou aquisição de novas publicações.

2) Publicações periódicas:

- Sugestões recebidas de professores, coordenadores de cursos, pesquisadores e funcionários que tenham vínculo profissional ou acadêmico com a FGV, desde que relevantes às áreas de interesse da instituição;
- Renovações anuais dos periódicos impressos e eletrônicos, após a análise das estatísticas de consulta e empréstimos, bem como das avaliações realizadas por especialistas das áreas cobertas por esses periódicos.

Para que a comunidade acadêmica ou funcionários com vínculo profissional ou acadêmico com a FGV façam sugestões de compras, a BMHS disponibiliza uma página (http://sistema.bibliotecas-rj.fgv.br/bmhs-politica-atualizacao-acervo) que contém as informações básicas e os links de acesso onde estes podem realizar suas indicações de novas obras, sejam elas impressas ou em meio digital.

Uma vez realizada a sugestão, em até 5 dias úteis se inicia o processo de avaliação que pode culminar em aprovação ou recusa de aquisição, conforme regras, critérios e prioridades estabelecidas na Política de Desenvolvimento de Coleções.

3.5.11. Salas de apoio de informática ou infraestrutura equivalente

As salas de apoio a informática da DIREITO RIO estão localizadas em três andares do edifício sede, sendo uma sala no 4º, uma no 10º e outra no 13º andar. Estas salas servem de suporte a professores e alunos dos cursos de graduação, pós-graduação *lato* e *stricto sensu*, para o uso dos laboratórios, de computadores nas salas de aula, utilização e acesso às redes internas e redes *wi-fi*, atualização de softwares, eventos internos como palestras e aulas especiais, onde são

necessários recursos de mídia (som, projetor, Datashow), bem como ficam responsáveis pela manutenção dos equipamentos.

Para este suporte, estão disponíveis um total de 14 técnicos distribuídos nos três andares onde as salas de apoio estão localizadas, no horário das 7h às 23h.

Sala de Apoio Logístico (informática e infraestrutura) localizada no 13º andar

Para proporcionar qualidade no suporte, as salas de apoio contam com recursos de tecnologia da informação, espaço físico adequado, acessibilidade, equipamentos de segurança e passam por serviços de limpeza e manutenção periódicos.

3.5.12. Instalações sanitárias

As instalações sanitárias da DIREITO RIO são constituídas por 13 banheiros, sendo 6 femininos, 6 masculinos e 1 unissex, distribuídos nos 3 andares que ocupa. Tanto os banheiros femininos, quanto os masculinos, estão equipados com boxes para pessoas portadoras de necessidades especiais, e em conformidade com as normas de acessibilidade referente a dimensão, segurança, área de transferência e existência de barras de apoio, entre outros itens, incluindo ambiente familiar com fraldário.

Sanitário inclusivo localizado no 13º andar

Estas instalações passam por procedimentos diários de serviço de limpeza e higienização, realizados por empresa terceirizada, garantindo assim que estejam sempre em condições de utilização pelo corpo administrativo, bem como pela comunidade acadêmica, atendendo aos critérios de conservação e limpeza.

Sanitário de acordo com a norma de acessibilidade localizado no 8º andar

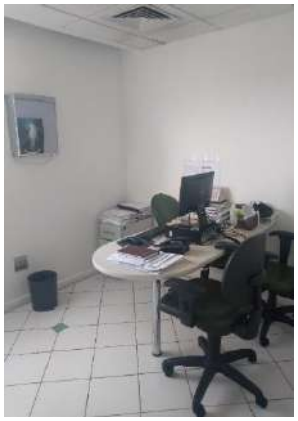
3.5.13. Serviço Médico

Para atendimento médico de emergência, a FGV disponibiliza para professores, funcionários e alunos o Serviço Médico da FGV, localizado no 15º andar.

Para alunos com problemas de saúde ou que façam uso de medicação controlada, é facultada a realização de um cadastro prévio. O objetivo deste serviço é garantir ao médico de plantão informações que o auxiliem em um eventual atendimento ao aluno. Para o “pré-cadastro”, basta se dirigir ao Serviço Médico com um Laudo Médico que informe o problema de saúde, o nome

do remédio controlado ou seu princípio ativo e outras informações que sejam relevantes. O serviço de enfermagem providenciará cadastro sigiloso, contendo o nome e referido laudo.

O centro médico é composto por várias salas, contendo espaços próprios para cada tipo de atendimento, além do espaço da recepção.

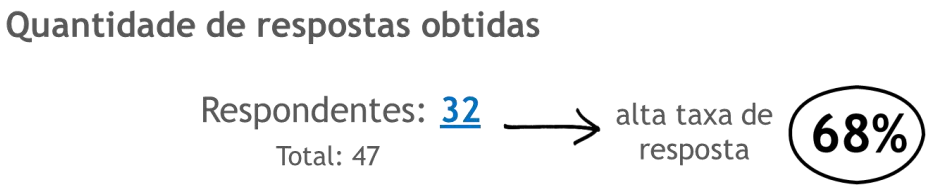


4. Análise dos Dados e das informações

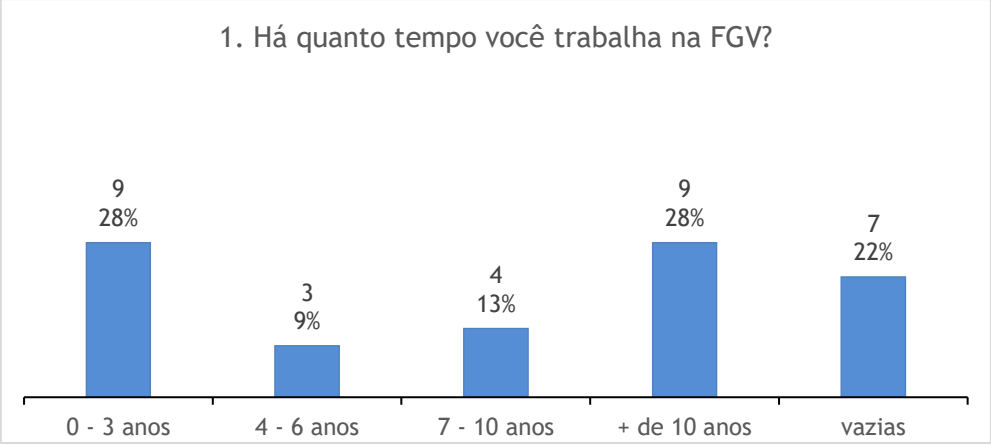
Conforme a Nota Técnica INEP/DAES/CONAES Nº 065, de 09 de outubro de 2014 , nesta seção, "os dados e as informações apresentadas no desenvolvimento deverão ser analisados e apropriados pelos atores da instituição, culminando no planejamento e na execução das ações. Nesta seção deverá ser realizado um diagnóstico a respeito da IES, ressaltando os avanços e os desafios a serem enfrentados. Também deverá ser evidenciado no relatório o quanto foi alcançado em relação ao que foi estabelecido no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), considerando o perfil e a identidade da IES.".

4.1 Resultados do Corpo Técnico-Administrativo

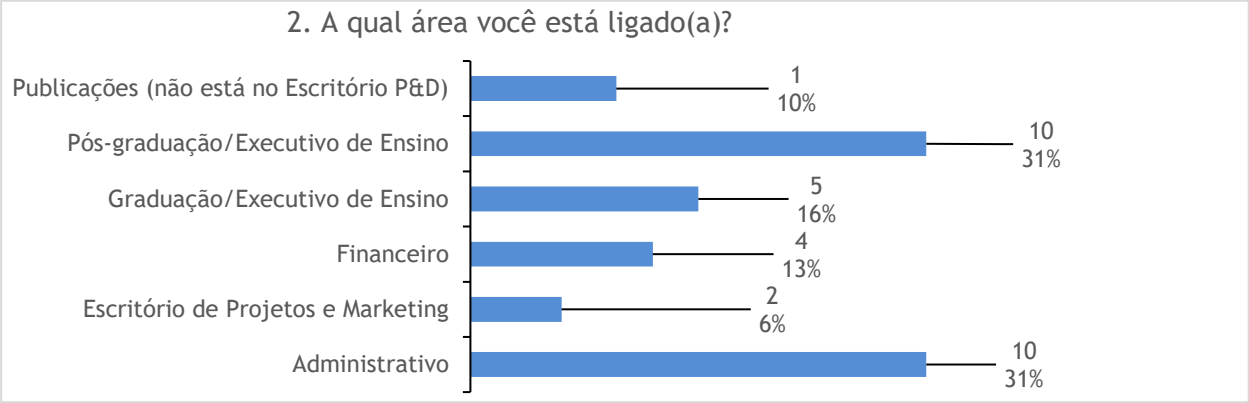
Foi aplicado um formulário ao Corpo Técnico-Administrativo, de modo a entender o perfil deste grupo e suas percepções acerca da IES. Houve adesão por 68% do grupo, composto por 47 funcionários.



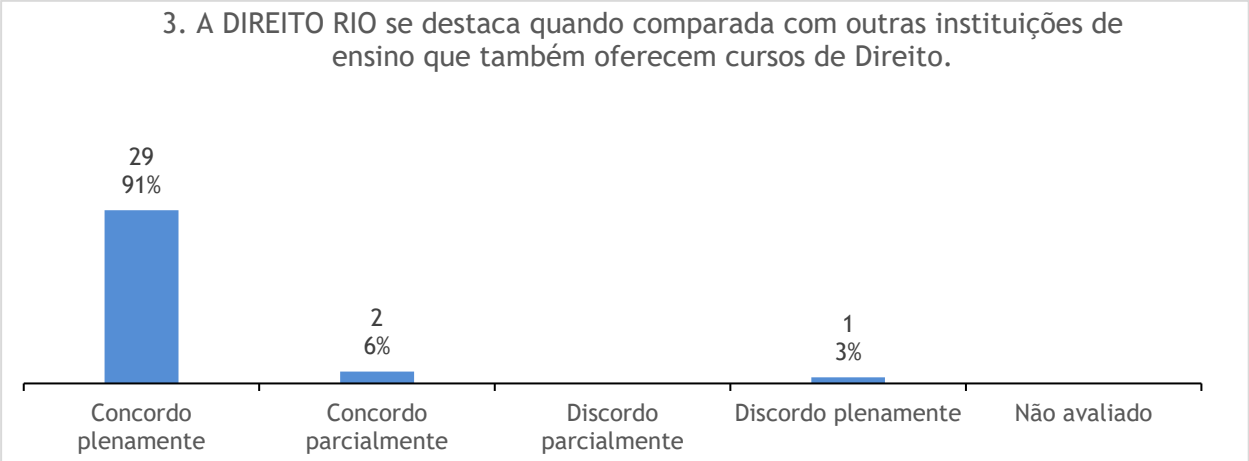
A primeira pergunta, de perfil, mapeava há quanto tempo os funcionários trabalhavam na FGV. Percebe-se uma predominância dos extremos: funcionários de 0 – 3 anos e com mais de 10 (dez) anos na IES.



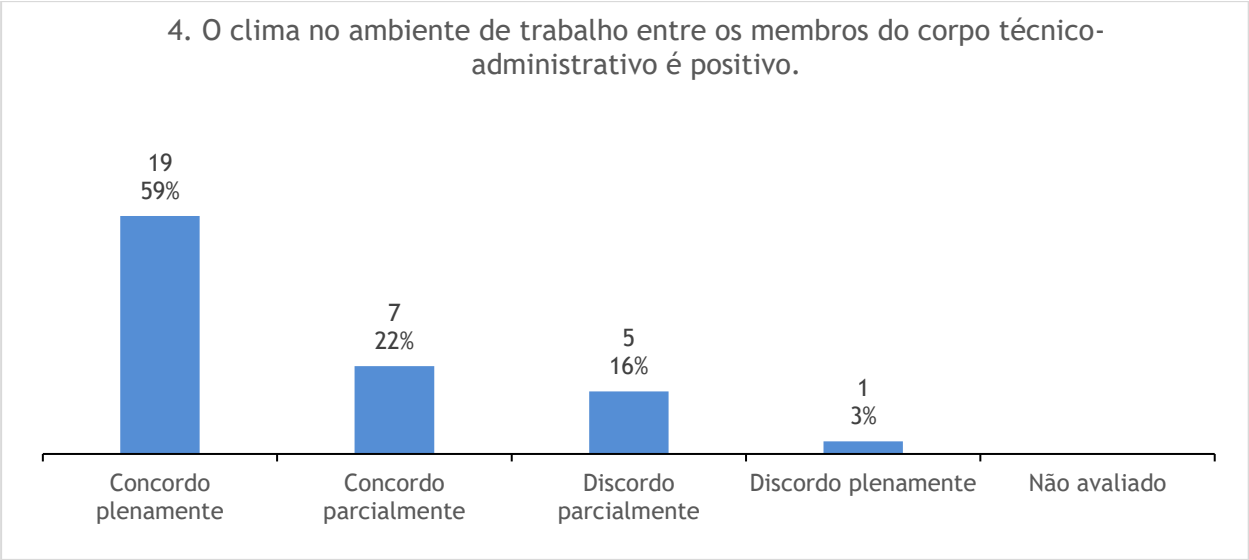
Para complementar o perfil, questionou-se a área à qual o funcionário estava ligado, havendo predominância daqueles alocados na Pós-graduação/Executivo de Ensino e na área Administrativa.



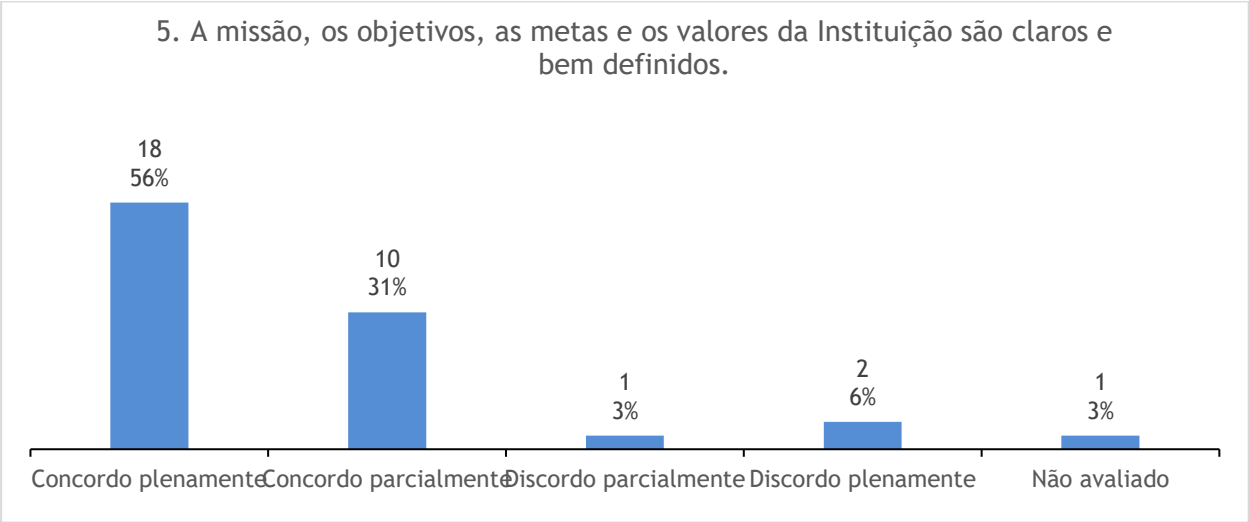
Passando-se às perguntas de percepção pessoal, questionou-se se, para o funcionário, a IES se destaca quando comparada a outras IES que oferecem curso de Direito. Em 91% dos casos, houve concordância plena.



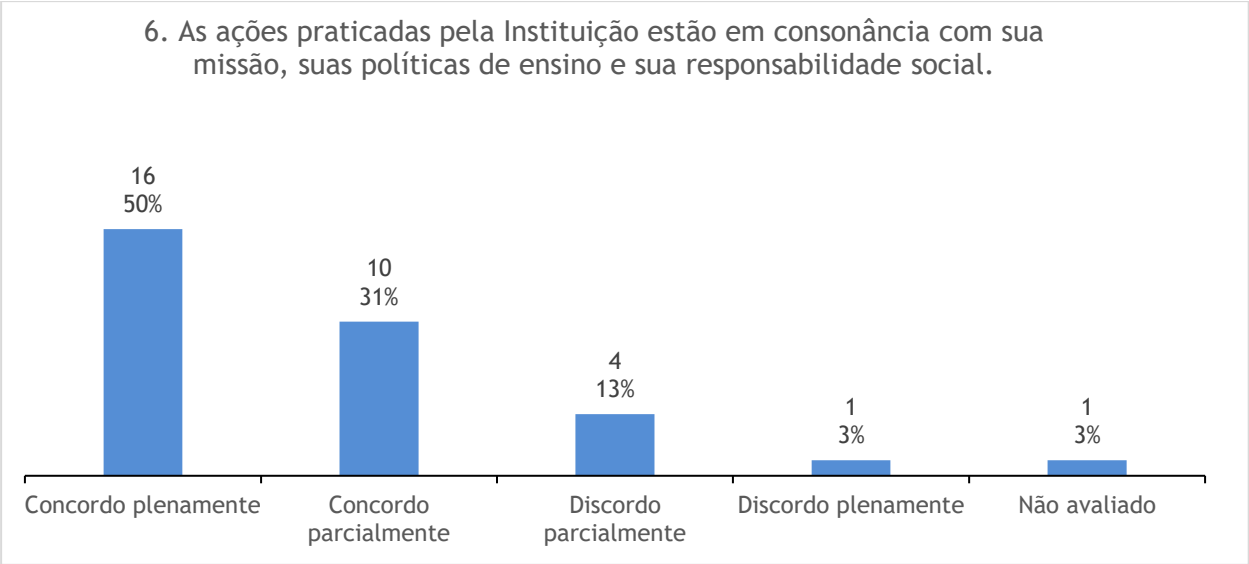
No que se refere ao clima organizacional, indagou-se se o clima no ambiente de trabalho entre os membros do corpo técnico-administrativo é positivo, havendo 59% de concordância plena, seguido de 22% de concordância parcial, 16% de discordância parcial e apenas 3% de discordância plena.



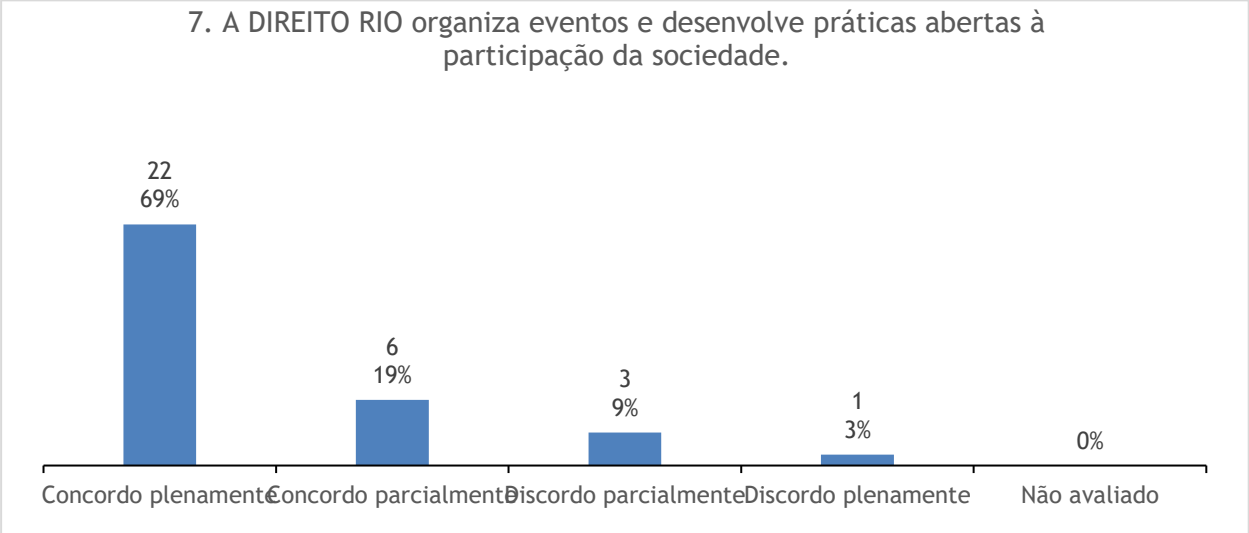
No que se refere à missão, objetivos, metas e valores da IES, questionou-se se estes estavam claros e bem definidos. Para 56% dos respondentes, houve concordância plena; 31% concordaram plenamente. Isto demonstra que o trabalho da DIREITO RIO, bem como da CPA, em difundir o PDI foi bem sucedido.



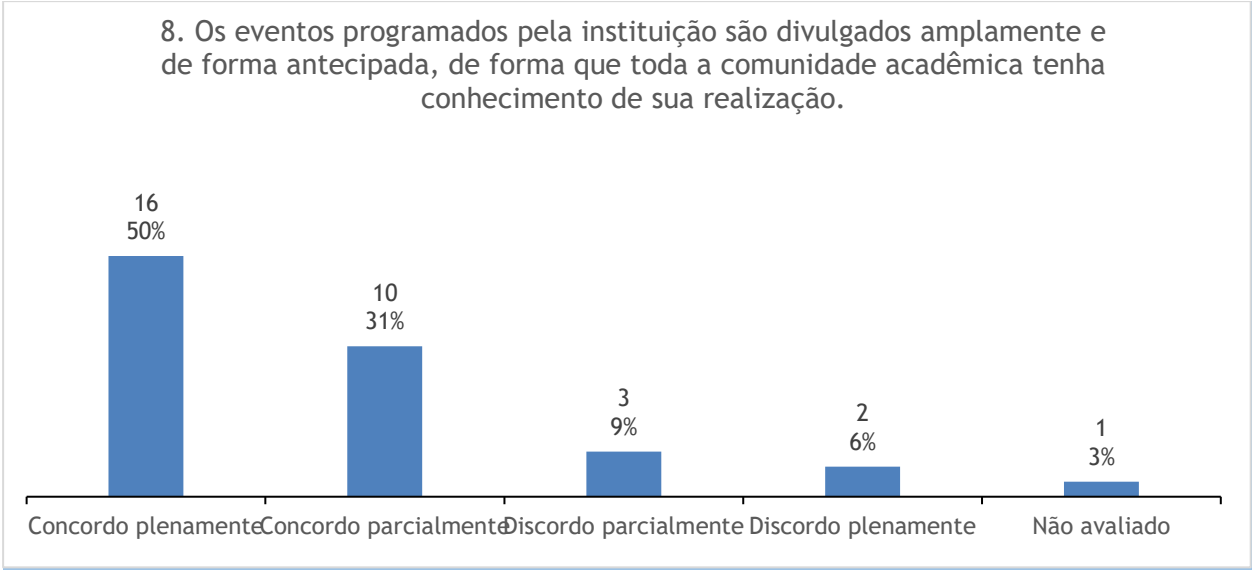
Quanto às ações praticadas pela IES, 50% dos funcionários entendem estarem em consonância com sua missão, políticas de ensino e responsabilidade social; enquanto 31% concorda parcialmente; 13% discorda parcialmente e 3% discorda plenamente.



Para avaliar a percepção quanto à participação da sociedade, indagou-se se há organização de eventos e desenvolvimento de práticas abertas a tal fim. 69% dos funcionários concordaram plenamente; 19% concordaram parcialmente; 9% discordou parcialmente e 3% discordou plenamente.

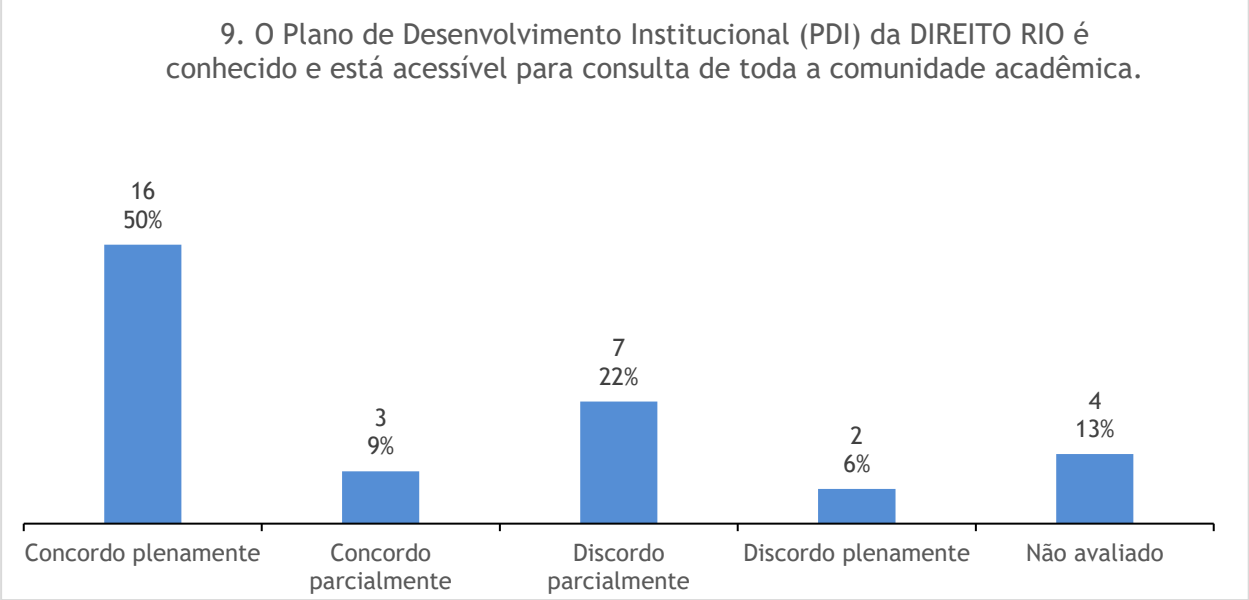


Também em relação aos eventos, questionou-se se, na percepção dos funcionários, estes eram dotados de ampla divulgação, de forma antecipada, permitindo que toda a comunidade acadêmica tivesse conhecimento de sua realização. Dentre os respondentes, 50% concordou plenamente; 31% concordou parcialmente; 9% discordou parcialmente; 6% discordou plenamente.

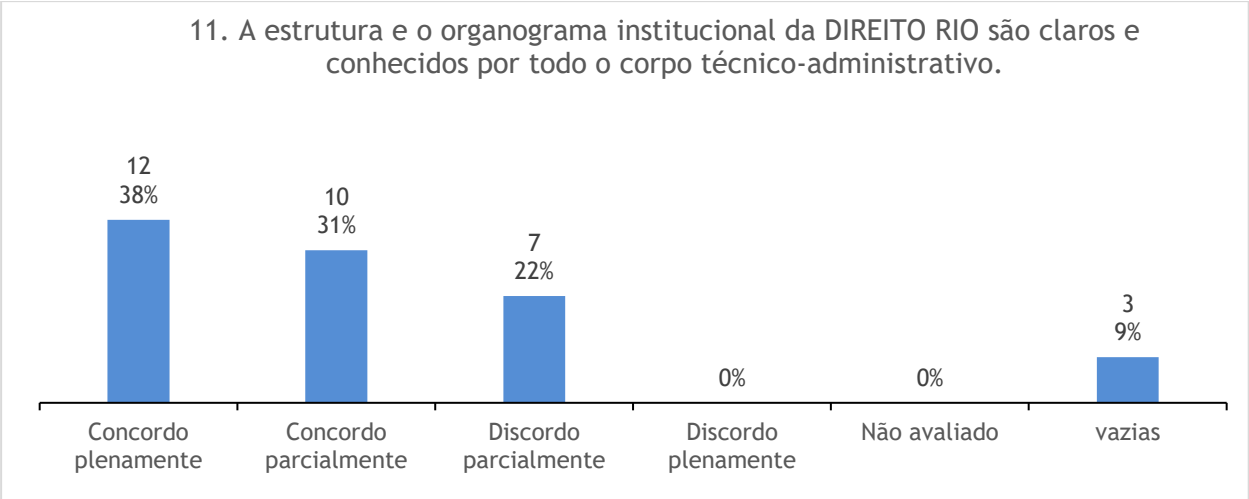


Quanto ao PDI, perguntou-se se este é conhecido e se está acessível para consulta de toda a comunidade acadêmica. Embora este esteja disponível no site da IES, pelo caminho *Institucional > CPA > Documentos Institucionais > PDI,* alguns funcionários demonstraram desconhecer ou não saber onde encontrar este instrumento.

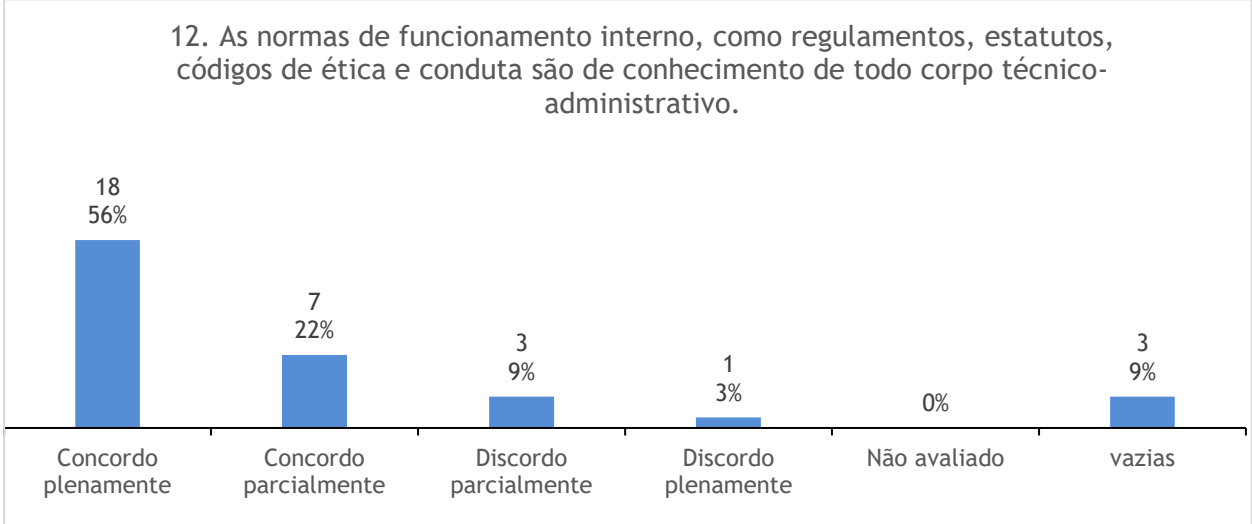
50% dos respondentes concordaram parcialmente com o conhecimento e fácil acesso ao PDI; enquanto 9% concordaram parcialmente; 22% discordaram parcialmente; 6% discordaram plenamente.



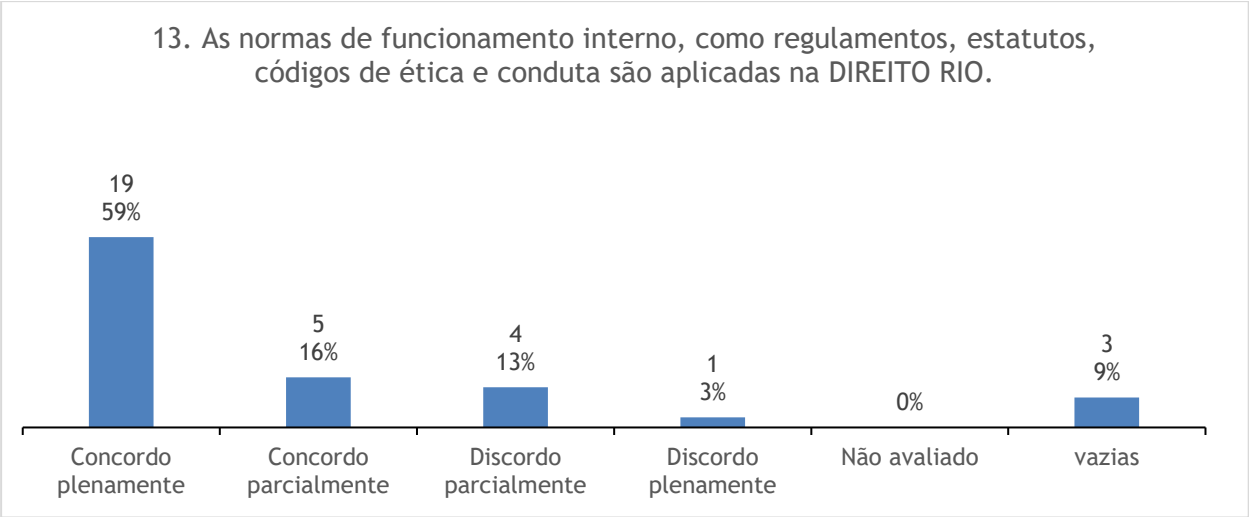
Quanto à estrutura organizacional da IES, indagou-se se a estrutura e o organograma institucional eram claros e conhecidos por todo o corpo técnico-administrativo. Dentre as respostas, houve 38% de concordância plena, 31% de concordância parcial e 22% de discordância parcial.



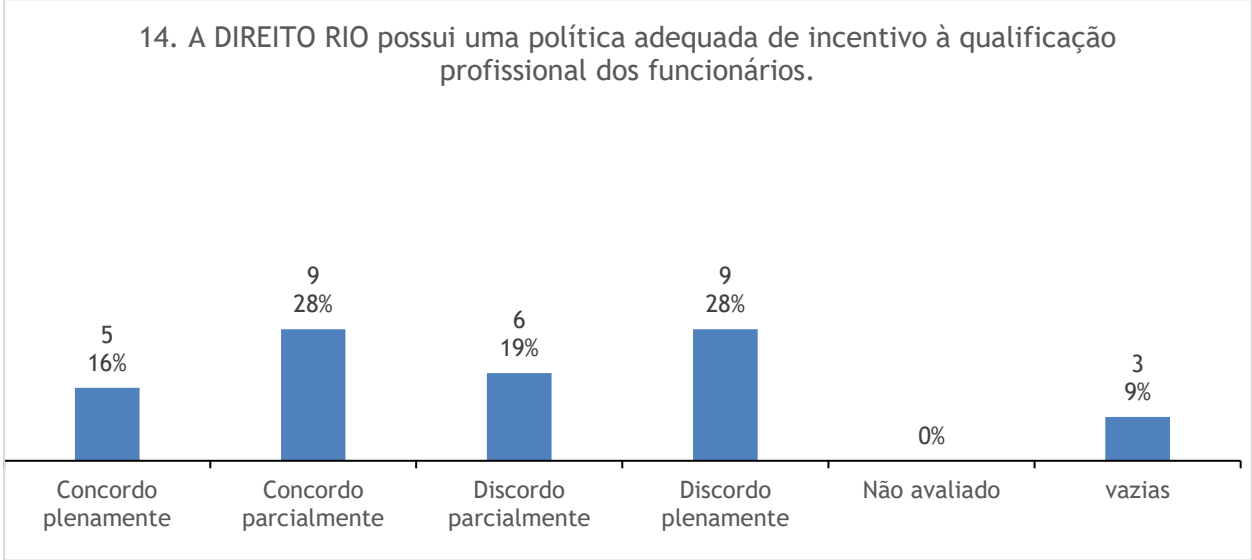
No que se refere às normas de funcionamento interno da IES, como regulamentos, estatutos, código de ética e conduta, indagou-se se estes eram de conhecimento dos respondentes 56% concordaram plenamente; 22% concordaram parcialmente; 9% discordaram parcialmente; 3% discordaram plenamente.



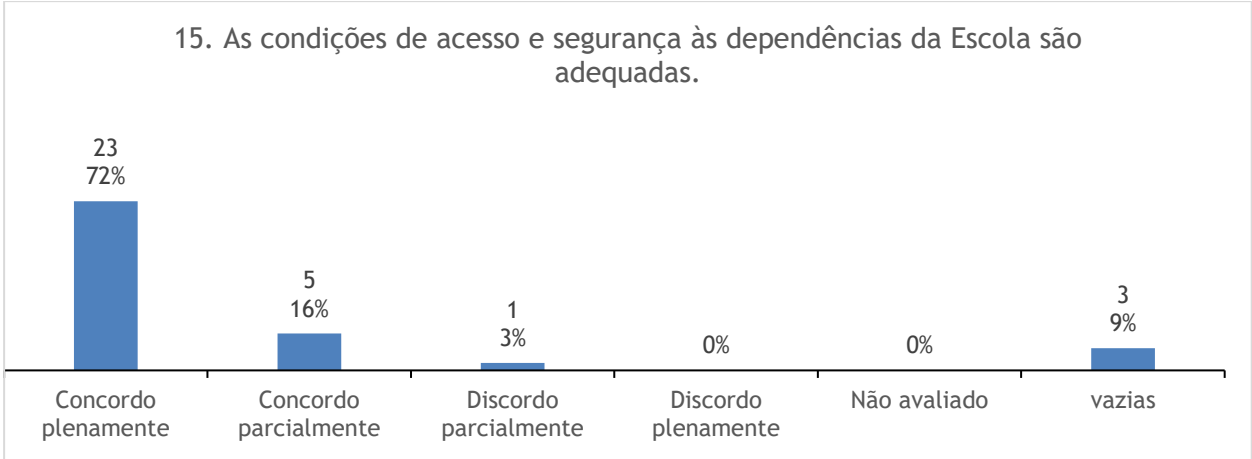
Ainda sobre tais normas de funcionamento interno, perguntou-se se, na percepção dos funcionários, estas eram aplicadas na Direito Rio. 59% dos respondentes concordaram plenamente; 16% concordaram parcialmente; 13% discordaram parcialmente; 3% discordaram plenamente.



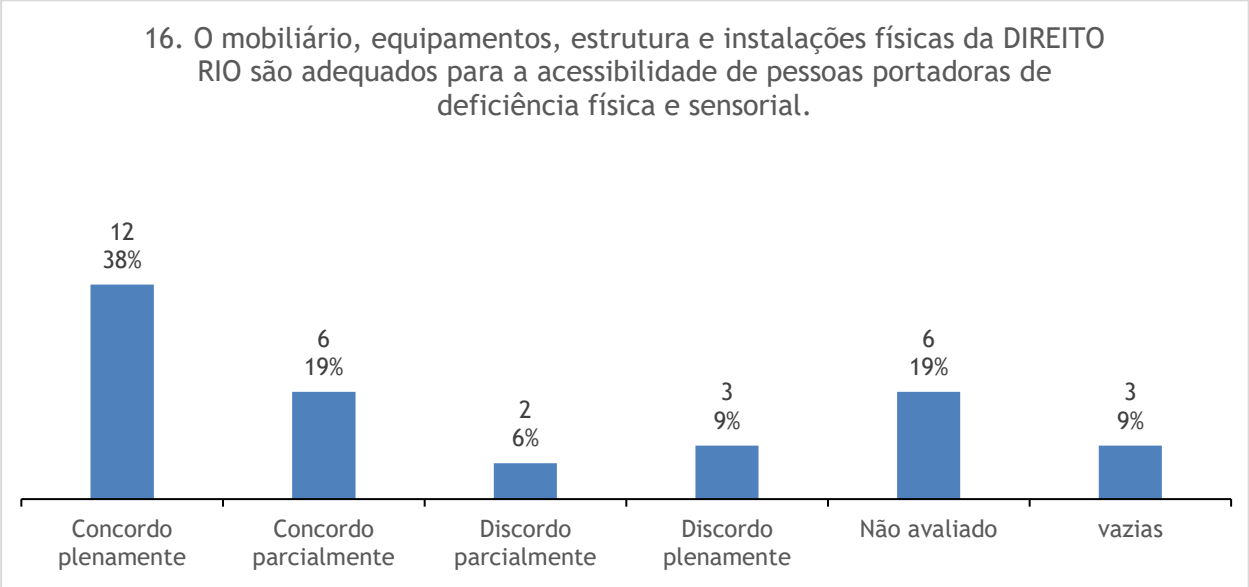
Buscou-se entender a percepção do Corpo Técnico-Administrativo quanto à adequação da política de incentivo à qualificação profissional dos funcionários. 16% concordaram plenamente (*i.e.,* entendem haver política adequada); 28% concordou parcialmente; 19% discordou parcialmente; 28% discordou plenamente.



Para explorar a percepção dos funcionários quanto ao ambiente, perguntou-se se as condições de acesso e segurança às dependências da IES são adequadas. 72% concordou plenamente; 16% concordou parcialmente; 3% discordou parcialmente.



Para entender o ambiente interno, perguntou-se se o mobiliário, equipamentos, estrutura e instalações físicas da IES eram adequados para a acessibilidade de pessoas portadoras de deficiência física e sensorial. 38% concordou plenamente; 19% concordou parcialmente; 6% discordou parcialmente; 9% discordou plenamente.



4.2 Resultados dos discentes

<u>Resultados da Graduação</u>

A comunidade acadêmica é permanentemente sensibilizada a participar e contribuir com os processos internos de autoavaliação. Campanhas de sensibilização foram feitas internamente na DIREITO RIO por meio de e-mails e chamadas físicas voltadas à informação, conscientização e engajamento, além de reuniões com os grupos que atuam nas áreas.

A graduação passa por uma avaliação sistematizada há mais de 5 (cinco) anos, o que permite a análise da evolução dos parâmetros. A adesão é alta (cerca de 90% de resposta) na medida em que o corpo discente está consciente da importância de sua opinião para o corpo docente. As médias da avaliação das atividades acadêmicas nos anos de 2018 e 2019, comparativamente, são as abaixo representadas:

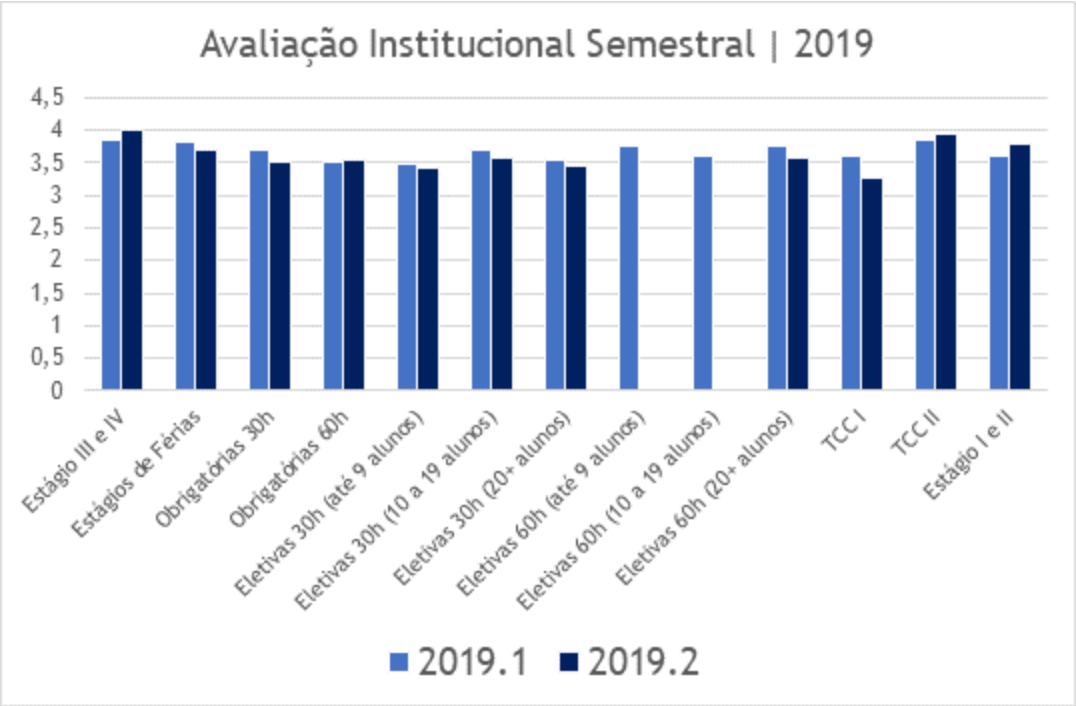
	Média 2018	Média 2019
Disciplinas Obrigatórias	3,595	3,54
Disciplinas Eletivas	3,59	3,58
TCC I	NSA	3,435
TCC II	NSA	3,895
Estágio I e II	3,61	3,685
Estágio III e IV	NSA	3,93
Field Project	NSA	3,58
ATC's	3,52	3,54
Clínicas	3,57	3,56

Os resultados destas avaliações são analisados de forma comparativa, coletadas semestralmente, e apontaram, em 2019, para os seguintes dados, numa escala de 0 a 4:

Resumo | Avaliação Institucional	2019.1	2019.2
Média Geral	3,66	3,57

Ranking das Médias	2019.1	2019.2
Estágio III e IV	3,86	4,00
Estágios de Férias	3,82	3,71
Obrigatórias 30h	3,70	3,51
Obrigatórias 60h	3,51	3,54
Eletivas 30h (até 9 alunos)	3,49	3,43
Eletivas 30h (10 a 19 alunos)	3,69	3,56
Eletivas 30h (20+ alunos)	3,53	3,44
Eletivas 60h (até 9 alunos)	3,77	-
Eletivas 60h (10 a 19 alunos)	3,60	-
Eletivas 60h (20+ alunos)	3,75	3,58
TCC I	3,60	3,27
TCC II	3,84	3,95
Estágio I e II	3,59	3,78
Estágio III e IV	3,86	4,00
Field Project	3,58	3,58
ATC's	3,58	3,50
Clínicas	3,57	3,55

A análise comparativa por semestre indica para uma pequena variação dentre os quesitos analisados, como se pode depreender do gráfico abaixo:



Também não se pôde notar muita variação na Média da Escola dentre as disciplinas obrigatórias e eletivas, havendo manutenção na média avaliativa das disciplinas obrigatórias e pequena queda quanto às eletivas, de 3,63 para 3,53:

Média das Disciplinas	2019.1	2019.2
Média da Escola	3,59	3,53
Média obrigatórias (30 e 60h)	3,55	3,53
Média eletivas	3,63	3,53

Para além de todas as ações e resultados indicados, os processos de autoavaliação da instituição mantêm estreito contato com a Comissão Própria de Avaliação (CPA), que também participa do processo de engajamento institucional e na proposta de alternativas que erguem a pretensão de induzir o aumento constante da qualidade na DIREITO RIO.

Além dos instrumentos institucionais, o resultado do ENADE, como avaliação externa, constitui um componente integrante do Sistema de Avaliação do Projeto Pedagógico do Curso e corroborou no último ciclo avaliativo a qualidade do curso ofertado pela DIREITO RIO, uma vez que além de ser nota 5 foi considerando o melhor ENADE do Brasil.

Resultados da Pós-graduação Lato Sensu

A Pós-graduação *lato sensu* da DIREITO RIO avalia cada um de seus cursos de LL.M em Direito (*Master of Laws*), conforme resultados compilados e apresentados nas tabelas a seguir, contendo as médias de avaliação do período 2018 e, para efeito de comparação, as médias de 2019, para todas as disciplinas oferecidas por curso:

LL.M EM DIREITO: EMPRESARIAL	MÉDIA EM 2018	MÉDIA EM 2019
Análise Econômica do Direito	NA	3,40
Compliance Empresarial	NA	NA
Direito Concorrencial e Regulatório	3,55	3,68
Direito e Economia da Responsabilidade Civil	3,82	3,76
Direito do Trabalho Empresarial	NA	3,76
Fundamentos de Contabilidade	3,87	3,86
Fundamentos de Direito Contratual	3,78	3,80
Fundamentos de Direito Tributário	3,77	3,74
Lawyering	3,88	3,85
Princípios de Direito do Trabalho	3,85	NA
Princípios de Economia	3,47	NA
Recuperação de Empresas	3,85	3,86
Responsabilidade Civil e Direito do Consumidor	NA	3,92
Sociedades Empresariais	3,82	3,75
MÉDIA	**3,77**	**3,76**

LL.M EM DIREITO: SOCIETÁRIO E MERCADO DE CAPITAIS	MÉDIA DO 2018	MÉDIA EM 2019
Associações Empresariais	3,96	3,97
Compliance	3,70	3,86
Contabilidade Societária	3,64	3,90
Direito das Empresas em Dificuldades	3,88	3,61
Direito Penal Econômico	3,30	3,74
Direito Processual Societário	3,89	3,73
Finanças Corporativas	3,75	3,41
Fusões e Aquisições	3,83	3,67
Law and Economics	3,74	3,88
Mediação e Arbitragem no Direito Societário	3,68	3,80
Mercado de Capitais	3,85	3,32
Organização Jurídica da Pequena Empresa	3,86	3,58
Organização Societária	3,82	3,92
Sociedade Anônima	3,43	3,97
Tópicos Específicos do Direito Societário	3,62	3,78
MÉDIA	**3,73**	**3,74**

LL.M EM DIREITO: TRIBUTÁRIO	MÉDIA EM 2018	MÉDIA EM 2019
Contribuições Especiais	3,75	3,57
Direito Constitucional Tributário	3,83	3,82
Normas Gerais de Direito Tributário	3,70	3,74

Processo Tributário	3,28	3,55
Tributação Internacional e Planejamento	3,91	3,95
Tributação Setorial	3,45	3,58
Tributação sobre Patrimônio	3,84	NA
Tributação sobre Renda	3,85	3,95
Tributos Estaduais e Municipais sobre Circulação, Produção e Comércio	3,78	3,76
Tributos Federais sobre Circulação, Produção e Comércio	3,60	3,76
MÉDIA	**3,70**	**3,74**

LL.M EM DIREITO: INFRAESTRUTURA E REGULAÇÃO	**MÉDIA EM 2018**	**MÉDIA EM 2019**
Administração Pública Organizacional	3,89	3,74
Análise Econômica do Direito	NA	3,91
Compliance	3,91	3,74
Direito Administrativo Ambiental	3,76	3,58
Direito Administrativo Contratual	3,91	NA
Direito Administrativo da Infraestrutura	3,95	NA
Direito Administrativo das Concessões	3,95	3,83
Direito Concorrencial Regulatório	NA	3,90
Fundamentos de Contabilidade	NA	3,86
Novas Parcerias entre os Setores Público e Privado	NA	3,82
Ordem Constitucional Econômica e o Processo Decisório do STF	3,95	NA
Responsabilidade Civil Estatal	3,86	3,82
Soluções Alternativas de Controvérsias no Setor Público	3,96	NA
MÉDIA	**3,90**	**3,80**

LL.M EM DIREITO: CIVIL E PROCESSUAL CIVIL	**MÉDIA EM 2018**	**MÉDIA EM 2019**
Direito Empresarial e Processual Empresarial	3,96	3,72
Direito Imobiliário	NA	3,74
Direito Sucessório	NA	3,81
Direito Tributário e Processual Tributário	3,74	NA
Fundamentos do Direito Contratual	3,74	NA
Gestão e Desenvolvimento dos Contratos	2,41	NA
Inadimplemento Contratual	3,82	NA
Litígios na Área de Licitações e Contratos	3,87	3,53
Meios Consensuais de Resolução de Conflitos e Arbitragem	NA	3,72
Negociação Empresarial	3,95	NA
Oficina do Direito Civil	4,00	3,88
Processo de Conhecimento	3,77	3,95
Recursos e Processo nos Tribunais	3,31	3,49
Temas Contemporâneos do Direito Contratual	4,00	3,85

Teoria do Adimplemento e do Inadimplemento Contratual	3,80	3,59
Tipos Contratuais Modernos	3,81	3,57
Tratativa, Negociação e Formação dos Contratos	3,83	3,83
Tutela Provisória	3,28	2,98
MÉDIA	**3,69**	**3,67**

LL.M EM DIREITO: NEGÓCIOS	**MÉDIA EM 2018**	**MÉDIA EM 2019**
Compliance	3,57	3,57
Direito Contratual Avançado	NA	3,61
Direito para Startups	NA	3,40
Direito Societário I	NA	3,87
Direito Societário II	3,67	3,80
Estratégias para a Solução Adequada dos Conflitos Empresariais	3,46	NA
Gestão de Serviços Jurídicos	NA	3,78
Impactos do Processo Judicial sobre o Direito dos Negócios	3,66	NA
Law and Economics	NA	3,71
Licitações Públicas Estruturadas	3,39	NA
Processo Tributário Estratégico	NA	3,99
Regulação Antitruste	2,93	NA
Regulação de Negócios em Infraestrutura	NA	3,84
Reorganização Societária	3,36	3,29
Tópicos Específicos	3,41	2,99
Tributação em Negócios	3,76	NA
MÉDIA	**3,47**	**3,62**

LL.M EM DIREITO: COMPLIANCE	**MÉDIA 2018**	**MÉDIA 2019**
A Corrupção e Improbidade na Interação dos Particulares com a Administração Pública Brasileira e o Lobby - 24 horas	NA	3,37
Combate à Corrupção no Direito Estrangeiro e Internacional - 36 horas	NA	3,60
Combate à Corrupção no Direito Penal Brasileiro - 24 horas	NA	3,64
Ética & Compliance - 12 horas	NA	3,86
Lavagem de Capitais, Infrações na Área Financeira - 12 horas	NA	3,24
Lei Anticorrupção (12846/2013) - 24 horas	NA	3,79
Oficina de Compliance II - 12 horas	NA	3,59
Programas de Compliance Anticorrupção. Origem, Estruturação, Aplicação e Monitoramento. - 36 horas	NA	3,64
Seminários	NA	3,78

No que se refere à avaliação de outros aspectos que não as disciplinas em si, como a satisfação geral com os serviços administrativos correlatos à oferta dos cursos, os alunos avaliaram o período em questão conforme as seguintes médias:

LL.M EM DIREITO: EMPRESARIAL	MÉDIA EM 2018	MÉDIA EM 2019
Análise Econômica do Direito		2,45
Compliance Empresarial		
Direito Concorrencial e Regulatório	3,52	2,75
Direito e Economia da Responsabilidade Civil	3,4	3,48
Direito do Trabalho Empresarial		3,36
Fundamentos de Contabilidade	3,50	
Fundamentos de Direito Contratual	3,52	3,81
Fundamentos de Direito Tributário	3,39	4,00
Lawyering	3,51	3,59
Princípios de Direito do Trabalho	3,7	
Princípios de Economia	3,65	
Recuperação de Empresas	3,63	3,68
Responsabilidade Civil e Direito do Consumidor		2,63
Sociedades Empresariais	3,68	3,70
MÉDIA	**3,55**	**3,35**

LL.M EM DIREITO: SOCIETÁRIO E MERCADO DE CAPITAIS	MÉDIA DO 2018	MÉDIA EM 2019
Associações Empresariais	3,79	3,23
Compliance	3,26	3,5
Contabilidade Societária	3,60	3,08
Direito das Empresas em Dificuldades	3,74	2,11
Direito Penal Econômico	3,11	4
Direito Processual Societário	3,02	2,89
Finanças Corporativas	3,13	3,65
Fusões e Aquisições	3,71	3,5
Law and Economics	3,33	3,89
Mediação e Arbitragem no Direito Societário	3,24	3,33
Mercado de Capitais	3,87	2,64
Organização Jurídica da Pequena Empresa	3,05	3,15
Organização Societária	3,90	3,5
Sociedade Anônima	3,50	3,14
Tópicos Específicos do Direito Societário	2,52	3,8
MÉDIA	**3,38**	**3,29**

LL.M EM DIREITO: TRIBUTÁRIO	MÉDIA EM 2018	MÉDIA EM 2019
Contribuições Especiais	3,35	3,42
Direito Constitucional Tributário	3,68	3,79
Normas Gerais de Direito Tributário	3,79	3,57
Processo Tributário	2,82	3,69
Tributação Internacional e Planejamento	3,33	3,66
Tributação Setorial	3,35	3,7
Tributação sobre Patrimônio	3,64	
Tributação sobre Renda	3,41	3,5
Tributos Estaduais e Municipais sobre Circulação, Produção e Comércio	3,48	3,5
Tributos Federais sobre Circulação, Produção e Comércio	3,50	3,33
MÉDIA	**3,44**	**3,57**

LL.M EM DIREITO: INFRAESTRUTURA E REGULAÇÃO	MÉDIA EM 2018	MÉDIA EM 2019
Administração Pública Organizacional	3,48	3,43
Análise Econômica do Direito		3,31
Compliance	3,57	3,28
Direito Administrativo Ambiental	3,49	3,61
Direito Administrativo Contratual	3,04	
Direito Administrativo da Infraestrutura	3,72	
Direito Administrativo das Concessões	3,50	3,52
Direito Concorrencial Regulatório		3,50
Fundamentos de Contabilidade		3,27
Novas Parcerias entre os Setores Público e Privado		3,5
Ordem Constitucional Econômica e o Processo Decisório do STF	3,50	
Responsabilidade Civil Estatal	3,40	3,83
Soluções Alternativas de Controvérsias no Setor Público	3,53	
MÉDIA	**3,47**	**3,47**

LL.M EM DIREITO: CIVIL E PROCESSUAL CIVIL	MÉDIA EM 2018	MÉDIA EM 2019
Direito Empresarial e Processual Empresarial	3,46	2,97
Direito Imobiliário		3,55
Direito Sucessório		3,48
Direito Tributário e Processual Tributário	3,30	
Fundamentos do Direito Contratual	3,65	

Gestão e Desenvolvimento dos Contratos	3,52	
Inadimplemento Contratual	3,73	
Litígios na Área de Licitações e Contratos	3,69	
Meios Consensuais de Resolução de Conflitos e Arbitragem		3,86
Negociação Empresarial	3,45	
Oficina do Direito Civil	4,00	
Processo de Conhecimento	3,61	3,64
Recursos e Processo nos Tribunais	3,63	3,5
Temas Contemporâneos do Direito Contratual	3,62	3,32
Teoria do Adimplemento e do Inadimplemento Contratual		3,26
Tipos Contratuais Modernos	3,75	3,44
Tratativa, Negociação e Formação dos Contratos	3,78	3,29
Tutela Provisória	3,34	3,48
MÉDIA	**3,61**	**3,44**

LL.M EM DIREITO: NEGÓCIOS	**MÉDIA EM 2018**	**MÉDIA EM 2019**
Compliance	3,67	3,23
Direito Contratual Avançado		3,39
Direito para Startups		3,44
Direito Societário I		2,84
Direito Societário II	3,3	3,20
Estratégias para a Solução Adequada dos Conflitos Empresariais	3,18	
Gestão de Serviços Jurídicos		3,16
Impactos do Processo Judicial sobre o Direito dos Negócios	3,20	
Law and Economics		2,92
Licitações Públicas Estruturadas	2,95	
Planejamento Tributário Estratégico		3,14
Regulação Antitruste	3,36	
Regulação de Negócios em Infraestrutura		3,41
Reorganização Societária	3,32	2,47
Tópicos Específicos	3,39	2,79
Tributação em Negócios	3,27	
MÉDIA	**3,29**	**3,09**

LL.M EM DIREITO: COMPLIANCE	**MÉDIA 2018**	**MÉDIA 2019**

A Corrupção e Improbidade na Interação dos Particulares com a Administração Pública Brasileira e o Lobby - 24 horas	NA	3,37
Combate à Corrupção no Direito Estrangeiro e Internacional - 36 horas	NA	3,21
Combate à Corrupção no Direito Penal Brasileiro - 24 horas	NA	3,39
Compliance Antitruste - 12 horas	NA	
Compliance com Proteção de Dados - 12 horas	NA	
Compliance específico de Indústrias - 12 horas	NA	
Contabilidade e Auditoria - 24 horas	NA	
Ética & Compliance - 12 horas	NA	3,63
Gerenciamento de Crises - 12 horas	NA	
Interação Multijurisdicional - 12 horas	NA	
Lavagem de Capitais, Infrações na Área Financeira - 12 horas	NA	3,67
Lei Anticorrupção (12846/2013) - 24 horas	NA	3,77
Oficina de Compliance I - 12 horas	NA	
Oficina de Compliance II - 12 horas	NA	
Oficina de Compliance III - 12 horas	NA	
Oficina de Compliance IV - 12 horas	NA	
Oficina de Compliance V - 12 horas	NA	
Outros Compliances - 12 horas	NA	
Programas de Compliance Anticorrupção. Origem, Estruturação, Aplicação e Monitoramento. - 36 horas	NA	3,36
Sanções ao Comércio Internacional - 12 horas	NA	
MÉDIA	**#DIV/0!**	**3,49**

LL.M EM DIREITO: INOVAÇÃO E TECNOLOGIA	MÉDIA 2018	MÉDIA 2019
Aspectos de Tecnologia no Contexto Jurídico - 18 horas	NA	NA
Compliance de Dados - 21 horas	NA	NA
Fundamentos da Programação para Advogados - 36 horas	NA	NA
Internet e Responsabilidade Civil - 27 horas	NA	NA
Propriedade Intelectual e Tecnologia - 30 horas	NA	NA
Proteção de Dados e Privacidade - 39 horas	NA	NA

MÉDIA	**#DIV/0!**	**#DIV/0!**

Os resultados e análises apresentados na avaliação de todos os cursos LL.M Direito foram utilizados em reunião da CPA para avaliação do desenvolvimento da Instituição, bem como pela coordenação da Pós-graduação *Lato Sensu* da DIREITO RIO para subsidiar as ações de manutenção, melhoria, correção, ajuste de currículo de cada curso, e de metodologias utilizadas em seus respectivos planejamentos.

É mister salientar que todos os programas e disciplinas que tiveram avaliações negativas – isto é, a redução da média de 2019 frente a média de 2018 – foram revistos para melhorar o seu desempenho nos próximos ciclos.

Resultados da Pós-graduação Stricto Sensu

As disciplinas oferecidas no curso de Mestrado em Direito da Regulação da DIREITO RIO passam por avaliações semestrais. Importante notar que o fluxo de disciplinas não contempla a oferta da mesma disciplina em dois semestres seguidos. As alunas e os alunos respondem a formulários eletrônicos dentro do ambiente virtual da FGV sobre cada uma das disciplinas, e ao final do ano, também respondem um formulário de avaliação do Programa.

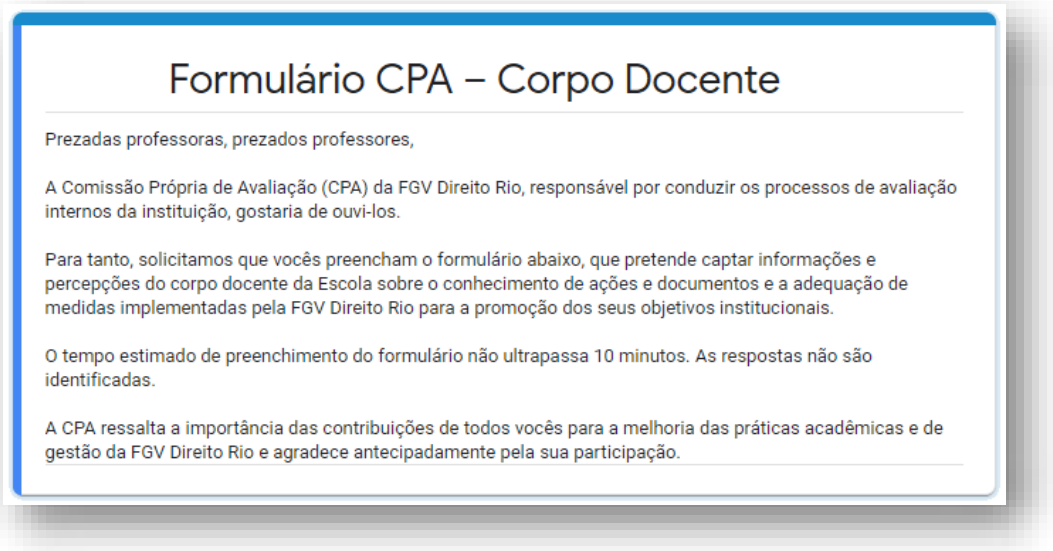
A tabela abaixo reúne os resultados dos anos de 2018 e 2019, sendo importante frisar que as médias das disciplinas não consideram as notas recebidas nos itens referentes à autoavaliação discente, sendo, portanto, composta da média das notas recebidas nos itens docente e disciplina, conforme a descrito abaixo:

DISCIPLINAS	MÉDIA 2018	MÉDIA 2019
A Produção Normativa dos Órgãos Reguladores	3,43	3,91
Alternativas Regulatórias	3,82	3,93
Análise Econômica do Direito	4,00	3,81
Agências Reguladoras e Controle Externo	3,45	3,55
Consequencialismo, Incerteza e Escolhas Regulatórias	3,97	3,96
Dinâmica da Regulação Administrativa	3,83	NA
Direito e Economia da Regulação: aplicações a transportes e finanças	3,90	3,46
Estado e Mercado: A Regulação sobre as Atividades Econômicas	NA	3,84
Metodologia da Pesquisa	3,88	3,85
Reflexos Penais da Regulação Econômica	3,84	3,18
Regulação Ambiental Brasileira	4,00	3,68
Regulação Internacional	NA	3,69

Regulação e Concorrência em Setores de Infraestrutura	4,00	NA
Teoria do Estado Regulador	3,80	3,79
Teoria da Regulação	NA	3,96
Teoria da Regulação: aplicações no contexto jurídico (Grupo de Pesquisa)	3,98	NA

4.3 Resultados dos docentes

Em 2019 foi aplicada pesquisa aos docentes, no intuito de captar informações e percepções sobre o conhecimento de ações e documentos, bem como a adequação de medidas implementadas pela IES para a promoção de seus objetivos institucionais.



Formulário CPA – Corpo Docente

Prezadas professoras, prezados professores,

A Comissão Própria de Avaliação (CPA) da FGV Direito Rio, responsável por conduzir os processos de avaliação internos da instituição, gostaria de ouvi-los.

Para tanto, solicitamos que vocês preencham o formulário abaixo, que pretende captar informações e percepções do corpo docente da Escola sobre o conhecimento de ações e documentos e a adequação de medidas implementadas pela FGV Direito Rio para a promoção dos seus objetivos institucionais.

O tempo estimado de preenchimento do formulário não ultrapassa 10 minutos. As respostas não são identificadas.

A CPA ressalta a importância das contribuições de todos vocês para a melhoria das práticas acadêmicas e de gestão da FGV Direito Rio e agradece antecipadamente pela sua participação.

Contudo, como informado na reunião de 24 de junho de 2020 da CPA, os resultados não foram aproveitados para a produção de recomendações em razão do baixo número de respondentes, visto que foram recebidas apenas 23 (vinte e três) respostas, enquanto o corpo docente total em 2019 foi composto por 50 (cinquenta) docentes, sendo 29 (vinte e nove) docentes de tempo integral, 20 (vinte) docentes de tempo parcial e 1 (um) horista.

5. Ações com base na análise

Conforme a Nota Técnica INEP/DAES/CONAES Nº 065, de 09 de outubro de 2014, nesta seção, "as ações deverão ser previstas a partir da análise dos dados e das informações, visando à melhoria das atividades acadêmicas e de gestão da instituição".

Para manter o nível de excelência em pesquisa e educação que a DIREITO RIO alcançou, a CPA da instituição possui papel crucial, nesse sentido, contempla avaliação de diversos aspectos relacionados a sua missão, políticas, graduação, pós-graduação, pesquisa, estrutura e impactos sociais.

Diante disso, com o intuito de endereçar grande parte dos resultados das pesquisas aplicadas, bem como das demais ações de divulgação e robustecimento de seu trabalho, a CPA realizou uma série de ações imediatas, ainda em 2019, para endereçar os principais pontos pendentes de aprimoramento.

Com fundamento na análise dos dados do questionário aplicado ao Corpo Técnico-Administrativo, a CPA circulou e-mails, afixou cartazes e fez reuniões para discutir os aspectos mais sensíveis identificados no diagnóstico final. Dentre eles, merecem destaque:

1) "Informe sobre Comissão Própria de Avaliação da Direito Rio"

16 de agosto de 2019
| **e-Mail à Comunidade Acadêmica**

2) “Informe sobre Comissão Própria de Avaliação da Direito Rio”

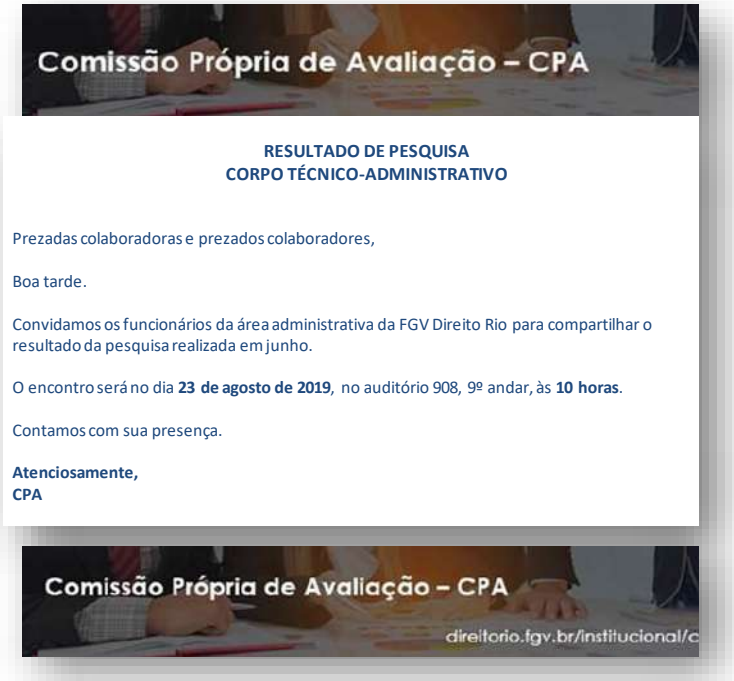
16 de agosto de 2019

| **Cartazes afixados nos murais do 13º, 9º e 8º andares**

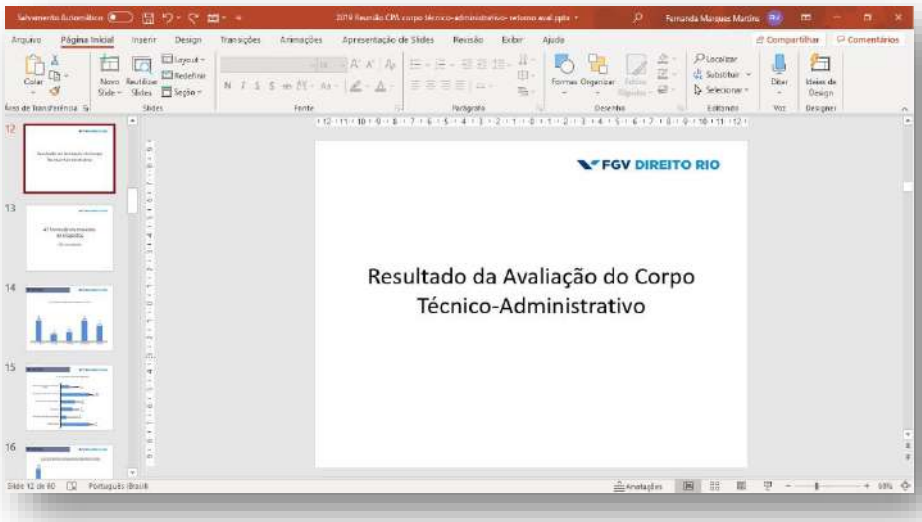
3) “Informe CPA sobre reunião para apresentação do resultado de pesquisa aplicada ao Corpo Técnico-Administrativo”

21 de agosto de 2019

| **e-Mail ao Corpo Técnico-Administrativo**



Merece destaque a convocação de uma reunião específica de apresentação dos resultados deste questionário.

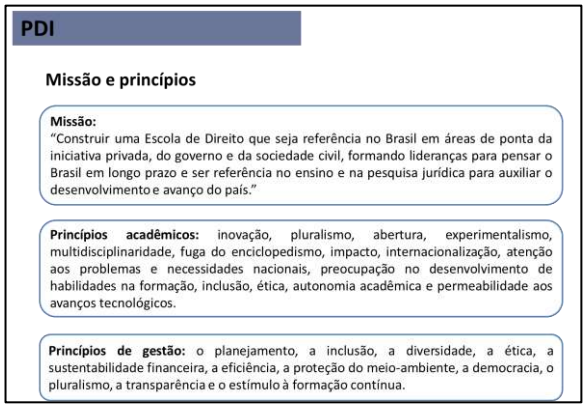


Para endereçar a pergunta 3, referente à percepção de destaque da IES em relação às outras que oferecem cursos de Direito, a CPA retomou o reconhecimento que a Direito Rio tem no mercado, como o alcance de posições de liderança no exame da OAB, o conceito de excelência do PPGD etc.

Dado que nem todo o Corpo Técnico-Administrativo reconheceu que os aspectos organizacionais constantes no PDI eram conhecidos, estavam definidos e poderiam ser facilmente acessados, um dos pontos centrais da apresentação foi a demonstração do passo-a-passo de como acessar o

PDI da Direito Rio no site institucional, de modo a garantir que todos tomassem conhecimento – ou relembrassem – não só da existência do PDI, a respeito de sua forma de acesso pelo portal.

Foi dado destaque à missão, princípios e diretrizes estratégicas da IES, que foram projetadas na reunião e discutidas pela CPA e os funcionários submetidos ao formulário em questão.



Como alguns funcionários assumiram discordar de que as ações praticadas pela Instituição estão em consonância com sua missão, suas políticas de ensino e sua responsabilidade social, a CPA retomou, também, as políticas para responsabilidade social constantes no PDI.

A respeito da percepção de parte do Corpo Técnico-Administrativo de que nem sempre os eventos programados pela instituição são divulgados amplamente e de forma antecipada, de forma que toda a comunidade acadêmica tenha conhecimento de sua realização, a CPA solicitou à área de Comunicação alguns dados sobre eventos recentes e abriu à discussão:

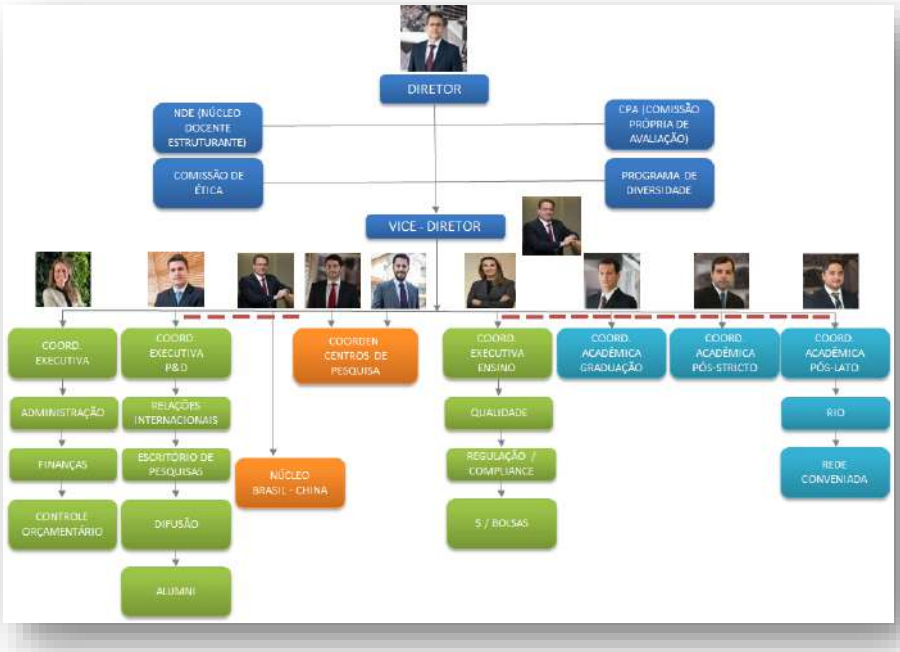
25.230 PESSOAS ALCANÇADAS
1.220 REAÇÕES
181 CLIQUES NO LINK DE INSCRIÇÕES
3 COMENTÁRIOS
15 COMPARTILHAMENTOS

7.887 PESSOAS ALCANÇADAS
723 REAÇÕES
73 CLIQUES NO LINK DE INSCRIÇÕES
2 COMENTÁRIOS
14 COMPARTILHAMENTOS

2.279 PESSOAS ALCANÇADAS
105 REAÇÕES
8 COMENTÁRIOS
326 CLIQUES NO LINK
6 COMPARTILHAMENTOS

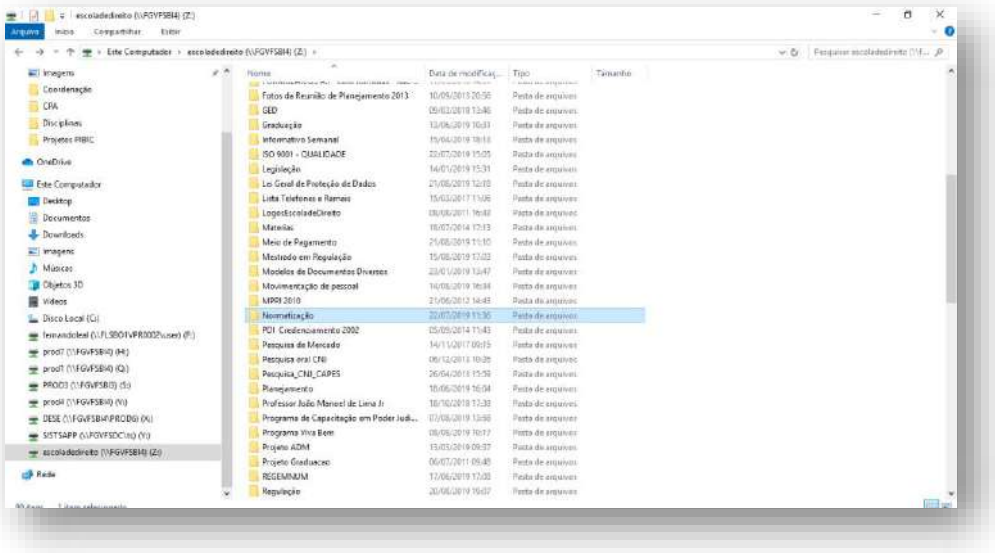
678 PESSOAS ALCANÇADAS
23 LIKES
1 COMENTÁRIO
3 COMPARTILHAMENTOS

Como alguns respondentes discordaram de que a estrutura e o organograma institucional da DIREITO RIO são claros e conhecidos por todo o corpo técnico-administrativo, para garantir o amplo acesso de todos os funcionários a esta informação, a CPA projetou o organograma institucional e explicou a atuação das áreas nele dispostas.



Quanto às normas de funcionamento interno, como regulamentos, estatutos, códigos de ética e conduta, como alguns respondentes disseram não ser estas de conhecimento de todo corpo técnico-administrativo, a CPA mostrou o passo-a-passo para acesso a tais normativos, que são

disponibilizados a todos os colaboradores da IES em uma pasta compartilhada, nomeada “Normatização”, no “Drive \Z:”, de acesso comum. As normas da mantenedora, por sua vez, podem ser encontradas no site da instituição.



4) "Procure seu representante da CPA ou envie e-mail para cpafgvdireitorio@fgv.br"

6 de setembro de 2019

| **e-Mail à Comunidade Acadêmica e afixação de cartazes**

Para reiterar a identificação e contato com os membros da CPA pela Comunidade Acadêmica, e-mails e cartazes foram publicizados para promover mais amplo acesso ao nome do representante de cada segmento acadêmico.

5) Missão e Princípios – Comunicação Interna

23 de setembro de 2019

| **e-Mail à Comunidade Acadêmica e afixação de cartazes**

Como forma de difundir ainda mais a missão e os princípios institucionais constantes no PDI, a CPA e a Coordenação Executiva de Ensino circularam e-mail e afixaram cartazes com este conteúdo.

5.4. Recomendações da CPA

Para manter o nível de excelência em pesquisa e educação que a DIREITO RIO alcançou, a CPA da instituição possui papel crucial, nesse sentido, contempla avaliação de diversos aspectos relacionados a sua missão, políticas, graduação, pós-graduação, pesquisa, estrutura e impactos sociais. Diante disso, após análise dos resultados da avaliação e ações propostas no relatório final do triênio anterior (2015-2017), em conjunto com as análises e resultados encontrados ao longo do processo avaliativo dos anos de 2018 e 2019, foi possível estabelecer uma série de ações recomendadas para ano subsequente.

A necessidade dessas ações recomendadas foi observada não somente por meio da análise dos dados encontrados com os instrumentos de coleta, mas também por meio de indicações dos

membros da CPA, por ocasião de suas respectivas participações ativas em cada etapa dos procedimentos de coleta de dados, o que favoreceu, inclusive, observações aos próprios instrumentos de coleta. Desta forma, buscando consolidar as melhorias propostas ao final do triênio anterior e aperfeiçoadas no primeiro ano do triênio 2018-2020, como o desenvolvimento de novas políticas de capacitação para o corpo técnico-administrativo e ampliação de canais de comunicação com a comunidade acadêmica, a CPA recomenda as ações descritas a seguir:

1. **Aperfeiçoamento dos projetos de campo (*field projects*):**
Dados os resultados da avaliação institucional do primeiro semestre de implementação dos projetos de campo, recomenda-se a adoção de ações de esclarecimento dos seus objetivos e atividades para discentes e supervisores visando à consolidação da atividade e ao atingimento dos seus propósitos inovadores de interlocução entre ensino, pesquisa e extensão.

2. **Ampliação da divulgação dos eventos promovidos pela Direito Rio ou, se for o caso, indicação dos locais em que eles são divulgados:**
Dado que apenas 50% do corpo técnico-administrativo, na pesquisa aplicada em 2019, indicou concordar plenamente com a afirmação "os eventos programados pela instituição são divulgados amplamente e de forma antecipada, de forma que toda a comunidade acadêmica tenha conhecimento de sua realização", recomenda-se a ampliação da divulgação dos eventos (especialmente para esse público) ou, se for o caso, que se indique em que locais (redes sociais da escola, por exemplo) os eventos da Escola podem ser conhecidos.

3. **Expansão da cultura de autoavaliação:**
Reconhecidos os avanços promovidos pelas campanhas desenvolvidas, a CPA recomenda novas ações de esclarecimento e conscientização sobre a importância do processo avaliativo, especialmente voltadas à ampliação da adesão dos respondentes e à apropriação dos seus resultados por toda a comunidade;

4. **Ampliação e aprofundamento dos mecanismos de acompanhamento de egressos**:
considerando a recente implementação de um programa de alumni, recentes demandas da CAPES para a avaliação do PPGD e as políticas institucionais para a criação de uma comunidade acadêmica formada por alunos e ex-alunos, a CPA recomenda a ampliação e o aprofundamento dos mecanismos de acompanhamento de egressos;

5. **Investimento em recursos tecnológicos diferenciados voltados para o desempenho adequado de práticas inovadoras de ensino e em ajustes na infraestrutura da Direito Rio para que se torne mais inclusiva.**